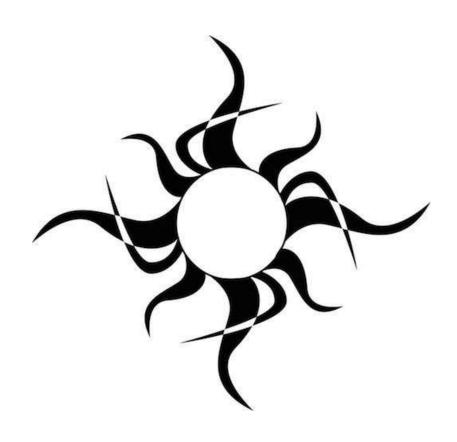




### INDICE

Editorial	4
Mensagem de Solstício de Inverno	5
A Conquista da Verdade	6
O Real Segredo	7
Reflexões em torno da Justiça	12
A Tolerância	17
Justiça	23
A Conquista da Verdade	26
Defesa do ambiente e globalização	27
Tudo sob o céu	32
A Alma	34
Prolegómenos acerca das religiões do Oriente	36
Sobre a tolerância religiosa	50
Cavalos alados e outros veículos etéreos	58
Brasão	68
Um olhar sobre o presente e futuro da terapia com medicamentos	87
Templários: do mito à realidade	91
Leituras	102
Eventos	105





#### **EDITORIAL**

Ao celebrarmos as festividades associadas ao Solstício de Inverno, tradicionalmente associadas, no hemisfério Norte, ao renascimento da Luz, temos o hábito de oferecer presentes e de partilhar votos de um futuro harmonioso onde a saúde e a Paz assumem um papel fundamental.

Independentemente de designarmos estas festividades pelo nome de Natal ou de *Hănukkāh*, o desejo de paz está inerente ao antigo conceito de *sol invictus*, símbolo de Esperança num futuro melhor.

Herdeira do culto de Mithra, nascido de uma virgem no Solstício de Inverno, associado à ideia de Luz e Verdade, a festa solsticial bebe também na tradição que afirma ter o deus Hórus nascido da deusa virgem Isis-Meris, no dia do Solstício de Inverno.

Nascidos no mesmo Solstício são, ainda, Baco/Dionísio que a tradição greco-romana afirma ter nascido de uma virgem, em 25 de Dezembro, o mesmo sucedendo com Hércules, filho da virgem Alcmena, e com o hindu Krishna, avatar nascido da virgem divina Devaki.

Símbolos da ideia de renascimento, todos eles incorporam a ideia que os maçons corporizam no S. João de Inverno, Luz interior, Paz e Harmonia.

É um apelo de Paz que importa que todos tenhamos em mente neste Solstício, quando as bombas deram lugar ao entendimento que só pode alcançar-se de coração aberto ao diálogo e encerrado ao ódio.

Que nós, maçons, saibamos e sejamos capazes de edificar pontes onde outros apenas sabem construir muros.

É esse sentimento que nos permite o trabalho realizado por todos os Irmãos no Supremo Conselho de que este número da *Ad Fratres* é ilustrativo. Dentro de total respeito pelas múltiplas correntes de pensamento que nos caracterizam.

Só assim poderemos continuar a crescer colectiva e individualmente. Como agentes e factores de Paz, porque todos temos consciência das palavras de Gandi: Não há um caminho para a Paz; a Paz é o caminho.

A todos desejo uma festas plenas de Luz e Harmonia.



### NATAL



Neste momento crítico da história, queremos dirigir os nossos corações a todos os que, de alguma forma, são afetados por conflitos e guerras em todo o mundo. A violência e o sofrimento que acompanham tais eventos são inaceitáveis e é nosso dever, como seres humanos e mormente como maçons, unir-nos num apelo veemente pelo fim da guerra e pelo estabelecimento da paz duradoura.

Entendemos que as diferenças podem existir, mas acreditamos que o diálogo, a compreensão mútua e o respeito são ferramentas mais poderosas do que a violência. Cada vida perdida é uma perda para toda a humanidade, e cada ferida infligida a uma nação deixa cicatrizes que perduram por gerações.

Apelemos aos líderes mundiais, às organizações internacionais,

às comunidades locais e a cada indivíduo para se esforçar ativamente na construção de um mundo onde a paz não seja apenas uma aspiração, mas uma realidade tangível. A história ensinou-nos que a paz é possível mesmo nas circunstâncias mais difíceis, quando há vontade, empatia e comprometimento.

Vamos trabalhar juntos para superar as divisões, cultivar a compreensão entre os povos e construir um futuro baseado na cooperação, na justiça e no respeito pelos direitos humanos. Que possamos transformar a energia dedicada à destruição em esforços colaborativos para construir sociedades mais justas, equitativas e pacíficas.

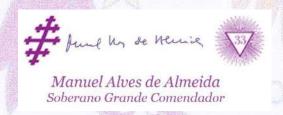
Que o apelo pela paz não seja apenas uma expressão de desejo, mas um compromisso coletivo e contínuo. Juntos, podemos criar um mundo onde as futuras gerações herdem não a carga dos conflitos, mas a promessa de uma convivência pacífica e harmoniosa.

Com esperança e determinação.

Que este período natalício mais do que um momento de reflexão, seja de amor e partilha.

Como dizia Madre Teresa de Calcutá, "É Natal sempre que deixares Deus amar os outros através de ti. Sim, é Natal sempre que servires o teu irmão e lhe ofereceres a tua mão".

Um Feliz Natal.



### A CONQUISTA DA VERDADE

O homem busca a Luz sem a entender,
Interroga-se sobre o que é e o que será,
Sobre o significado deste mundo estranho,
Profundos mistérios limitam o entendimento.
Tantas questões e demasiadas dúvidas.
Sempre mais perguntas do que respostas.
De espírito inquietante quer tudo saber.
Sair da obscuridade e ver a claridade.

Compreender o que se passa no seu redor.

Agarra-se às três fontes do conhecimento acessíveis.

Todas elas, as Religiões, a filosofia e as ciências,

Lhe fornecem verdades absolutas e abundantes.

Beligião toda a revelação é divina e dogmática,

A ciência elimina toda a causa final e aceita,

apenas tudo aquilo o que se deixa pesar e medir.

A filosofia buscas as causas primárias e lógicas,

Na luta heróica pela conquista de uma só verdade,
Nada é tão empolgante como seguir o homem,
No árduo escalar dos montes e encontrá-lo face
Às montanhas que lhe limitam o horizonte
Nesta luta heróica pela conquista da verdade,
Esforços magníficos e luminosidades grandiosas,
Na luta de altos e baixos pela conquista da verdade.
Revemos a ascensão emocionante do espírito humano.
Onde se espelha a verdadeira história da humanidade.

## O Real Segredo

Esforças-te por alcançar o Real Segredo na tua vida e dentro de ti próprio?

Dá, pois, ao teu servo, um coração compreensivo,

capaz de governar o teu povo e de discernir entre o bem e o mal.

Já que pediste estes dons...
sabedoria para praticar a justiça...
dou-te um coração sábio e inteligente ...

Reis 3, 7-12

Este *motto* poderá ser à primeira vista algo surpreendente, pois seria mais adequado a balaústres de outros Graus (p. ex. 31); contudo, espero ser capaz de explicar o seu significado no decurso do trabalho, nomeadamente a relação da sabedoria Salomónica com o Real Segredo.

Antes de tudo, vamos definir o Real Segredo como o Equilíbrio Universal, que se manifesta, conforme Albert Pike no seu *Moral e Dogma*, de várias maneiras:

- Entre a Sabedoria Divina Infinita e o Poder Divino Infinito, resultando na Estabilidade do Universo;
- Entre a Justiça Divina Infinita e a Misericórdia Divina Infinita, resultando na Equidade Divina Infinita e na Beleza do Universo.

e na Beleza do Universo,

- Entre a Necessidade e a Liberdade, quer dizer, entre a acção da Omnipotência Divina e o Livre-Arbítrio do homem;
- Entre o Bem / Luz e o Mal / Trevas,
   que nos garante a existência da Sabedoria e do Amor Infinitos;
- Entre a Autoridade e a Acção Individual, bases da vida social;
- Entre Espiritual / Divino e o Material / Humano, existentes no homem, simbolizados pelo triângulo rectângulo, no qual um cateto representa a Divindade, o outro o Humano e a hipotenusa a união entre o Divino e Humano, entre a alma e o corpo.

Se os dois primeiros aspectos mencionados dizem respeito somente ao G∴A∴D ∴U∴ e ao Seu governo do Universo, sendo assim insondáveis e imutáveis, os outros necessitam de alguma análise, por implicarem o Homem e a sua relação com a Divindade, com o universo e com a sociedade em que vive.

O mesmo Pike indica que o Templo que simboliza o Universo é sustentado por 3 colunas:

- A Necessidade, isto é, a Vontade de Deus, que é omnipotente;
- A Liberdade, quer dizer, o livre arbítrio das Suas criaturas;
- A Harmonia, que resulta do equilíbrio entre a Necessidade e a Liberdade.

A razão humana não consegue perceber este equilíbrio, pois as primeiras duas colunas parecem antagónicas. Assim, poderíamos ter uma de duas atitudes:



deixar de tomar opções, por estar tudo já pré definido, ou tentar contrariar a vontade divina. Contudo, nenhuma poderá ser concretizada (o que nos mostra desde logo a nossa limitação). A primeira não se pode pôr em prática, até por necessidades básicas de sobrevivência, a segunda porque simplesmente não fazemos a mínima ideia qual seja a Vontade de Deus.

A única solução possível é tomar decisões conforme a consciência de cada um, escolher entre o Bem e o Mal, ser um agente da Luz ou das Trevas. Aqui, o motto começa a fazer sentido, pois um dos elementos que condicionam a consciência humana é a Sabedoria. O texto do Livro dos Reis está cheio de significados e de ensinamentos. Primeiro, Salomão, ao pedir sabedoria em vez de outros dons mais fúteis, mostra, claramente, que já a detém. Também significa que a sabedoria pode existir em maior ou menor quantidade; ele queria de facto mais, para ser um digno líder do povo eleito, discernir entre o bem e o mal e praticar a justiça. Recebeu um "coração sábio e inteligente", o que mostra que a consciência humana se baseia no cérebro e no coração, no intelecto e nos sentidos.

Relativamente à visão dualista sobre o bem e o mal, o nosso Ritual de A.: afirma que "a razão humana divide e confina artificialmente o que é Um e não tem limites; assim, a unidade é repartida entre dois extremos aos quais só as palavras prestam uma aparência de realidade". Quer dizer que o bem e o mal fazem parte de uma entidade única e indivisível.

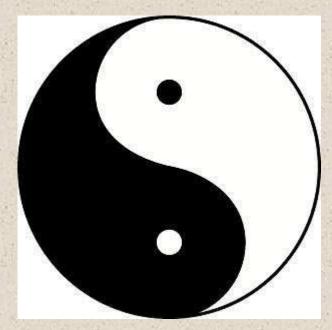
A visão dualista e estática representa o mundo por um círculo dividido em duas partes, metade iluminada, a outra na sombra, um mundo branco e preto, positivo e negativo. Esta visão exotérica concede ao princípio positivo o valor exclusivo de bem e ao princípio negativo de mau; Deus e diabo.

Este entendimento da dualidade cria atitudes apaixonadas, intransigentes, dogmáticas, que desaguam na intole-

A única solução possível é tomar decisões conforme a consciência de cada um, escolher entre o Bem e o Mal, ser um agente da Luz ou das Tre-

rância, no ódio, racismo e na guerra.

O entendimento esotérico do binário implica a constatação de que o que é negro e negativo pode ser visto como branco e positivo, conforme o nível da compreensão. Na figura simbólica de Yin/Yang, o ponto negro na parte branca e o ponto branco na metade preta





indicam que cada elemento do binário contém o seu contrário: a vida na morte, a morte na vida; a vitória na derrota, a derrota na vitória; a força na fraqueza, a fraqueza na força, etc.

Falando do Anjo Tentador, ou do Mal, a Cabala afirma a variabilidade da noção de bem e de mal. Satanás foi criado por Deus e o *Genesis* (I – 31) diz: *Deus viu tudo que tinha feito e tudo estava muito bom*; desta maneira, Satanás é bom. Em hebreu, a palavra *Satan* significa obstáculo; ele não foi criado para vencer, mas para confrontar o homem com dificuldades a serem vencidas; assim, a vocação de Satanás é de ser derrotado pelo homem, utilizando as qualidades que recebeu de Deus e a própria vontade de procurar e de fazer o bem.

A nossa Ir.: Irène Mainguy, cuja obra muito aprecio, afirma no seu livro *O Simbolismo Maçónico*: "perante uma visão relativa do bem e do mal, o maçom, guiado pelo amor fraternal, tenta transcender a dualidade aparente das coisas,

para se aproximar da Unidade, princípio e fim de todas as coisas e em todas as coisas". Esta afirmação revela um dos ideais fundamentais maçónicos, que serve ao mesmo tempo como ferramenta para alcançar uma visão esotérica sobre a Unidade que engloba a dualidade bem / mal em todos os seus aspetos; reparem que, novamente perante as limitações do

pensamento, do intelecto, a autora recorre ao coração, invocando o "amor fraternal".

Transferindo estes princípios para as re-

lações sociais, encontramos o Equilíbrio entre a Autoridade e a Acção Individual, levantando-se a questão: qual é a fronteira entre a liberdade individual e as limitações impostas pela sociedade, quer se trate de leis, quer de simples hábitos e costumes adquiridos durante séculos de vivência em comum? No nosso percurso maçónico, aprendemos desde o início um princípio reforçado várias vezes no R:.E:.A:.A:: a nossa liberdade acaba no momento em que ofusca a liberdade de outro ser humano ou grupo. A dificuldade surge na avaliação desta fronteira e a resolução depende da nossa experiência e ensinamento adquiridos tanto na vida profana como na vivência maçónica. Novamente lembro os ensinamentos básicos, expressos desta vez no catecismo do A::: exalta-se a virtude e combate-se o vício; vencer as paixões, submeter a minha vontade e realizar novos progressos na maçonaria. Tratase de um processo de aprofundamen-



to do entendimento da vida e de apuramento da consciência cada vez mais capaz de um auto escrutínio com o intuito de criar as próprias regras e limi-



tações.

E chegamos ao Equilíbrio entre o Divino e o Humano, entre o Espiritual e o Material que se encontram em cada um de nós, sendo aqui o nosso corpo a Unidade que engloba os dois lados que podem ser vistos também como o bem e o mal, a luz e a escuridão, o positivo e o negativo, a essência do Yin e a substância do Yang.

As personagens encontradas na Cripta da nossa Iniciação - Confúcio, Zoroastro, Buda, Moisés, Hermes Trismegisto, Platão, Jesus e Maomé - foram fundadores de religiões, filósofos ou organizadores de civilizações, cujos ensinamentos parecem coordenados, falando a mesma língua, porque a substância manifestada vem ao encontro das necessidades universais e das aspirações da natureza humana. O Amanhã, que encabeça a nona coluna, representa o que cada crente aguarda - a nova mensagem divina concretizada na vinda do seu emissário, que nos ajude a edificar o último Templo Universal. Para contribuir neste sentido, o Ritual ensina-nos que devemos procurar a verdade, praticar a justiça e amar o próximo como a nós mesmos. Desta maneira, poderemos aproximar-nos da centelha divina que se encontra

em nós e pode ser encontrada na nossa parte imaterial – no espírito, na alma e na consciência.

A Cabala ensina que Deus se serviu de quatro elementos para conceber o Homem - a bondade, a verdade, a justiça e a paz, sendo cada elemento representado por um anjo. Estes quatro elementos definem a nossa alma, o nosso espírito. Sendo os anjos a emanação da vontade divina, eles só podem obedecer a Deus; por outro lado, o ser humano tem a possibilidade de se insurgir e tomar decisões próprias. Assim, o Homem constrói o mundo em colaboração com Deus e não como simples executante. É uma visão prometeica, presente em vários textos antigos. E alguns momentos do Antigo Testamento (por exemplo, Jonas) mostram que, se a desobediência for alimentada pelo amor pelos outros, pela humanidade, então Deus encontra uma forma de grandeza na atitude e perdoa o insurgente, porque o que Ele está à espera de nós é o amor pelo outro.

Chegando à abordagem prática destas ideias, tentarei responder à pergunta formulada no título, sem aprofundar pormenores, para o texto não parecer a confissão de uma vida até ao presente, já que a maçonaria não se quer uma religião e também não oferece o perdão que porventura seja inerente a tal empreendimento.

Bastante tempo antes de minha iniciação, embora ainda jovem, cristalizou-



se em mim a crença de um destino perante o qual somos simples piões. Pelo menos nos momentos cruciais da vida, o caminho que se abriu à minha frente não era na altura o mais desejado; bastante mais tarde, realizei que era o caminho certo, embora seja impossível verificar as alternativas para poder comparar.

Até no caso da minha iniciação, a vontade do G.A.D.U. foi de ingressar na G.L.R.P., quando a alternativa do G.O.L. surgiu uma semana mais tarde, tudo isto após anos de espera; também na altura não percebia bem qual fosse a via certa (quer dizer a Obediência) e mais tarde compreendi que estava no caminho que mais se relaciona com a minha maneira de sentir e pensar.

Contudo, este fatalismo não me transformou num espectador passivo; tentei fazer o que me parecia melhor para mim

mas com o cuidado de não prejudicar os outros, pois nunca senti nenhuma tendência neste sentido. Claro que não fiz sempre o bem, mas quando surgiu o mal, foi sem qualquer intenção.

Uma vez iniciado, comecei o trabalho de desbastar a pedra bruta, que se traduziu numa perseverante preocupação consciente de procurar o bem dentro de mim e de afastar o mal quando aparece, elementos essenciais na edificação do Templo interior desejado por todo o maçom.

O acampamento dos PPrínc. do R. S. representa em detalhe os degraus ascendidos e os princípios e elementos trabalhados no nosso percurso no R. E. A. A., na caminhada da construção do Templo, recordando, tal como afirma o Ritual, "o que é a Maçonaria e o que ela quer".

Assim sendo, para responder finalmente à pergunta inicial, vou recorrer novamente ao motto do trabalho, dizendo: peço ao G.A.D.U. que me dê sabedoria para praticar a justiça e um coração sábio e inteligente, de modo a conseguir esforçar-me para alcançar o Real Segredo. Sei que ele poderá ser atingido somente e eventualmente na Iniciação Suprema nos Mistérios do Oriente Eterno, mas o esforço para o alcançar é fundamental para realçar a centelha divina dentro de nós e progredir no nosso caminho em direcção à luz.

Constantin Sandu, 33°



## PEFLEXÕES EM TORNO DA JUSTIÇA

A justiça é um dos conceitos fortemente estruturantes da consciência ética e moral de todo o maçom. Encontramo-la ao longo da nossa caminhada de progressão nos graus maçónicos. À medida que evoluímos ética e humanamente, vamos aprendendo a conciliar a sabedoria que provém da Gnose com as leis naturais e a partir daí deduzir as convenções sociais fundamentadoras das leis capazes de trazer à humanidade felicidade e harmonia.

Já na Loja de Perfeição esta lição tinha sido dada no 7º Grau (Preboste e Juiz). Aí o maçom é investido da qualidade de julgador. Mais à frente, como Príncipe do Tabernáculo (24º) é-lhe pedida a capacidade de pensar as próprias leis, comportando-se mais como filósofo do que como executor. E em que linha de pensamento nos leva este Grau 31º?



Vivemos os tempos conturbados de uma sociedade em fim de ciclo. O passa-

do séc. XX viu quebrarem-se todas as nossas certezas acerca da sociedade, da história e da própria humanidade. Com a queda do muro de Berlim, a



pós-modernidade produziu transformações radicais que levaram à revisão não só das verdades religiosas, mas também dos valores laicos herdados da Ilustração e que constituem a base dos valores preconizados pela Maçonaria especulativa, contemporânea dessa revolução social e cultural (basta pensar que grande parte dos filósofos e enciclopedistas eram maçons). A desregularização do mercado, a passagem do capitalismo industrial ao financeiro, o multiculturalismo, a revolução sexual e o aparecimento de novas formas de família, o nascimento do paradigma ecológico, a supercultura electrónica e a vida em rede, bem como tantas outras transformações radicais surgidas ao longo do último quartel do séc. XX, deram lugar a um conjunto de paradoxos com que nos



confrontamos hoje em dia. Como diz Luís Moyá, num artigo sobre "A Maçonaria filosófica e o séc. XXI": "Tudo isso deu lugar a que nos encontremos com o paradoxo de que a uma maior informação, corresponde maior ignorância, a uma maior educação formal, maior desculturação, a uma maior liberdade formal, maior dependência e falta de critério e autonomia e daí deriva a enorme intole-



rância, falta de solidariedade, egoísmo, ambição e corrupção que caracterizam as sociedades actuais".

Como afirma Salvador Giner, "o homem actual perdeu as prioridades morais". Tornou-se profundamente individualista e hedonista, preocupado com a sua esfera pessoal, alheado do colectivo e do futuro do planeta e da humanidade. Segue qualquer moda do presente para a abandonar no dia seguinte.

Perante este cenário, qual a papel da Maçonaria nos alvores do novo século? Volto a citar as palavras de Luis Moyá: "Quando a sociedade vê esta confusão, quando a angústia do homem cresce sem ser atendida, a Maçonaria deve oferecer uma esperança, um sítio de reflexão, um exemplo, uma orientação espiritual para a liberdade e a justiça".

Diz o filósofo Carlos Pais na sua obra Ética Radical. Os abismos da Actual Civilização: "Vivemos desde algum tempo sob o império de uma economia em cujo funcionamento a droga, os armamentos e a prostituição constituem a fonte mais importante de negócios... A realidade que é preciso afrontar é a perversão moral que penetra a substância da nossa organização social, económica e política..." E conclui: "É precisa uma profunda renovação da nossa ética. Um repensar que nos permita não apenas condenar a imoralidade reinante, mas é decisivo compreender as suas raízes e arrancá-las... A corrupção do mundo actual clama pelo discurso ético."

É nesta linha de pensamento que sou levado a aprofundar a visão do maçom do grau 31º como Grande Juiz Comendador. Não se trata apenas de



compreender o conceito de justiça. Ao maçom que no 24º grau lhe foi pedido um comportamento como filósofo e não apenas mero executor, é-lhe pedido agora que actue como agente de transformação, elevando pelo seu exemplo, presença e dinâmica no tecido social a própria humanidade a um patamar superior de harmonia entre o individual e o colectivo, base do bemestar e do progresso social.

Partilho com Luis Moyá a convicção de que o REAA, ao contrário de outros ritos, defende sempre um aperfeiçoa-



mento da pessoa, mas em relação com o outro. O paradigma maçónico parte do individual para o colectivo. A Maçonaria, e muito especialmente o REAA, ocupa-se do homem na sua totalidade, pois enquanto nas Lojas simbólicas se ocupa da sua individualidade, nos Altos Graus atende à dimensão social, sem esquecer que esta deve servir para o maior desenvolvimento das possibilidades do indivíduo.

O Escocismo nasceu no coração da Ilustração. Por isso não há tarefa mais apropriada a um maçom escocista que levar à prática os valores da Ilustração, hoje totalmente relegados, apesar do seu va-



lor e necessidade. Há que voltar a tornar o homem sujeito da sua história e não o mercado ou outros falsos deuses, mas sem esquecer que a maçonaria é um método de formação que busca criar no indivíduo uma nova compreensão de si mesmo e dos outros e o capacita a compreender a realidade em todo o seu sentido e a actuar em sociedade como agente mais esclarecido. Herdámos da Ilustração, como maçons, as características de cidadãos preocupados com a paz, a segurança, a razão, a liberdade, a tolerância, a igualdade, a fraternidade, a solidariedade e, sobretudo, a justiça. Esta é a nossa luz – a que buscamos desde a nossa iniciação como maçons.

Como maçons escocistas é nossa obrigação levar ao tecido social a luz recebida. Como afirma ainda Luis Moyá: "A Maçonaria é, por definição e vocação, uma das instituições humanas melhor habilitada para auxiliar este homem livre que se busca a si mesmo, usando a razão e a sua capacidade crítica".

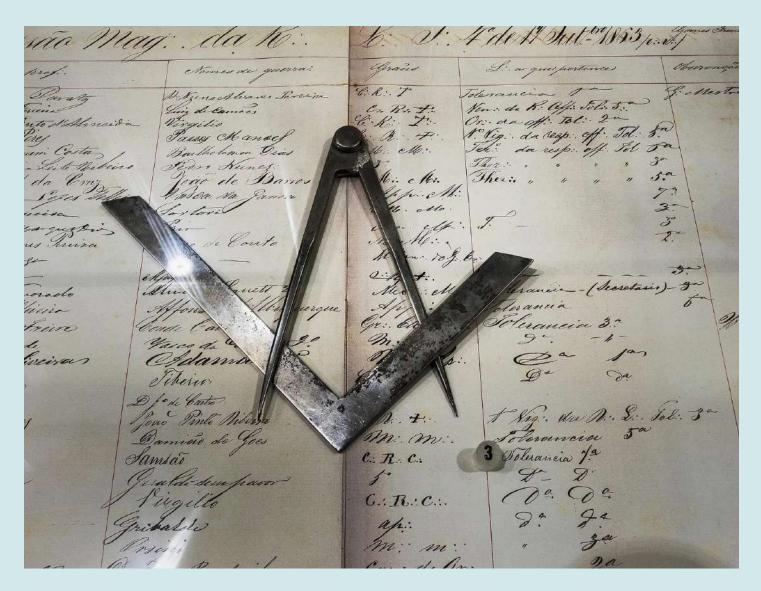
Não podíamos encontrar melhor propósito para um grau que nos apresenta como paradigma Maat, aquela que no antigo Egipto era apresentada como deusa da verdade, da justiça e da rectidão. Ela era representada como uma jovem, ostentando na cabeça uma pena de avestruz, a mesma pena usada na balança ao pesar o coração de cada defunto. Atrevo-me a considerar o maçom escocista a personificação da pena de Maat, aquele que avalia com equidade a sociedade onde se encontra. Não é por acaso que neste grau somos apelidados de Equitativos Irmãos.

Mas Maat é também a ordem universal, a lei pela qual o mundo subsiste em harmonia, a força pela qual a criação de Rá, seu pai, não torna a cair no caos primordial.

Permitam-me citar Hans Küng, na sua obra "Aquilo em que creio": "O que para mim era, e continua a ser, claro é, em primeiro lugar, que vivemos







num mundo com grande número de religiões e culturas.

Num mundo assim, não se pode invocar uma religião por oposição a todas as outras. E também já não vivemos na Idade Média nem na época da Reforma. Tendo em vista os milhões de pessoas não religiosas que existem no mundo moderno, também não podemos, como crentes, apelar pura e simplesmente à religião para uma ética comum. Daí que, como principal problema, surja o seguinte: pressupondo a pluralidade de religiões e ideologias, que pode funcionar hoje como norma fundamental, como critério básico para todos os seres humanos?". o autor conclui: "O humanitarismo é, por conseguinte, o primeiro princípio básico de uma ética comum da humanidade,

uma ética mundial, tal como determinou e proclamou a Declaração para Uma Ética Mundial do Parlamento das Religiões do Mundo, em Chicago, no ano de 1993: "Todo o ser humano independentemente de ser homem ou mulher, branco ou de cor, novo ou velho, rico ou pobre - deve receber um tratamento humano, não inumano e, muito menos, bestial" ... Assim entendido, o humanitarismo ou, se se quiser, a "humanidade", tal como a "arte" ou a "música", não exige qualquer definição exacta para ser exercido. Falar de "humanidade" não comporta qualquer "imagem do homem" determinada. As "imagens do homem" são sempre concebidas de uma perspectiva específica: cristã, judaica,



muçulmana, socialista ou liberal, biológica ou económica... As imagens do homem costumam entrar em conflito umas com as outras. Mas, aqui, "imagem do homem" determinada. As

"imagens do homem" são sempre concebidas de uma perspectiva específica: cristã, judaica, muçulmana, socialista ou liberal, biológica ou económica... As imagens do homem costumam entrar em conflito umas com as outras. Mas, aqui, "humanidade" denota um conjunto básico de valores e critérios éticos que pode ser esperado de todos os seres humanos independentemente das suas respectivas imagens do homem".

É perante um desafio assaz exigente como este, o de restaurar

a fé e a confiança da humanidade em si mesma que me atrevo a concluir esta reflexão com um último pensamento de Luis Moyá "Temos que ter sempre presente que se, no seu momento, a Maçonaria colocou o homem como um ser no caminho da libertação de dogmas e lhe deu as ferramentas adequadas para se compreender a si mesmo e ao mundo, ubicando-o entre o esquadro e o compasso, num momento como este que vivemos, é altura de voltar a recuperar o que éramos e o que pugnávamos, de tentar que a pedra cúbica deixe de ser suporte de estruturas injustas e que, frente à materialidade que afoga a vida humanaencontrar a palavra perdida constitua um desafio, um repto existencial cheio de optimismo e esperança".

### Bibliografia:

Moyá, Luis: "La masonería filosófica y el siglo XXI", in *Cultura Masonica*, nº 26



Küng, Hans: Aquilo em que creio", Circulo de Leitores, 2014

AA VV: "Civilização Egípcia", in *Dicio-nário Temático Larousse* 

Sáez-Nano, Narciso e Clemete, Joan-Francesc Pont: *La Iniciación Masónica* en el REAA, Grados 1º al 33º: De siervos a ciudadanos, Ed. Masonica, 2020

Sáez-Nano, Narciso e Clemete, Joan-Francesc Pont: *Los Grados Superiores del REAA*, 2019

Alberto D'Assumpção, 32º





## A Tolerância

A expressão do valor ético do consenso, nas relações entre os indivíduos, é o relevante fundamento das sociedades livres, uma vez que a ética e a compreensão estão alicerçadas na tolerância. A ordem social nasce sob o efeito da vontade dos homens conviverem solidariamente, e isto denota a aceitação das ideias e da diversidade nas relações sociais, por meio de uma cooperação recíproca e de um digno conviver, na dimensão ético política.

A importância de tolerar está na própria natureza do ser humano, de onde emanam os argumentos a favor da boa convivência. Não se trata de aceitar o outro pelo respeito àquilo que se tem de diferente, como a cultura ou as peculiaridades individuais, mas pela identificação recíproca como seres humanos numa mesma sociedade. É na natureza única do indivíduo, como ser humano, que se justifica a tolerância.

Historicamente foram vários os significados atribuídos à palavra tolerância, muito relacionada com a caridade, com a igualdade e a afirmação da liberdade de crenças e de costumes do outro. Porventura, o conceito que se afirma como o mais preponderante está relacionado com a nossa predisposição adquirida para acolher o diferente.

No entanto, as diferenças não devem ser apenas toleradas, porque caso contrário elas resumem- se a um sistema de guetos. As dessemelhanças devem suscitar uma interpenetração entre os diferentes, ou seja, a tolerância deve ser um acto constante de prevenção e educação. Neste pressuposto, o ser humano deve almejar que ecloda uma sociedade constituída por indivíduos livres, cidadãos sujeitos de direitos e submetidos a leis comuns.

A questão da tolerância foi tratada inicialmente mais numa perspectiva religiosa e visava criar, entre os indivíduos, condições para a convivência de crenças e opiniões distintas. Posteriormente, respondendo às reivindicações políticas, a tolerância teve o conceito ampliado, passando também a abranger a convivência dos sujeitos nas suas múltiplas formas de interacção na sociedade.

A intolerância e a perseguição religiosas presentes, sobretudo no contexto da Idade Média, fizeram surgir inúmeras opiniões que possibilitaram definir a trajectória histórica do conceito de tolerância, alicerçando a ideia na liberdade e no uso da razão. Assim sendo, alguns filósofos do período iluminista elaboraram uma alentada formulação intelectual sobre o assunto.

O filósofo inglês John Locke (1632-1704) destacou-se no desenvolvimento de uma trajectória histórica do conceito de tolerância, insurgindo-se contra os excessos do absolutismo. Precursor de uma democracia liberal, o filósofo inglês publicou, em 1689, uma Carta acerca da tolerância, contribuindo, efectivamente, para o debate do século XVII sobre a liberdade e a tolerância religiosas. Ao trazer o tema da tolerância para o campo teológico, o filósofo ressalta a caridade e o perdão como essências da verdadeira fé cristã e denuncia a contradição da Igreja que justificava a prática da violência contra os hereges.

A intolerância, perante os que possuem opinião diferente, foi responsável pela maioria dos conflitos e guerras no mundo cristão. A incapacidade da Igreja



Católica de colocar em prática os princípios de caridade e perdão, em contraposição à intolerância, resultou na opressão e na perseguição aos indivíduos de outras religiões e revelou a realidade do cristianismo, na Idade Média, tão diferente do entendimento do filósofo, que inferia a tolerância como a principal característica de uma verdadeira Igreja.

De acordo com John Locke, o indivíduo deve dispor, permanentemente, de boa deferência para com todos, independentemente da convicção que cada um professe. A solução encontrada pelo autor para colocar um fim às perseguições, motivadas por diferenças doutrinárias entre cristãos, exigia a criação de uma fronteira entre a sociedade civil e a sociedade religiosa, de modo que esta separação pudesse facilitar a prática da tolerância.

Perante esta situação, seria necessária a instauração de uma separação radical entre a política e a religião. O Estado devia garantir a liberdade, os bens e a integridade física dos cidadãos, sem se envolver com as questões de fé. Pelo contrário, a Igreja devia exclusivamente promover o culto. Neste pressuposto, a tolerância devia também fazer parte da essência da Igreja. Estado e Igreja deviam ser entidades distintas, a primeira devia empenharse na resolução das questões terrestres e a segunda ocupar-se apenas com as questões celestiais.

John Locke defende que ninguém deve ser obrigado a participar numa religião, pois tal decisão deve ser livre e voluntária e se, porventura, algum indivíduo pretender desvincular-se dessa experiência deve ter o direito e a liberdade de abandoná-la, da mesma forma como espontaneamente nela ingressou. Essa prerrogativa também deve pertencer às Igrejas, ou seja, nenhum santuário deve

ser compelido, pelo dever de tolerância, a perpetuar no seu meio um fiel que, mesmo depois de advertido por membros de uma religião, continue a desconsiderar os seus ritos.

De entre outros pensadores europeus, Voltaire e Stuart Mill deram continuidade ao trabalho iniciado por John Locke. O filósofo iluminista francês François Marie Arouet (1694-1778), conhecido pelo pseudónimo de Voltaire, foi um crítico dos abusos da nobreza e da intolerância do clero. O símbolo da sua luta, em prol da tolerância, é o *Tratado sobre a tolerância*, publicado em 1763.

Para Voltaire, a religiosidade da sua época promovia a violência que incentivava o ódio e a perseguição, ao invés de estimular a caridade e o amor. O filósofo francês alicerçava a sua confiança no poder da razão que poderia servir como um antídoto contra as disputas religiosas que geravam violência e destruição. Em face da constatação de que é ilusório que todos os seres humanos pensem da mesma forma, Voltaire considerava que não existe qualquer vantagem em perseguir ou odiar quem não compartilha da mesma opinião ou convicção religiosa, e que, quando isso acontece, estamos diante da intolerância, pois seria o cúmulo da loucura pretender persuadir todos as pessoas a reflectir de forma idêntica

A posição de Voltaire sobre a tolerância fundamenta-se na impossibilidade de se determinar objectivamente o valor de uma religião em relação às demais e se há apenas uma religião verdadeira. O autor reconhece a necessidade de se distinguir, de forma integral, filosofia e teologia e não se inquieta apenas na defesa da tolerância no seu aspecto religioso, mas também a situa numa perspectiva de liberdade de pensamento e de expressão.

O filósofo inglês John Stuart Mill (1806-1873), na sua obra *Sobre a Liberdade*, além de preconizar que o Estado não deve interferir na vida dos indivíduos em sociedade, defende o princípio da liberdade de pensamento e de discussão. Para o autor, toda a interferência, proveniente de outros indivíduos ou por parte do Estado, nos assuntos que só dizem respeito ao próprio, ainda que seja profícua para a pessoa, é ilegítima.

Stuart Mill defende inúmeras formas de liberdade, nomeadamente, a liberdade de consciência, de pensamento e de opinião. Para o autor, uma sociedade em que tais liberdades não existam de modo absoluto e não sejam respeitadas jamais pode ser considerada livre e tolerante. O limite da tolerância, em Stuart Mill, encontra-se no momento em que uma conduta inviabilize o bem-estar de um cidadão ou de um determinado grupo social vulnerável. O autor alerta ainda para determinados limites da liberdade de expressão e de opinião, pois todo debate deve ocorrer com moderação, bom senso e não ultrapassar os limites de uma discussão íntegra.

Para o filósofo inglês, o comportamento adoptado pelo individuo, em sociedade, não deve prejudicar os interesses dos outros e deve responsabilizar-se pelas suas atitudes, as quais devem estar submetidas a um princípio equitativo. Assim, cada pessoa deve agir na prossecução do bem comum, resguardar os seus interesses e evitar o dano ou a perniciosidade a outrem.

No âmbito do pensamento contemporâneo, surgiram outros autores que defendem a tolerância como um elemento essencial à democracia e aos direitos humanos, a exemplo de Norberto Bobbio, filósofo italiano (1909 - 2004).

Norberto Bobbio considera que a tolerância deve ocorrer por meio da persuasão, ao invés da força ou coerção. Com efeito, não se trata de suportar passivamente o erro do outro, mas sim de adoptar uma postura activa de convicção com base na razoabilidade do indivíduo que pensa diferente. Trata-se, pois, do indivíduo seguir os seus próprios interesses levando em consideração o interesse dos demais.

O filósofo italiano confere à tolerância uma razão moral baseada no respeito pela pessoa alheia. Isso significa que a tolerância é um princípio relativo, ou seja, um meio termo entre crenças e opiniões que se destina a criar as condições necessárias para a convivência com a diversidade. A tolerância impõe-se como um dos elementos essenciais duma democracia, um dos fundamentos dos direitos humanos e componente fundamental do liberalismo político. Esta compreensão revela-se de vital importância na constituição da estrutura básica da sociedade e, sobretudo, na prática da justiça.

O filósofo tunisino Yves Charles Zarka, nascido em 1950, professor emérito da Sorbonne, na sua obra *Difícil Tolerância* (2013), advoga que a tolerância não é apenas o acto de admitir a diferença ou o propósito do reconhecimento do direito e da singularidade do outro, é também uma exigência destinada ao outro para que ele assuma similares disposições de agir em relação a nós. Para o autor tunisino, a tolerância apresenta uma dupla exigência, isto é, ela destinada-e a nós e ao outro, a fim de estabelecer e manter a reciprocidade que permita a coexistência.

É importante exaltar a prática da tolerância, pois esta condescendência pode tornar possível a convivência dos indivíduos, mesmo quando as desigualdades e as injustiças persistem. Porém, esta complacência coloca-nos perante o seu oposto, a intolerância.

É importante exaltar a prática da tolerância, pois esta condescendência pode tornar possível a convivência dos indivíduos, mesmo quando as desigualdades e as injustiças persistem. Porém, esta complacência coloca-nos perante o seu oposto, a intolerância.

O impacto da intolerância não deve ser menosprezado. Actualmente têm-se verificado, com frequência, práticas de racismo, de discriminação e de opressão e a prorrogativa de debater a questão desta intransigência deve ser considerada relevante. Com o propósito de minorar o choque entre culturas que formam as sociedades contemporâneas, a discussão deve ser abrangente de forma a incluir as questões religiosas e outros desafios da actualidade. Os líderes das comunidades democráticas devem adoptar a melhor forma de acolher as populações que são culturalmente heterogéneas, as que são oriundas de contextos sociais múltiplos ou provenientes de migrações de várias partes do mundo em conflito ou de locais marcados pela miséria e privadas dos mais elementares meios de subsistência.

Para Paul Ricoeur (1913-2005), filósofo francês, a intolerância nasce de uma predisposição comum a todos os seres humanos para impor suas próprias crenças e convicções. A gravidade da intolerância, para com o diferente, reflecte não apenas a recusa de um indivíduo aceitar opiniões e crenças diferentes das suas, como ocorre nos conflitos religiosos, mas também indica uma atitude desencadeada por julgamentos baseados

em divergências sobre aspectos físicos, culturais ou sociais dos indivíduos.

A intolerância, representada pela recusa em conviver com o diferente, tem crescido em vários contextos. Entretanto, quando se debate o problema da intolerância, é necessário salientar que não se deve tolerar o intolerável. De acordo com Karl Raimund Popper (1902-1994), filósofo austríaco, quando nos deparamos com o "paradoxo da tolerância" é essencial ter a noção do limite que devemos tolerar. A tolerância ilimitada pode ocasionar riscos desmesurados, no momento em que permite atitudes intolerantes e desta forma terminar com a tolerância. A livre circulação de ideias intolerantes, de negação ou exclusão de opositores, sejam elas políticas ou ideológicas, pode desencadear actos de violência e destruição. Numa sociedade em que alguém é capaz de matar em nome de uma crença ou ter uma visão do mundo disseminadora de ódio, pode inspirar os tolerantes e erradicar a própria tolerância.

Neste contexto, a tolerância constitui-se como um pressuposto essencial à construção de uma sociedade mais justa, baseada na coexistência pacífica entre os seus membros, através do respeito e da anuência da diversidade. Em sentido oposto, a intolerância é a ausência do reconhecimento, a recusa em colocar o outro no mesmo patamar de importância em que nós nos encontramos. A tolerância, enquanto reconhecimento, implica perceber o outro, atribui-lhe valor e aceitá-lo nas suas escolhas e opiniões, bem como em reconhecê-lo como detentor de direitos.

Todas as culturas têm as suas diferenças, mas a Humanidade é uma comunidade única que partilha valores, um passado e um futuro. Todos os seres humanos são diferentes, mas esta dessemelhança fortalece a criatividade e a inovação. Indubitavelmente cada indivíduo tem a sua perspectiva, mas o relevante é um percurso em conjunto na procura do respeito pelos direitos e pela dignidade.

A tolerância é uma luta pela paz. Esta indulgência requer paradigmas que inequivocamente respeitem a diversidade e o pluralismo, com base nos Direitos Humanos. Cada ser humano, durante o seu percurso, deve privilegiar a compreensão e amenizar a divergência porque a tolerância é um acto de humanidade que devemos nutrir para celebrar a diversidade que nos torna fortes e os valores que nos unem.

António Nunes, 32.º

### Referências Bibliográficas

**Bobbio**, Norberto, *A Era dos Direitos*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

*Declaração de Princípios sobre a Tolerância*, Paris: UNESCO, 1995

Enciclopédia, Política Tolerância/Intolerância,Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.

**Locke**, John, Carta sobre a Tolerância, Lisboa: Edições 70, 2018.

**Mill**, John Stuart, *Sobre a Liberdade*, Lisboa: Edições 70, 2019.

**Popper**, Karl. *Después de la sociedad aberta: escritos sociales y políticos escogidos*, Barcelona: Ed. Paidós, 2014.

Kant, Immanuel. Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita, Lisboa: Edições 70, 1990.

**Ricoeur**, Paul. Filosofia Ética e Política, Lisboa: Edições 70, 2020.

**Silva**, Clemildo Anacleto, **E**ducação, tolerância e direitos humanos: A importância do ensino de valores na escola, Rio de Janeiro: Sulina, 2009 .

Convenção da ONU sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, Nova Iorque: UNESCO 1966.

**Voltaire**, *Tratado Sobre a Tolerância*, Lisboa: Relógio D'Água, 2015.

**Zarka**, Yves Charles, *Difícil Tolerância: A coexistência de culturas em regimes democráticos*, São Leopoldo: Unisinos, 2013.





# Justiça

Os estudos maçónicos, a partir dos Graus Simbólicos, dedicam especial atenção ao tema: "JUSTIÇA".

Este simbolismo é baseado numa tradição que diz ter Salomão instituído, após a construção do Templo, um tribunal composto por sete Prebostes e Juízes, a quem incumbia ouvir e julgar as reclamações que o povo apresentava.

Com fulcro nesta lenda, o Grau 7 – Preboste ou Juiz, dedica especial atenção ao tema Direito e Justiça, onde a virtude a ser desenvolvida é o espírito de justiça, para bem poder interpretá-la e aplicá-la, sem o qual ninguém poderá ostentar qualquer aperfeiçoamento espiritual.

Portanto, para a administração da verdadeira justiça, exige-se uma sabedoria muito mais subtil do que aquela obtida do mero conhecimento das leis.

De entre os ensinamentos infere-se que:

- As leis e regulamentos devem estar alicerçados em valores éticos e morais;
- Que em todo o julgamento deve ser assegurada a ampla defesa;
- Que devem ser apreciados direitos e deveres;
- Que as decisões devem ser imparciais, sem serem tendenciosas, seja por amizade, seja por temor, seja por recompensa;
- Que a justiça deve ser igual a todos, e o que é mais importante,
- Que a justiça maçónica atende também ao apelo, à consideração e ao perdão.

Nas mais diversas abordagens, sempre que ritualística ou doutrinariamente se refere à "Justiça", esta tem sentido de julgamento, de avaliação de conduta e de tomada de decisão por parte do Maçom.

Quando se trata de julgar um irmão em face

de um ilícito maçónico, sem repercussão na justiça profana, os critérios devem ser diferentes, sem considerar a máxima do Direito: "DURA LEX, SEDE LEX", ou seja "A LEI É DURA, MAS É LEI", pois se houver arrependimento e o firme propósito de corrigir a sua conduta, o irmão deve ser auxiliado e não considerado um ser irrecuperável, que não merece outra oportunidade. O julgamento maçónico, diferentemente do que em via de regra acontece na justiça profana, é feito entre irmãos, entre pessoas que têm o compromisso de auxílio mútuo.

Na Maçonaria, o exercício do poder de julgar e de aplicar penalidades deve ser exercido com muita serenidade, ponderação, equilíbrio, bom senso, tolerância e exacerbada responsabilidade, para não transformar a oportunidade de recuperar um homem, num instrumento de revolta e desencanto com a Ordem. Todos temos o compromisso assumido, ao entrarmos para a Maçonaria, de socorrer os irmãos nas suas aflições e necessidades, encaminhá-los na senda das virtudes, desviá-los da prática do mal e estimulá-los a fazerem o bem, dando exemplo de tolerância, de justiça e de respeito pela liberdade de cada um.

O julgador, para praticar a justiça, deve, além de apreciar as provas cabais e irrefutáveis da autoria do ilícito ou da infracção, saber analisar as circunstâncias em que o acto infraccional aconteceu, se não há nenhuma excludente de ilicitude, se o facto aconteceu por negligência, imprudência ou desconhecimento, e ainda que fique bem caracterizada a autoria e o dolo, saber avaliar o estado psicológico e emocional do autor, a sua vida passada e o seu histórico na vida maçónica.

De todas as calamidades que afligem a Humanidade ao longo dos tempos como guerras, miséria, fome, epidemias, ignorância, terrorismo, destruição e muitas outras perversidades cometidas pelo próprio homem, a que mais corrói a alma é a injustiça.

A injustiça é, pois, uma atitude exclusivamente humana. O ser humano, graças ao uso inadequado do sentimento de livrearbítrio, sempre perambulou entre a besta e o anjo na busca incessante do seu destino e nesta dicotomia cria coisas incríveis e comete crimes inacreditáveis.

### Julgar sempre foi e sempre será subjectivo.

E como julgar a própria subjectividade da verdade? Principalmente porque o julgamento acaba sendo uma "via de mão dupla", dependendo das visões de verdade de cada um, julgador e julgado.

De todos os males cometidos pela humanidade contra si mesma, o pior sempre foi uti-

Justiça é um ideal – e, sendo-o, é necessariamente uma utopia

lizar uma pretensa justiça ou o exagero dela, para fazer prevalecer pensamentos e acções que eram verdades de poucos e, desta forma, muitas vezes, produzir atrasos e sofrimentos.

A intenção deste texto foi trazer à meditação, as trevas dos riscos de utilizarmos a justiça ou o exagero dela para cometermos injustiças.

ear os homens e as instituições – e, assim sendo, não pode deixar de ser uma realidade.

Como é então possível que a Justiça seja, ao mesmo tempo, realidade e utopia? Pela mesma razão que a Felicidade é utopia, mas ser feliz é uma possibilidade bem real.

Os maçons devem sentir-se bem com esta dualidade. Afinal de contas, perseguem, dia a dia, um objectivo por definição impossível, a Perfeição. O que não os impede de procurarem, dia a dia, aproximar-se um pouco mais dessa impossibilidade. Portanto, os maçons sabem, ou devem saber, muito bem como distinguir e compatibilizar a Utopia e a Realidade...

A Justiça ideal é, por definição, perfeita. E, portanto necessariamente, do domínio da Utopia.

Mas a Justiça aplicada, aquela que laboriosamente as Sociedades procuram garantir e os homens obter, essa é bem real, essa é a que, em cada momento, é possível obter, se consegue fazer. Essa é a Justiça real.

É obviamente errado deixar de prosseguir a realização da Justiça, no dia a dia, mesmo sabendo-se que essa prossecução ou realiza-





ção não poderá deixar de ser imperfeita, só porque se tem a noção de que a Justiça ideal é inatingível em pleno, é necessariamente utópica. Fazê-lo seria condenarmo-nos a deixar medrar a injustiça, a violência, o arbítrio. A Justiça real é sempre e inapelavelmente um menos em relação à Justiça ideal, utópica. Mas esse menos é o que temos, o que conseguimos construir e que é indispensável que possamos desfrutar – sob pena de sofrermos a anarquia do arbitrário.

Quanto mais desanimarmos de prosseguir a busca da Justiça, só porque verificamos que nunca é realmente possível atingir a utopia Porque a Justiça é condição de Ordem. É indispensável ao Progresso. É imanente à fruição da vida em Sociedade. Em tudo está a Justiça. Em tudo ela pode faltar. A nossa tarefa é que, onde ela falte, passe a haver; onde haja, buscar melhorá-la. Todos os dias. Dia a dia. Todos nós. Cada um de nós.

Julgar e fazer justiça no mundo profano não é responsabilidade exclusiva de juízes, promotores, advogados, militares e policiais; é uma tarefa que exercitamos com frequência, seja como pais de família, seja como chefes, directores, empresários, etc.

Nesse sentido todos devemos interiorizar e



do arquétipo da Justiça, menos Justiça na realidade temos e construímos e desfrutamos. Quanto mais perseverarmos no esforço de ser mais justos, de fazer vingar a Justiça que nos for possível obter e acarinhar e fazer medrar, mais perto estamos do ideal. E melhor estaremos, quer como Sociedade, quer individualmente.

assimilar os ensinamentos maçónicos, bem como colocá-los em prática nas nossas vidas, pois só assim estaremos sendo verdadeiramente maçons.

J. M. Carvalho Rodrigues, 9°



### A CONQUISTA DA VERDADE

O homem busca a Luz sem a entender, Interroga-se sobre o que é e o que será, Sobre o significado deste mundo estranho, Profundos mistérios limitam o entendimento. Tantas questões e demasiadas dúvidas. Sempre mais perguntas do que respostas. De espírito inquietante quer tudo saber. Sair da obscuridade e ver a claridade. Compreender o que se passa no seu redor. Agarra-se às três fontes do conhecimento acessíveis. Todas elas, as Religiões, a filosofia e as ciências, Lhe fornecem verdades absolutas e abundantes. Na religião toda a revelação é divina e dogmática, A ciência elimina toda a causa final e aceita, apenas tudo aquilo o que se deixa pesar e medir. A filosofia buscas as causas primárias e lógicas, Na luta heróica pela conquista de uma só verdade, Nada é tão empolgante como seguir o homem, No árduo escalar dos montes e encontrá-lo face As montanhas que lhe limitam o horizonte. Nesta luta heróica pela conquista da verdade, Esforços magníficos e luminosidades grandiosas, Na luta de altos e baixos pela conquista da verdade. Revemos a ascensão emocionante do espírito humano. Onde se espelha a verdadeira história da humanidade.



### INTRODUÇÃO

Os grandes fins da Política, além da "conservação da sociedade política", ou seja da "segurança", são a preservação do interesse geral referido como o "progresso e bem-estar social".

O entendimento do liberalismo económico sobre a natureza consistia num valor de mercadoria, sobre a qual o proprietário exercia apropriação com um direito absoluto de usar e fruir e até de destruir.

A natureza era vista como um bem de valor material, em que o limite ao direito de propriedade ocorria quando tal prejudicava idêntico direito de vizinhos. A proibição de ruídos, emissão de cheiros ou vazamento de águas residuais, embora sob o signo do direito a um ambiente saudável, consistia na protecção de um direito de propriedade.

Esta perspectiva, que os direitos nacionais do Séc. XIX incorporavam, ignorava os valores de paisagem, ecossistema e processo biológico. Também se manteve alheio das consciências o conceito de desenvolvimento sustentável, ou seja, desenvolvimento sem comprometer gerações futuras e contemplando os cenários realistas de esgotamento de recursos não renováveis e da depredação dos renováveis.

No Séc. XX surge a transnacionalidade que está a provocar, inevitavelmente, uma reacção social nos espaços de influência dos ainda considerados actores fundamentais dos sistemas nacional e internacional, os Estados-Nação, sendo evidente que a conflitualidade continua presente na lógica do seu relacionamento.

### **ANÁLISE**

A globalização, assentando a sua prática na doutrina neoliberal, e a conflitualidade andam de mãos dadas, isto porque, fruto da dinâmica própria de ambos os sistemas, os agentes da transformação das sociedades, que continuam a ser os Estados-Nação, deixaram de ser capazes, por si sós, de garantir os objectivos que são a própria razão de ser da sua existência, a segurança e a prosperidade.

A primeira, a segurança, assegurou a manutenção de algum equilíbrio nas relações internacionais até à queda do Muro de Berlim, em 1989.

Contudo, afigura-se-nos, que muito mais do que o desaparecimento da razão justificativa do antagonismo Leste-Oeste, essa "queda" significou a vitória de um lado e o aparecimento de um único "Pólo de Poder", o ora designado por "Ocidente Alargado", e a aceitação do seu "modo de viver" assente numa lógica de mercado neoliberal que abriu, definitivamente, o caminho ao fenómeno da "globalização", ao mesmo tempo que ela própria se encarregava de o potenciar. Como tal ficou e continua alterado o equilíbrio das sociedades nacionais e na "cena internacional". Logicamente os diversos actores estão procurando um novo equilíbrio nas relações.

Mas importante é evidenciar a face negra seja as consequências mais perversas da globalização que se enunciam: a retirada de direitos aos trabalhadores que provoca o drama do desemprego e do trabalho precário e que aumenta a pobreza, a marginaliza-



ção e a exclusão social; o surgimento de uma nova categoria social, a dos "trabalhadores pobres", com movimentos migratórios descontrolados para outros países ou para as cidades em busca de melhores condições de vida. o que veio agravar a degradação do meio ambiente e consequentemente da prosperidade.

A evolução no sentido de assumir uma responsabilidade partilhada na defesa do ambiente, sendo lenta, vem apresentando sinais positivos, afirmando-se, hoje, a defesa do ambiente como sendo os direitos humanos da terceira geração, porque atravessam o tempo e o espaço aproveitando as gerações presentes e futuras e pondo acento na sobriedade e austeridade, concretamente, na redução do consumismo.

Uma cultura de austeridade leva-nos a questionar os valores sobre o uso da natureza e do que dela extraímos, e com os quais se solucionam as questões do crescimento económico, do investimento, da fome e da degradação do meio ambiente.

E se os direitos humanos de primeira geração se caracterizam por uma afirmação, a "liberdade", e por uma interrogação "o que é possível ainda fazer", o seu contraponto nos direitos de terceira geração é a afirmação da "solidariedade" e a interrogação "como devo fazer".

Estamos, assim, portanto, num direito de todos e num dever de todos, que o princípio da Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que teve lugar no Brasil sob proposta das Nações Unidas, em 1992, estabeleceu ao afirmar que as autoridades nacionais devem facultar o acesso à informação relativa ao ambiente, sobre materiais e actividades perigosas, e assegurar a participação de todos os cidadãos.

A efectivação dessa responsabilidade partilhada exige uma concertação internacional para a sua solução, no sentido de garantir a sobrevivência do planeta e a qualidade de vida da pessoa humana.

A concertação obriga a um diálogo entre o "Ocidente Alargado" e o "Sul Global", seja as relações entre pobres e ricos, tendo como



objectivo afastar a pobreza extrema através de uma diplomacia ambiental que preserve os ecossistemas e a biodiversidade e que atenue os efeitos do livre mercado, com mecanismos correctivos de redistribuição, segurança social e desenvolvimento tecnológico nos países do Sul.

Parece perspectivar-se no horizonte que as questões do ambiente passem a ser consideradas património comum da humanidade, a par da Antártida, do alto mar e do espaço cósmico. No entanto, tal não poderá configurar-se como uma nova versão do colonialismo por parte do autodenominado "Ocidente Alargado". Que tem os olhos focados na Amazónia, quando as florestas húmidas constituem um amplo cinturão que envolve o mundo.

Mas, afinal, o que se entende por ambiente?

A Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/78, de 7 de Abril) define-o como "o conjunto dos sistemas físicos, químicos e biológicos e suas relações e dos factores económicos, sociais e culturais com efeitos directos ou indirecto, mediatos ou imediatos, sobre os seres vivos e a qualidade de vida dos homens", definição que importa clarificar.

Socorrendo-nos do senso comum e de enciclopédias, podemos simplificar a definição de ambiente como o conjunto de factores que rodeiam os seres vivos, sendo esses factores, entre outros, o clima, o solo, a cobertura vegetal, a orografia, os oceanos, os rios e os ecossistemas a eles associados.

Intimamente ligado ao conceito de ambiente, surgiu, por volta do início dos anos 70, o conceito "ecologia" a propósito das inúmeras agressões de que a natureza estava a ser alvo: envenenamento da atmosfera pelos

gases industriais e dos automóveis, poluição dos rios e dos oceanos, emissão de produtos que destroem a camada de ozono, etc.

A pessoa humana tem-se interessado pela ecologia, de uma forma prática, desde os primórdios da humanidade. Na sociedade primitiva cada indivíduo ou grupo social, para sobreviver, precisava de ter um conhecimento correcto do seu ambiente, ou seja, das forças da natureza, das plantas e dos animais que o rodeavam. A civilização começou quando a pessoa humana aprendeu a servir-se do fogo e de outros instrumentos para modificar o ambiente.

Nos dias de hoje, é fundamental que a humanidade, no seu conjunto, possua um conhecimento inteligente do ambiente em que vive, condição essencial para a sua sobrevivência, uma vez que as leis da natureza se mantiveram inalteráveis enquanto que o poder da pessoa humana para alterar o ambiente aumentou significativamente. É por isso que já ninguém duvida que o ambiente seja um dos factores que mais afecta a vida interna dos Estados e as suas relações externas. Apesar disso, o consenso entre os Estados não tem passado de retórica, recordando os resultados das conferências que se seguiram.

No entanto, continuam a ser os Estados os principais sujeitos da diplomacia ambiental, os que melhor conseguem obter resultados efectivos na resolução dos conflitos e alcançar soluções positivas para problemas ambientais comuns, principalmente dentro da esfera regional onde se inserem, em oposição às indefinições que surgem sempre que se tratam temas de âmbito global.

Traduzir a solidariedade internacional na resolução de problemas concretos choca com os conceitos do liberalismo económico que não tem espaço para os mais fracos. Um espaço de solidariedade, a designada "não-fronteira da solidariedade" identificada na teoria da diversificação das fronteiras, terá que ser criado num horizonte conservacionista, identificados que estão os problemas ambientais mais graves.

A subida do nível do mar em resultado de alterações climáticas provocará muito pro-

vavelmente a regressão dos glaciares continentais. A estimada subida de 6 cm em cada dez anos devido ao aumento da temperatura média atmosférica em cerca de 0,35 graus no mesmo período de tempo, ou seja 3,5 graus por século, fará desaparecer áreas costeiras pondo em perigo os deltas agrícolas do Egipto, Índia e China, implicando, também ainda, que as secas seculares passem para ciclos de dois anos.

Este fenómeno é derivado do processo de desenvolvimento, devido à emissão de dióxidos de carbono e outros produtos tóxicos gerados em processos químicos e dos clorofluor — carbonetos (CFC) empregues na refrigeração, isto porque cada molécula de cloro pode destruir cem mil de ozono e provocar buracos de ozono na atmosfera.

Lembramos, a este respeito, a pessoa do Professor Mário Ruivo, eminente humanista português e precursor da defesa dos oceanos, das questões ambientais e de cidadania que, numa conferência havida na última década do século passado, afirmou que se cada família da República Popular da China tivesse um frigorífico o mundo desaparecia. Empenhamos a nossa convicção de que esta renúncia da China, única desde a industrialização do mundo, foi marcante e por demais relevante, a nível planetário, na defesa dos direitos humanos de terceira geração.

A ruptura da biodiversidade devido ao abate das florestas húmidas, que acolhem 90% do património genético da humanidade e que já



sofreu uma redução de 60%, e a destruição dos bosques devido a chuvas ácidas, responsáveis entre outras pela perda de quase metade da floresta da Alemanha, está igualmente ligada ao fenómeno do desenvolvimento.

A erosão dos solos e a contaminação dos

Em Portugal, esses mesmos direitos são proclamados na *Constituição da República* de 1976 e aprofundados na *Lei de Bases do Ambiente* (Lei n.º 11/87, de 7 de Abril).

Na Constituição da República Portuguesa de 1976 e nas revisões de 1982, 1989 e 1997 constam directa ou indirectamente re-



recursos hídricos subterrâneos e de superficie é consequência do subdesenvolvimento e do desenvolvimento.

Do subdesenvolvimento derivado à concentração urbana e à explosão demográfica dos países pobres que necessitam de uma agricultura intensiva, o que, à partida, implica o uso e abuso de biocidas, fertilizantes e insecticidas, e pelo facto de o principal combustível da humanidade pobre ser a madeira, o que implica desflorestação.

O estilo de vida dos países desenvolvidos provoca um aumento no consumo de energia (petróleo, carvão, gás natural, energias renováveis, hídrica, e nucleares). E se o nuclear já é preocupação devido aos resíduos que produz, há que acrescentar o facto de o encerramento das centrais nucleares constituir cemitérios com ónus graves para as gerações futuras, pois o plutónio tem uma vida de milhares de anos.

Nenhuma política ambiental pode ser desenvolvida sem a participação da sociedade civil, ou seja de todos os cidadãos, complementado a acção do Estado que, em simultâneo, procura o desenvolvimento compatível com essa política (desenvolvimento sustentável). ferências ao ambiente no seu artigo 66.º (Ambiente e Qualidade de Vida) e cita-se: "1. Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.

2: Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos (...)"

Igualmente o artigo 2.º da Lei de Bases do Ambiente, sob a epígrafe Princípio Geral, plasma:

"1- Todos os cidadãos têm direito a um ambiente humano e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender, incumbindo ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares e comunitárias, promover a melhoria da qualidade de vida, quer individual, quer colectiva. 2-A política de ambiente tem por fim otimizar e garantir a continuidade de utilização dos recursos naturais, qualitativa e quantitativamente, como pressuposto básico de um desenvolvimento auto-sustentado....).

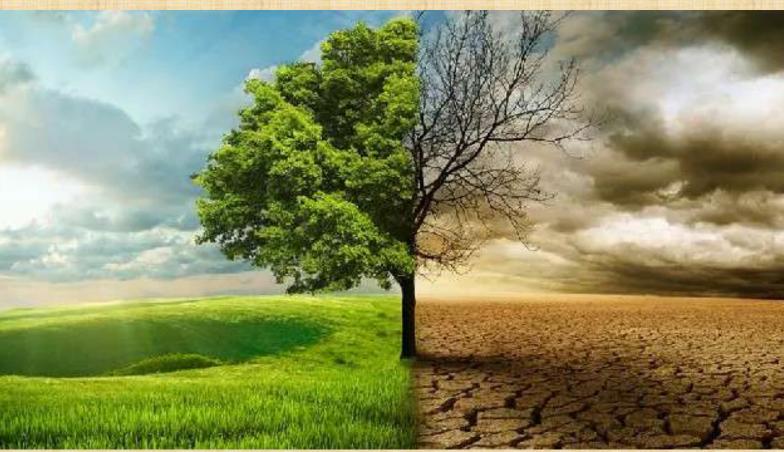
#### CONCLUSÃO

A história da humanidade é, de alguma forma, a história do domínio da natureza. A



busca da qualidade de vida, nuns casos, e da sobrevivência, noutros, levou a que esse domínio se aproximasse da destruição.

A tomada de consciência por parte dos países desenvolvidos obriga a fazer opções quanto ao tipo de tecnologias que preserIgualmente, a atitude face aos países em vias de desenvolvimento deve privilegiar a formação e a transferência de tecnologias, de forma a fomentar uma cultura de "espaço público" que é necessário preservar e um desenvolvimento que permita alcançar um



vam o ambiente, o que implica renúncias. O modo de produção deve contemplar um desenvolvimento sustentado e o controlo da poluição, o que não é tarefa fácil, face à dificuldade em obter renúncias de quem tem mais poder.

Torna-se necessário que os diversos actores directos e indirectos da cena internacional, nomeadamente os Estados, promovam políticas de ambiente. Mas para que um país tenha uma política de ambiente é preciso que seja um país desenvolvido. E um país só será desenvolvido se preservar o ambiente. Trata-se de um ciclo vicioso em que face à pressão do liberalismo económico se torna necessária a alteração de hábitos de consumo como forma, também, de pressão no sentido de o modo de produção respeitar um desenvolvimento sustentado, ou seja, um processo ecológico que preserve o futuro das novas gerações e promova o bem-estar das actuais.

dos fins da política, o bem-estar e o progresso. Implica olhar para um horizonte mais largo, a "não-fronteira da solidariedade"

A identificação das ameaças ambientais terá que ser complementada com uma terapia concreta no binómio desenvolvimento e preservação do ambiente ultrapassando retóricas persuasivas e *lobbies*.

O sucesso ao nível regional através da diplomacia ambiental na resolução de questões concretas comuns a países vizinhos não tem correspondência ao nível planetário, pois o confronto entre os países com maior desenvolvimento industrial, que são os que mais poluem, e os países em vias de desenvolvimento, exige maior concertação.

Que urge alcançar.

Norberto Bernardes, 32°



# rudo sob o cév

- 1. No comentário ao Grau 16 "Príncipe de Jerusalém" é possível lermos "O progresso do Homem, mais duradouro que o latão e o bronze, tem sido o seu heroísmo, as suas aspirações e as suas ideias, todas elas de natureza espiritual. Estas têm- se desenvolvido ao longo de milhões de anos tomando forma lentamente ".
- 2. E uma das lições do grau 16 diz respeito a "construir templos de Deus vivo nos nossos corações segundo a verdade maçónica justiça, equidade, moralidade, sabedoria, trabalho, fidelidade e fraternidade para assim alcançar a imortalidade.
- 3. E são em consequência claramente definidos os deveres dum Príncipe de Jerusalém:
- Julgar com equidade e justiça;
- Agir como pacificador entre Irmãos:
- Prestar ajuda de qualquer espécie aos Companheiros Príncipes de Jerusalém;
- Manter a fé na justiça e beneficência de Deus:
- Prosseguir vigorosamente com esperança para os perseguidos e oprimidos.
- 4. Boa parte dos nossos ensinamentos tem uma origem Anglo Saxónica e mais longinquamente egípcia, grega, budista e até zoroastrista.
- 5. Considerei que seria um desafio encontrar princípios similares noutras latitudes e longitudes.

E inevitavelmente essa tentação traduziu- se em procurar textos históricos em "Tudo sob o Céu", ou seja, na China.

Socorri-me para tanto de algumas obras. Permitam- me que destaque a edição de 2015 de *The silk roads : a new history of* the world de Peter Frankopan e a *História*  da China de Michael Wood.

Procurarei, pois, com 4 pequenos exemplos bem distantes no tempo, despertar o vosso interesse.

1. Penso que uma canção hoje recuperada - após a República e o período de Mao - e cantada em festas populares na Região de Henan (e datando no mínimo da Dinastia Han, cerca de 200 AC) vos faça recordar algo: Lembrem-se de quando o Mundo começou e tudo era caos

Nem céu nem terra nem seres humanos
Então o Deus do Céu criou o sol, a lua e as estrelas
O Deus da Terra criou cereais e ervas
E com o Céu e a Terra separados o caos cessou
Depois o irmão e a irmã apareceram
Fuxi e Nuwa os antepassados humanos
deram à luz centenas de filhos
É essa a nossa origem: os cem apelidos
A população do Mundo
Assim os povos do Mundo podem parecer diferentes
Mas pertencemos a uma família.

2. Avancemos um pouco para a Dinastia Tang (600-800DC) e oiçamos as palavras dum incansável viajante, XvanZang, eivadas de princípios confucionistas - cuja ideologia era essencial para um cosmos ordenado- e taoistas: "O Imperador é virtuoso e os súbditos leais, os pais são afectuosos e os filhos são obedientes, a humanidade da justiça é muitíssimo estimada e os idosos e sábios são venerados. Ademais quão profundo e misterioso é o seu saber, a sua sabedoria iguala a dos espíritos. Tomaram o Céu como modelo e sabem como calcular o movimento das sete luminárias; inventaram todo o tipo de instrumentos, fixaram as estações do ano e descobriram as propriedades ocultas dos seis sons e da música, acalmando a influência contrária do Yin e do Yang, e desse modo trazendo paz e felicidade a todos os seres.

3. No século XVII, mais precisamente em 1670, o Imperador Kangxi (o 1.º Imperador da última dinastia (1644-1911) a Dinastia Qing, mandou publicar aquilo que ficou conhecido como o Édito Sagrado (16 linhas com sete caracteres cada uma) destinado a ser afixado em

ciaram as leis do Céu e reverenciaram os antepassados como forma fundamental de governar o País. Ser sincero na reverência pelo Céu e pelos antepassados implica o seguinte: ser afável com os homens de longe e manter os capazes por perto / alimentar o povo / pensar no beneficio de todos como sendo o ver-



todo o lado e lido duas vezes por mês, nomeadamente pelas crianças. Falava - e cito - do amor filial e fraternal, da generosidade para com a família, da manutenção da paz com os vizinhos, do respeito pela agricultura, da obrigação de ser frugal e de não desperdiçar recursos valiosos. Incentiva os instruídos a explicarem a Lei e estimulava todos a mostrarem sempre cortesia, boas maneiras e a trabalharem com diligência. Finalmente o Édito anunciava que as "pessoas deveriam libertar- se da inimizade e da raiva para assim mostrarem respeito pela sua pessoa e pela sua vida.

4. É também, e com isto finalizo, do Imperador Kangxi a seguinte reflexão: "Antes de morrer quero que conheçam os meus sentimentos mais sinceros. Todos os governantes do passado reveren-

dadeiro benefício e no espírito de todo o País como sendo o verdadeiro espírito / ser atencioso com os funcionários e agir como um pai relativamente ao povo / proteger o Estado antes de o perigo aparecer e governar bem antes de haver qualquer perturbação/ser sempre diligente e sempre cuidadoso e manter o equilíbrio entre princípios e conveniência de modo a que possam ser feitos para o País planos de longo alcance. Tudo se resume a isto.

Separados por milhares de quilómetros e milhares de anos atrever-me-ia a dizer que há princípios que parecem eternos e universais.

A ser assim "Tudo sob o Céu "já não seria apenas a China, mas o Mundo.

Carlos Santos Ferreira, 22º



### A ALMA

A palavra alma deriva do grego *anemos* ou do latim *anima*, que significa ar ou sopro, e é considerada o princípio vital, a sede do pensamento. É, em primeiro lugar, o sopro que anima um corpo vivo. Designa o princípio do pensamento e da organização e, de um modo geral, do ser humano.

A noção da alma é procurada para explicar a complexidade da vida e articular as diversas funções vitais. A autonomia da alma em relação ao seu corpo nem sempre esteve li-

gada à ideia de imortalidade, sendo, no entanto, essa ideia dominante ao longo dos tempos.

Existem várias correntes filosóficas que admitem a existência da alma, das quais passo a falar levemente sobre duas.

Platão acreditava — de acordo com o seu dualismo corpo e alma — que a alma é imortal e que existe antes de nascermos e depois de morrermos. Além disso, Platão acreditava que a alma é composta de três partes: racional ou lógica, irascível ou espirituosa e apetitiva ou concupiscente.

Em relação ao corpo, Platão tinha uma visão bastante negativa e acreditava que ele era

uma prisão para a alma. Segundo ele, o corpo é fraco e imperfeito e está constantemente a mudar, até ao momento da sua morte. Além disso, Platão acreditava que o corpo é uma fonte de distracção e de tentação, que pode desviar a alma do seu caminho para a verdade e para a justiça. Em resumo, para Platão, o corpo é visto como um obstáculo para a alma e para a sua busca pelo conhecimento e pela sabedoria.

Para Platão a parte racional da alma é responsável pelo pensamento lógico e racional, pela reflexão crítica e pelo conhecimento

das ideias universais, que são consideradas pelo filósofo grego como a realidade verdadeira e imutável. Platão acreditava que a parte racional da alma é capaz de compreender essas ideias universais e usá-las como guia para tomar decisões e agir de forma correcta.

Já a parte irascível da alma é responsável pelas emoções e pelas paixões. Se o indivíduo se irrita ao ver uma injustiça a ser cometida e se torna agressivo, por exemplo, é porque essa parte da alma assumiu o controlo do corpo. Platão argumenta que essa parte da alma é instável e pode ser afectada por factores externos, como a beleza ou a dor.



Por último, a parte apetitiva da alma é responsável pelos desejos e pelos instintos básicos de sobrevivência. O desejo de comer, dormir, sexo, todas essas necessidades da existência do corpo estão ligadas a essa parte da alma. Platão argumenta que essa parte da alma é completamente instável e que deve ser controlada pelas outras partes para que o indivíduo possa atingir a sabedoria e a virtude.

Para René Descartes, provavelmente o mais conhecido defensor do dualismo de mentecorpo, os seres humanos são compostos de dois tipos diferentes de substâncias que es-



tão de alguma forma ligadas entre si. Por um lado, temos corpos e fazemos parte do mundo físico. Segundo o filósofo, o corpo é uma máquina feita de carne e osso. As suas articulações e tendões agem como parafusos, roldanas e cordas. O seu coração é uma bomba e os seus pulmões são foles. Sendo o corpo uma coisa física, está sujeito às leis da física e está localizado no espaço e no tempo.

Assim como os humanos, os animais também são máquinas, e o seu comportamento é puramente um produto das leis mecânicas.

Os seres humanos, no entanto, são os únicos animais que, além de corpos, também possuem mentes. De acordo com Descartes, a mente (que é idêntica à alma) é o seu eu "real". Com o corpo alterado/modificado continuamos a ser a mesma pessoa tão completa como antes, mas com a mente alterada/modificada deixamos de ser essa mesma pessoa e, no pior cenário, se perdermos a nossa mente, deixamos de existir. Foi deste teoria que saiu a famosa máxima de que se *Penso logo existo (Je pense, donc je suis*, no francês original, ou *Cogito, ergo sum*, na sua forma latina).

Assim, o dualismo cartesiano opõe-se ao fisicalismo, teoria pela qual se advoga que a mente é tão física como o corpo.

A alma, um conceito que transcende as fronteiras religiosas e filosóficas, é frequentemente considerada como a essência espiritual do indivíduo, que sobrevive à morte do corpo físico. Ela é muitas vezes associada à consciência, ao sentido de identidade e à busca por um propósito maior na vida.

A alma representa a parte mais elevada e intangível do ser humano, conectada a um plano mais profundo de existência.

O dever, por sua vez, é um princípio fundamental dentro da nossa A.O.. Está intimamente relacionado com a responsabilidade moral e ética que consideramos ter para connosco próprios, a nossa comunidade e a humanidade como um todo. O dever pode ser entendido num contexto mais amplo, no qual a alma desempenha um papel vital. O dever não é apenas uma obrigação social

ou moral, é uma expressão da busca interior da alma por realizar o seu potencial mais elevado.

A conexão entre a alma e o dever reside na ideia de que a alma busca a sua expressão mais autêntica e plena ao cumprir o seu dever. Cumprir o dever é uma manifestação externa da jornada interior da alma em direcção à iluminação e ao auto-aperfeiçoamento. Devemos, por isso, reflectir sobre como as nossas acções externas podem ser uma manifestação da evolução interna da alma.

A relação profunda entre a alma e o dever concorre para moldar a jornada espiritual e moral de cada um. Assim MM. QQ. II., no nosso caminho, sempre inacabado, em direcção à verdadeira Luz, temos a obrigação de considerar não apenas os nossos deveres externos para com a sociedade, mas também a nossa responsabilidade interior de cultivar e elevar as nossas almas.

Ao fazê-lo, buscamos uma integração mais profunda entre a espiritualidade pessoal e a busca pelo bem-estar da humanidade como um todo.

Como é costume dizer-se, nada fortalece e tranquiliza mais a Alma do que a certeza do Dever cumprido.

Manuel Vicente, 25°





## PROLEGÓMENOS ACERCA DAS RELIGIÕES DO ORIENTE

- A Religião é um sentimento ou uma sensação de absoluta dependência.

Friedrich Schleiermacher (1768-1834)

- A Religião significa a relação entre o Homem e o poder sobre-humano no qual ele acredita, ou do qual se sente dependente. Essa relação expressa-se em emoções especiais (confiança, medo), conceitos (crença) e acções (culto e ética).

Cornelis Petrus Tiele (1830-1902)

- A Religião é a convicção de que existem poderes transcendentes, pessoais ou impessoais, que actuam no Mundo e se expressam interiormente por pensamentos, sentimentos, intenções e acções.

Helmuth von Glasenapp (1891-1963)

- Religiosa ou Piedosa é a pessoa para quem algo é sagrado.

Nathan Söderblom (1866-1931),

Desde a aurora dos tempos, que o Homem possui uma intuição do sagrado, um sentido de ligação ao transcendente, a uma ou a várias Entidades, nas quais procura as suas referências e a protecção na vida do seu dia-a-dia, o que constitui a essência da sua *religio* – termo proveniente dos antigos romanos.

Assim, não é de admirar, que o termo *religio*, referente a religião, apareça nos textos de Cícero, no sentido de *relegere*, e nos de Lactâncio e Tertuliano com o sentido de *religare*. Segundo a interpretação de Emílio Benveniste, *relegere* significaria fazer uma nova escolha, o retornar a uma síntese anterior, a fim de a recompor (*retractare*); o que indicia, por outro lado, uma disposição interior e não um conjunto de crenças e de práticas, uma vez que a *religio* romana é, na sua essência, subjectiva.

Quando a religio passou a designar a reli-

gião cristã, o termo teve necessidade de uma distinção ou delimitação, ou seja, os domínios entre o sagrado e o profano precisaram de ser determinados, a fim de contribuírem para uma definição clara daquilo que era, realmente, a religião, dado o *religio-relegere* pertencer ao domínio pagão. Segundo Lactâncio, nas palavras de Cristiane Azevedo, o termo *religio*, ao passar a designar a "verdadeira" religião, que se dirige ao verdadeiro Deus, tende a valorizar o laço que O liga ao Homem. Daí a designação *religare*.

Aurelius Agustinus (de Tagaste), bispo de Hipona, mais conhecido por Santo Agostinho, ao retomar a leitura de Lactâncio, acabou por impor um único significado de religião, uma vez que: "a ideia de *religio* significava uma ligação baseada na submissão e no amor entre o Homem e Deus".

Posto que foi este intróito, acerca do ter-



mo Religião, passaremos a uma síntese de algumas das religiões do Oriente e das suas possíveis influências.

O Zoroastrismo é considerada a religião monoteísta mais antiga, ainda praticada, cujo livro sagrado, o Avestá, constitui um agrupamento de textos escritos por diferentes autores e em períodos de tempo distintos. Não se sabe, ao certo, a datação do seu início, embora se aponte o séc. VII a.C., como o mais provável. E esta imprecisão é também devida, em parte, ao seu criador - Zaratustra -, a quem os gregos designaram por Zoroastro – contemplador de astros –, do qual se desconhece, com precisão, a época em que terá vivido. Contudo, pensa-se que a sua existência teria ocorrido na Ásia Central, num território que, actualmente, compreende a parte oriental do Irão e a porção ocidental do Afeganistão, por volta do séc. VII a. C., o que o faria contemporâneo de Ciro, o Grande, e de Dario I. Aliás, não é despiciendo, o facto do Zoroastrismo ter sido a religião adoptada, oficialmente, pelo Império Aqueménida (séc. VI-séc. IV a. C.).

O nome – Zoroastro – encontra-se relacionado com o facto da sua doutrina apelar ao culto de uma Consciência pura.

A doutrina zoroástrica, que viria a constituir a base, a partir da qual se viriam a edificar as três maiores religiões monoteístas, actualmente praticadas no Mundo –
o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo, principalmente o xiita –, já para não
falar, também, de alguma influência no
Budismo, no Gnosticismo¹ e na própria
Filosofia grega; não era, precisamente,
uma religião monoteísta. Embora defendesse a ideia de um Deus Supremo –
Ahura Mazda² –, havia outras divindades
que compunham a sua trindade – Ormuz
e Ariman, este também conhecido por
Angra Maniuh, que simbolizava o mal.

Angra Maniuh, que era considerado,

mais como um princípio cósmico do que como uma divindade, não podia ser destruído, porque fazia parte da ordem dualista do Universo – a eterna luta entre o bem e o mal.

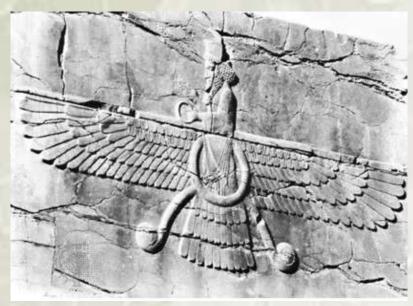
Num patamar inferior existiam as sete divindades menores, à frente do trono de **Ahura Mazda**, a quem os estudiosos das religiões fazem corresponder aos sete Arcanjos da tradição judaico-cristã.

Ahura Mazda – Deus Criador, a divindade Suprema, para os cristãos; Jeovah para os judeus; e Allah para os muçulmanos – encarna e é a fonte de tudo o que é bom. Conjuntamente com os seus Anjos, travam uma batalha contra Angra Maniuh, por sua vez acompanhado por entidades malignas, como a inveja, os maus pensamentos, a mentira, a doença, a morte... Daí, o facto de Ariman/Angra Maniuh dever ser interpretado como uma energia negativa, cuja responsabilidade se estenderia a acontecimentos nefastos, como as pestes, os desastres naturais, as derrotas militares...

Esta questão da luta entre o Bem e o Mal, colocada por Zoroastro, passa-se no areópago mental humano. Enquanto os bons pensamentos criam e organizam o mundo e a sociedade, os maus são completamente desestruturantes, tal como o que se encontra exposto nos dezassete hinos — os *Gathas* —, supostamente compostos pelo próprio Profeta, e que se encontram incluídos no **Avestá** ou **Zendavestá**.

A noção de um Ser Supremo que é desafiado por um inimigo poderoso; a personificação do mal que tenta os homens a corromperem-se (que é também sinónimo da ganância e das trevas...); a ideia da salvação e ressurreição; a ideia dos anjos da guarda; a concepção do Juízo Final (onde os escolhidos alcançarão o Paraíso – *Pairidaeza* – e os maus enfrentarão a sua punição), o que implica a crença na Vida após a Morte – todas estas noções vêm

descritas no âmbito do Zoroastrismo – tal como a da vinda de um Messias Salvador, através de um nascimento virginal, como filho da Divindade Máxima.



A noção da Vida após a Morte já se encontrava subjacente no papiro relativo ao *Livro dos Mortos* do Egipto Antigo, que data, aproximadamente, de 1550 a. C. Esta colecção de textos soltos apresentava uma série de "feitiços mágicos", destinados a auxiliar a jornada da pessoa morta

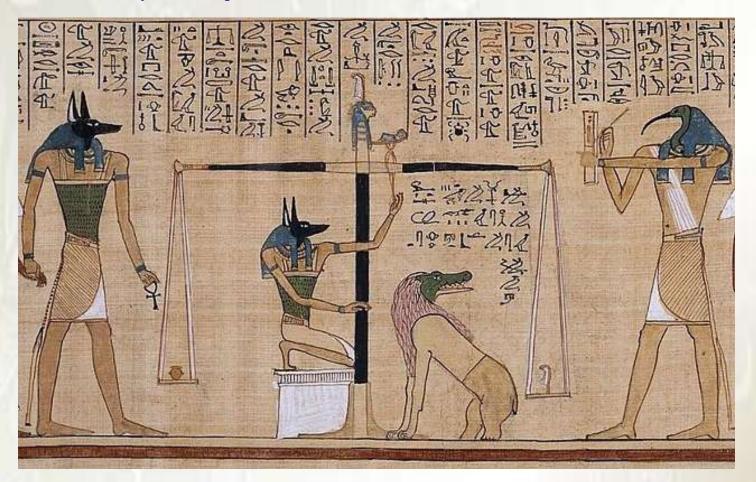
através do submundo (Duat).

A fazer-se fé nestas datações, verifica-se que a doutrina zoroástrica seria, então,

bem posterior à publicação do *Livro* dos Mortos, o qual remonta ao período do Império Novo<sup>3</sup>, o tempo da XVIII dinastia, em que surgem os nomes de notáveis faraós e em que o Egipto atravessa uma fase de enorme riqueza<sup>4</sup>.

Na época de Amenophis IV, foi implementada uma mudança sem precedentes na história do Egipto. Tendo mudado o seu nome para Akhenaton – aquele que louva ou é útil a Aton – manda construir uma cidade, que designa por Akhetaten<sup>5</sup> – o horizonte de Aten –, para onde transfere a capital Império, e onde cria uma pova religi-

do Império, e onde cria uma nova religião baseada num deus único – Aton –, substituindo o politeísmo, então vigente, pelo monoteísmo, o que veio a causar grande descontentamento, a par de de ter também imprimido uma forma de cultura



mais "materialista".

Logo que Akhenaton faleceu, passou a reinar Smenkhkare, seu filho, tendo os antigos deuses voltado aos seus pedestais. O novo faraó teve pouco tempo como monarca (2 anos), tendo sido sucedido no trono por seu irmão – Tutankhamon, primitivamente Tutankhaton – que reinou durante 18 anos, desde os 9 aos 27 anos de idade.

No âmbito religioso, pode dizer-se que o Egipto passou por várias fases. Inicialmente politeísta, tendo por divindades as forças da natureza; com o passar dos séculos o credo diversificou-se, tendo sido considerado henoteísta (hen theos — um deus), ao acreditar numa divindade criadora do Universo, a qual se fazia acompanhar por outras forças independentes, mas de poder inferior; e, por um curto período de tempo, também monoteísta, com a crença em um único Ser Supremo, onde as outras divindades eram praticamente inexistentes.

Aqui chegados, põe-se a questão – poderse-á afirmar, com toda a certeza, que o Zoroastrismo terá sido completamente surdo à influência destas dialécticas filosóficas?

O Zoroastrismo, como religião oficial do império persa, no tempo de Ciro II<sup>6</sup>, teria influenciado o Judaísmo, numa altura em que este apresentava um carácter politeísta, porventura, aquando do exílio do povo hebreu na Mesopotâmia. Como sinais desta influência, de entre outros, podemos encontrar a proibição da adoração de imagens "sagradas", o monoteísmo rigoroso e a purificação do povo judaico, tão defendida por Esdras...

Após o helenismo alexandrino do séc. IV a.C., o judaísmo veio a adoptar os conceitos de imortalidade da alma e da ressurreição corporal.

É da mais elementar justiça dizer que, o

Zoroastrismo<sup>8</sup>, para além de ter sido a religião oficial do Império Persa, foi a religião predominante no Médio Oriente, durante vários séculos, até que, no séc. VIII d.C., com a queda do Império Sassânida<sup>9</sup>, foi substituído pelo Islamismo.

Na questão do culto dos mortos, é curioso, que os zoroastras (ou mazdeístas) tenham sido os primeiros a demonstrar uma certa "consciência ambiental". Defendiam eles que, sendo a Terra, o Ar, a Água e o Fogo, criações divinas e, portanto, sagradas e puras, não deveriam ser conspurcadas com cadáveres, considerados matéria impura; para além de, como dizia Zaratustra, as criações divinas, por serem puras, exigiam ser tratadas com respeito e carinho. Neste sentido, era ordenado que o Homem se esforçasse para preservar a Natureza. Assim, os mortos eram deixados sem roupas, ao ar livre, nas chamadas Torres do Silêncio, ou Dakhmas, normalmente situadas no alto de um morro, a fim de serem devorados pelas aves de rapina.

Causa uma certa estranheza, o facto de Zoroastro e a sua doutrina não terem sido referenciados por Heródoto (séc. V a. C.), no seu tratado acerca das religiões medopersas, enquanto os mesmos são citados por Platão (séc. V-séc. IV a. C.) em *Alcibiades*.

Do atrás descrito, não será estultícia concluir-se que a doutrina zoroástrica impregnou o Cristianismo, pelo interposto Judaísmo.

Observemos, de seguida, o Hinduísmo, ou *Sanatana Dharma*, em sânscrito (caminho espiritual eterno), uma das mais antigas<sup>10</sup>, senão a mais antiga e, estatisticamente, a 3ª religião do mundo com mais fiéis.

Não é fácil definir o que é o Hinduísmo, perante um sistema filosófico-religioso tão diversificado, que engloba – desde o ateísmo, ao monoteísmo, passando pelo



politeísmo e panteísmo, de entre outros. Até mesmo a sua concepção de Deus, por estar relacionada com as diferentes tradições e vertentes filosóficas, torna-se complicada. Ainda que envolva a devoção a um único deus, aceita a existência de outros, o que a coloca num tipo de religião henoteísta.

Não havendo um Livro Sagrado no Hinduísmo, tudo o que se sabe sobre esta reli-

gião está escrito nos Vedas<sup>11</sup> – textos sagrados que ensinam os preceitos religiosos, inicialmente transmitidos, de geração em geração, por intermédio dos mestres e dos seus discípulos ou seguidores.

Não se sabe, ao certo, quem criou o Hinduísmo. Alguns estudiosos são de opinião de que não se trata de uma religião fundada por uma dada pessoa, mas sim de uma cultura que emergiu com base

nas práticas verificadas em diversos povos.

O *Dharma* é um código de comportamento. É ele que dita o lugar e as funções que um indivíduo deve assumir na sociedade, levando em consideração o *Karma* – as acções e as respectivas consequências – da sua vida anterior. É da combinação do *Dharma* com o *Karma* que resultam as castas, um sistema de estratificação que conforma a sociedade hindu.

O Hinduísmo prega a existência de uma Entidade Superior, um Deus maior, que possui diversas manifestações, podendo, por isso, ser adorado na forma de diferentes deuses e deusas. Para o Hinduísmo, o objectivo dos seres na Terra é o de reencarnar diversas vezes, até se tornarem dignos de se juntarem ao Espírito da Divindade Suprema. A forma de o ser humano conseguir este desiderato, será através da valorização da verdade, da honestidade, da gentileza, da paciência, da

equidade, da generosidade, da compaixão e do autocontrole, de entre outras qualidades, lembrando-se de que, em todos os seres vivos, existe a presença da Divindade Maior. Assim sendo, pode dizer-se que o Hinduísmo enxerga o Universo como uma grande família, entendendo qualquer tipo de religião como um Caminho para o encontro com a Divindade Suprema<sup>12</sup>.

Ao não defender um dogma absoluto, o



Hinduísmo é muitas vezes concebido, mais como um estilo de vida, do que como uma religião. Contudo, um dos seus principais conceitos assenta no *atman*<sup>13</sup>, ou seja, na defesa de que todos os seres vivos possuem uma alma. Deste modo, todos devem buscar a salvação, ou *moksha*, que é encontrada no fim do ciclo da reencarnação, onde o Ser se junta à Alma Absoluta – Deus. São as acções efectuadas por cada indivíduo, que irão determinar a sua salvação, e ditar o futuro da sua vida actual e a das próximas jornadas.

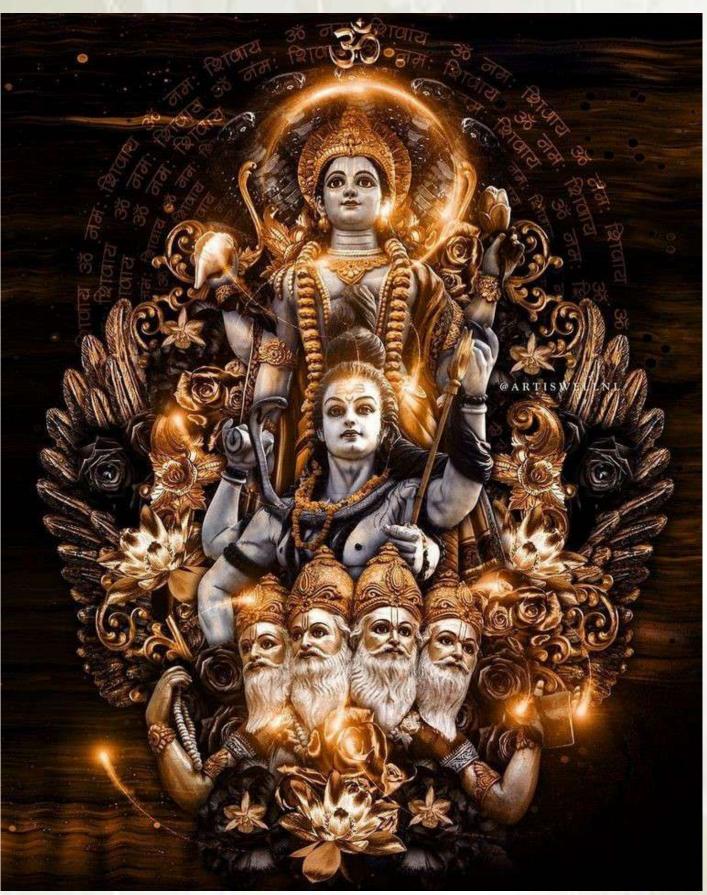
Considerando todos os seres vivos como iguais, a maioria dos hindus adopta um estilo de vida vegetariano, semelhante ao conceito do veganismo, onde a vaca e o boi são dois animais muito importantes, justificando, assim, a abstenção de uma alimentação à base da carne destes animais.

Perguntar-se-á como surgiu o conceito da



reencarnação? Este conceito apareceu na sequência do porquê de algumas pessoas sofrerem mais do que outras. E a resposta é de que, em consequência da experiência da vida passada, cada pessoa recebe o resultado das suas acções, ou seja, do seu

*karma*<sup>14</sup>. O sofrimento que ela enfrenta na vida actual demonstra que é preciso "pagar" pelos actos cometidos. O *karma* funciona como um mecanismo essencial para revelar a importância dos comportamentos individuais.



De entre os símbolos do Hinduísmo, encontra-se a Cruz Suástica, que significa "a boa sorte e o ser feliz"; e o Om, pronunciado por três letras/três sons diferentes, em Sânscrito — a, u, m <sup>15</sup>— o som primordial. Esta combinação sonora é usada nas vocalizações, meditações e nos mantras, representando, igualmente, a divindade da criação, Brahma.

Os objectivos da vida humana, segundo os hindus, encontram-se descritos nos *Purusarthas*, como o *dharma* relativo à ética; o *artha* relacionado com o trabalho e a prosperidade, o *kama* relativo aos desejos e paixões, o *moksha* relacionado com o libertar-se das paixões e do ciclo *samsara*, ou ciclo da morte e renascimento e o *karma* relacionado com as acções ou intenções e suas consequências <sup>16</sup>. No sentido de poderem alcançar o *moksha*, alguns hindus chegam a deixar o seu mundo social e material, para se dedicarem a uma vida conventual (*sannyasa*).

Os *Devas*<sup>17</sup>, ou deuses regentes da natureza, de aparência gloriosa, encontram-se descritos na poesia épica hindu, bem como nos *puranas*, textos encomiásticos antigos, relativamente às várias divindades, principalmente as do divino *Trimurti*, o Deus trinitário do Hinduísmo – através de histórias divinas. Em vários destes textos encontra-se relatada a descida de Deus à Terra, na sua forma corpórea, ou de avatar, a fim de restaurar o *dharma* da sociedade e guiar os Seres humanos a atingir o *moksha*.

Um dos avatares mais importantes é *Vixnu*, responsável pela sustentação do Universo, o qual, em conjunto com *Xiva/Shiva*, o deus da destruição e regeneração, e *Brahma*, o deus da criação do Universo, formam o referido *Trimurti*, ou Trindade Sagrada do Hinduísmo. Do casamento de *Xiva* com sua esposa *Parvati*, nasce *Ganesha*, o deus da fortuna e das riquezas, que já não faz parte da *Trindade*. Existem

outros avatares, ou formas corpóreas de Vixnu, como são os casos de Rama e Krishna. A Rama é dedicado o poema Ramáiana<sup>18</sup>, uma das mais respeitadas narrativas históricas da cultura védica, atribuída ao poeta Valmiki. Quanto a Krishna, considerado o oitavo avatar de Vixnu, constitui o aspecto da Divindade a quem se presta mais culto em toda a Índia, por ser entendido como o Ser Supremo, o Guru, tal como consta na Mahabárata, um dos maiores poemas épicos da Índia, ao mesmo nível de Ramáiana, e cuja autoria é atribuída a Krishna Dvapayana Vyasa, o lendário compilador dos Vedas e putativo autor dos Puranas.



A sociedade hindu encontra-se organizada em castas, de certa forma relacionadas com o *karma* e o *dharma* das pessoas. Assim, em termos de importância, temos, primeiramente, a dos *brâmanes*, ou classe dos sacerdotes; a que se segue a casta dos *xárias*, ou dos "guerreiros"; seguida pela dos *vaicias* ou comerciantes; terminando



na casta inferior dos *sudras*, ou dos operários. Fora desta estrutura encontram-se os *párias*, igualmente conhecidos por *intocáveis*. Hoje em dia, a questão das castas faz-se sentir, sobretudo, no meio agrário, fora das grandes cidades, onde este processo se encontra bastantes esbatido.

O Budismo emerge do Hinduísmo, durante o séc. VI no subcontinente indiano, compartilhando com ele algumas crenças e teorias, como é o caso do *karma*, da reencarnação e do caminho para a salva-



ção, e diferindo dele no que se refere ao sistema de castas e de não prestarem culto a uma divindade.

Pode dizer-se que o Budismo é uma religião que tem subjacente uma filosofia oriental, baseada nas teses de Sidarta Gautama, o *Buda*, ou o Iluminado. Gautama era um príncipe da dinastia Sakia, da Índia, que deixou tudo para se dedicar à vida espiritual. Nascido em 563 a.C., a sua vida pode ser resumida em nascimento, maturidade, renúncia, busca, despertar, libertação, ensino e morte.

Para o universo budista não existe um início ou um fim. O *Nirvana* seria o estádio ideal, o qual não pode ser ensinado,

mas apenas percebido. Para o universo budista não existe um início ou um fim. O Nirvana seria o estádio ideal, o qual não pode ser ensinado, mas apenas percebido. Este estádio corresponde à libertação do sofrimento, ao desapego material, à pureza, à busca da paz interior e da essência da vida. Poder-se-á dizer que corresponde à moksha do Hinduísmo, à libertação do ciclo do nascimento e da morte, à iluminação espiritual. Como dizia Buda, o Nirvana é como um estado de calma, de paz, e de elevação espiritual, o verdadeiro acordar para a realidade. Ao alcançar-se este estado, quebra-se o processo de samsara, interrompendo os contínuos renascimentos.

O Budismo não apresenta qualquer hierarquia religiosa, devido a ser uma religião de busca individual, ainda que recheada por uma série de ensinamentos que ajudam o Ser humano a despojar-se de todos os defeitos próprios da Humanidade, como a raiva, o ciúme e a inveja, de entre outros, a fim de desenvolver qualidades como o amor, a generosidade e a sabedoria. Ou seja, o Ser humano terá a oportunidade de se desligar de tudo aquilo que o impede de atingir a perfeição, quebrando o ciclo de sucessivos nascimentos, para ascender às moradas mais sublimes.

Este ciclo vicioso de sofrimento, denominado *Samsara* é regido pelas leis do *karma*, pelo que, para lhe escapar, deve seguir-se o Caminho pretendido no Budismo, que é o "Caminho do Meio", o que significa a prática do não-extremismo, tanto físico quanto moral.

No Budismo existe a figura de Mara, considerada uma espécie de demónio, que se opõe a Buda. Enquanto este representa a *Iluminação*, Mara é a pura Ilusão, que teria tentado impedi-lo de alcançar a Iluminação, e também, ao viver no interior de cada pessoa, mantém-na adormecida nes-

sa Ilusão.

São <u>Quatro</u>, as <u>Verdades</u> que caracterizam o Budismo: A 1ª diz que a Vida é sofrimento; a 2ª diz que o sofrimento é fruto do desejo; a 3ª afirma que o sofrimento acaba quando terminar o desejo; e a 4ª diz que o desejo só termina quando se seguir os ensinamentos de *Buda*.

Com essas "Quatro Verdades Nobres", o Homem dispõe dos elementos básicos para enveredar pela "Senda das Oito Trilhas", que representam a pureza da fé, da vontade, da linguagem, da acção, da vida, da aplicação, da memória e da meditação.

Da terceira e da quarta trilhas, os budistas extraíram cinco preceitos, sobreponíveis aos mandamentos bíblicos, pois aconselhavam a não matar, a não roubar, a não cometer actos impuros, a não mentir e a não beber líquidos inebriantes.

Acreditando os budistas que o caminho para a libertação está na verdadeira consciência, que pode ser alcançada por práticas e crenças espirituais, como a meditação, leva-os a aceitar aquilo que não pode ser mudado, e a encontrar energias para agir naquilo que pode e deve ser ajustado. É também, através desta consciência, que pode ser atingida a iluminação e a elevação, ou seja, o *Nirvana*.

A doutrina budista divide-se em dois grandes ramos: A *Theravada*, considerada como a Escola budista mais antiga; e a *Mahayana*, da qual faz parte o Budismo Tibetano e o Zen, entre outras linhas. Constituem os Três Tesouros, ou os Três Refúgios, ou, ainda, a Gema Tripla, as bases das tradições e das práticas budistas: O *Buda* (O iluminado); o *Dharma* (a lei suprema, ou a doutrina pregada por Buda); e o *Sangha* (o grupo formado pelos discípulos do budismo).

É interessante verificar que, apesar da génese do Budismo ter também ocorrido na

Índia, teve maior expressão na China. Por outro lado, enquanto o Hinduísmo tem por base os textos sagrados védicos, cuja autoria é difícil de outorgar, e onde se encontram as várias divindades que presidem aos ritos, o Budismo encontrase ancorado nos ensinamentos de Buda, elaborados aquando do seu Caminho para a *Iluminação*. Por último, embora as duas tradições compartilhem os conceitos de karma e de dharma, os seus objectivos são distintos. Enquanto os budistas procuram o Nirvana, simbolizado pelo estado permanente de paz, e trabalham na busca da felicidade eterna, os hindus tentam alcançar o moksha, a libertação do ciclo nascimento-morte-reencarnação, a fim de se poderem juntar à Alma Absoluta, apenas pelo conhecimento da doutrina religiosa, e guiados pelas divindades.

Encontrando-se a reencarnação presente em ambas as vertentes religiosas, é, então, necessário prestar atenção ao comportamento em vida, para não se regressar sob uma forma inferior, no próximo nascimento.

Quanto ao Confucionismo, trata-se de uma corrente filosófica<sup>19</sup>, ou de um sistema de pensamento e de ética, originário da China, baseado nos ensinamentos de Kung-Fu-Tzu<sup>20</sup>, o *Confúcio* (551 a 479 a. C.). O Confucionismo foi iniciado pelos discípulos de Confúcio, e desenvolvido, mais tarde, por Mêncio (372–289 a.C.), tendo sido depois transmitido às gerações posteriores. Apesar de ter sofrido constantes transformações e reestruturações, desde o seu estabelecimento, na sua essência, preservou os princípios de humanidade e rectidão.

Transmissor dos valores culturais herdados das várias dinastias chinesas, desde o séc. XXI a. C., o Confucionismo veio a desenvolver-se, a partir do que mais tarde foi designado pelas "cem escolas de pensamento", baseadas, precisamente, nos

ensinamentos confucionistas. Contudo, esta corrente filosófico-religiosa esteve adormecida até ao séc. VII da e. C., época em que se dá, o que muitos autores denominam por renascimento confucionista, em resposta ao Budismo e ao Taoismo.

Em vez de apresentar uma Entidade sobrenatural, defendendo valores espirituais, esta doutrina dá uma enorme importância à família e à harmonia social, considerando as actividades comuns da vida humana, com um certo ênfase nas relações humanas, como manifestações do sagrado, porque constituem a expressão da natureza moral da Humanidade ancorada no Céu. De acordo com os ensinamentos de Confúcio, os indivíduos são formados por quatro dimensões: pelo eu, pela comunidade, pela natureza e pelo céu, mas também por cinco virtudes essenciais: amar o próximo, ser justo, comportar-se adequadamente, consciencializar-se da vontade do Céu e cultivar a sabedoria e a sinceridade desinteressadas.

A preocupação mundana do Confucionismo repousa sobre a crença de que os Seres humanos são fundamentalmente bons, carentes de conhecimento e aperfeiçoáveis através do empenhamento, não só a nível pessoal como da própria Sociedade. Deste modo, o pensamento confucionista concentra-se no culto da virtude, num mundo moralmente organizado. Ou seja, é a Humanidade que constitui o seu grande objectivo.

Alguns dos conceitos e práticas éticas básicas confucionistas, tal como vêm descrito no clássico *Wu Chang*, incluem a benevolência ou a humanidade, Rén, que é a essência do Ser humano manifestada através da compaixão, a forma-virtude do Céu; a defesa da justiça, *Yi*, e a disposição moral para fazer o bem; um sistema de normas rituais, *Li*, que determina como é que uma pessoa deve agir correcta-

mente na vida quotidiana, em harmonia com a lei do Céu; a capacidade de ver o que é certo e justo, ou o inverso, *Zhì*, nos comportamentos exibidos pelos outros e, por último, a integridade, *Xin*.

Num outro clássico, o *Sizi*, encontra-se descrita a lealdade, *Zhong*; a piedade filial, *Xiao*, a continência, *Jie*, e, igualmente, a justiça, *Yi*<sup>21</sup>.

De entre todos os elementos, o *Rén* (Humanidade) e o *Yi* (Justiça) são os fundamentais. Relativamente a estas práticas éticas, o Confucionismo criticaas pessoas, de um modo activo, pelo fracasso na defesa dos valores morais de *Rén* e *Yi*.

Quanto às "visões" que fundamentam o desenvolvimento do Confucionismo, existem vários clássicos. De entre eles<sup>22</sup> permitam-me que cite: O *Livro das Mutações, Yi Jing*, tido como o mais antigo, mostra uma visão metafísica que combina a arte divinatória com a técnica numerológica e discernimento ético. Em termos filosóficos, vê o Cosmos como uma interacção entre as duas energias *yin* e *yang*, mostrando o Universo como uma unidade orgânica e dinâmica.

O Livro de Canções ou da Poesia, sendo a mais antiga antologia de poemas e canções chinesas, mostra a visão poética na crença de que a poesia e a música transmitem, reciprocamente, sentimentos humanos comuns.

O Livro da História ou dos Documentos constitui a compilação dos discursos de grandes figuras, bem como os registos de acontecimentos da antiguidade. Sustentando uma dada visão política, aborda o caminho régio, em termos éticos, para um governo humano, baseado na responsabilidade e na confiança, a par de um pacto de harmonia social que não depende de punições ou de meios coercivos.

Os homens, originalmente, só querem o que instintivamente desejam, apesar dos



resultados positivos ou negativos a que esses desejos possam levar. Ainda que, do ponto de vista de Mêncio, todos os homens nasçam para compartilhar a bondade, como a compaixão e o bom coração, frequentemente, e na prática, tal não se verifica. Deste modo, torna-se necessário o desenvolvimento do próprio Homem. Daí, a moralidade ser interpretada como um "fantasma" da Humanidade e da Justiça.

O próprio **Confúcio** já se tinha apercebido de que, apesar de todos os homens nascerem com semelhanças intrínsecas, eram condicionados e influenciados pelo estudo e pela prática. Daí que o *Rén*, que subjaz à teoria política confucionista, pressuponha que um governante autocrático, deva ser exortado a não agir desumanamente para com os seus súbditos, porque corre o risco de perder o "Mandato dos Céus", ou seja, o direito de governar.

Ao contrário dos profetas das religiões monoteístas, Confúcio não pregava uma teologia que conduzisse a Humanidade a uma redenção pessoal. Pregava, antes, uma filosofia que buscava a redenção do Estado, mediante a correção do comportamento individual. Tratava-se mais de uma doutrina orientada para o mundo real, que pregava um código de conduta social, do que um caminho para a redenção.

Sendo os actos da vida quotidiana considerados rituais, no Confucionismo, o conceito do termo "ritual" foi alargado para incluir o comportamento cerimonial secular, referindo-se, também, ao decoro ou à cortesia do dia a dia. Os rituais mais importantes do Confucionismo encontram-se relacionados com a família, sendo o casamento e o funeral os mais importantes. O casamento, por constituir a formação de uma nova família e o funeral por reverenciar os ancestrais. Na verdade,

os rituais não são, necessariamente, práticas arregimentadas ou arbitrárias, mas sim rotinas, em que muitas vezes as pessoas se inserem, consciente ou inconscientemente, durante o curso normal das suas vidas. Moldar os rituais, de forma a conduzir uma sociedade ou uma nação, a um estádio saudável e de satisfação, é um objectivo da filosofia confucionista.

A lealdade, *zhong*, é equivalente à piedade filial, mas num plano diferente. Sendo a piedade filial, tal como a lealdade, frequentemente subvertida pelos regimes autocráticos da China, levou a que Confúcio não propusesse que "o poder dá a razão", mas que um ser superior, que tenha recebido o "mandato do céu", deveria ser obedecido, devido à sua rectidão moral.

A lealdade, considerada uma das grandes virtudes humanas, era igualmente vista como uma extensão dos deveres do indivíduo para com os amigos, cônjuge e familiares. A lealdade, para com a Família, vinha em primeiro lugar, seguida da lealdade para com o cônjuge; depois para com os governantes e, por último, para com os amigos.

Em resumo, pode dizer-se, que o Confucionismo sublinha a existência de uma moralidade pessoal e de governação, a par de uma tomada de procedimentos correctos e respeitosos nas relações sociais, da aplicação de uma verdadeira justiça e, igualmente, de lealdade e sinceridade na convivência humana.

O Confucionismo não possui quaisquer lugares de culto, ou uma organização clerical, como também não presta qualquer adoração a divindades, e não defende a existência de vida após a morte. Como o Taoísmo, acredita no Tao, no Caminho superior que todos os indivíduos buscam na sua vida, em equilíbrio entre a vida mundana e a espiritual, entre o Homem e a Natureza.

A figura de Confúcio é a de um guia espiritual, que orienta a vida dos seus seguidores pelo caminho da harmonia. Não possuindo, a sua filosofia religiosa, um único livro sagrado, apresenta diversos textos que servem de orientação para os

é uma religião e uma filosofia que, partindo da antiga tradição chinesa, dá bastante realce à vida em harmonia com o *Tao*, ou seja, com o Caminho, ou Princípio. Especificamente, este termo designa a fonte, a dinâmica representativa da força cósmica



seus seguidores, como é o caso dos *Anacletos*, ou *Lun Yu*, que reúne os ensinamentos de Confúcio, em forma de diálogo e o *Mengzi*, livro escrito por Mêncio, o segundo sábio do Confucionismo, para além dos já citados Cinco Clássicos.

O Taoísmo, também chamado Daoísmo,

que cria o Universo e de tudo o que existe.

A filosofia taoista surgiu em contraponto à doutrina pregada por Confúcio. Enquanto este primava pelo cumprimento das obrigações em sociedade e pela disciplina como a única forma de viver a Vi-



da, o Taoísmo sustenta que é no contacto contemplativo com a natureza que está a certeza de uma vida autêntica e vivida em paz.

Sendo o Tao representado por várias divindades, adoradas nos templos taoistas, significa que o Taoísmo é uma religião de matriz politeísta, que defende que o maior poder está na Natureza, devendo o Homem deixá-la seguir o seu caminho e viver em equilíbrio e harmonia com ela, a fim de obter a felicidade e a longevidade.

A principal obra do Taoísmo é o *Tao Te Ching*, um livro conciso que contém os ensinamentos atribuídos a Lao Zi ou Lao Tzu, e onde pontuam os dois elementos centrais da vida – o *yin* e o *yang*. Estas duas forças representam as dualidades contidas na natureza – o feminino e o masculino, o bem e o mal, o claro e o escuro, etc.

A doutrina taoista acredita que não se deve tentar entender as estruturas da natureza, mas sim, sujeitar-se às leis naturais, guiado pelas três jóias – a compaixão, a moderação e a humildade, que apontam, igualmente, para um desprendimento relativo aos bens materiais, como forma de cada um alcançar o seu verdadeiro Caminho.

Como nos foi dado constatar, através da sua leitura, muitas das filosofias orientais, como o Taoísmo, ultrapassam o âmbito religioso, para sustentarem conselhos referentes a estilos de vida que, constituindo sistemas de práticas e de ensinamentos no domínio da ética, procuram guiar a vida dos seus seguidores no Caminho da Luz.

#### **NOTAS**

- 1. O Gnosticismo é um sistema filosófico-teológico, cujos partidários pretendem ter um conhecimento compacto e transcendente da natureza e atributos de Deus.
- 2. Tendo em atenção ao deus principal **Ahura Mazda** –, daí, também, a designação de mazdeísmo, à religião zoroastrista.

- 3. Período que marca a expulsão dos estrangeiros que, durante anos, dominaramo Império do Nilo.
- 4. Tamanha ela foi que, no reinado de Amenophis III, já não havia mais interesse em expandir o território, mas sim, o de aproveitar a fortuna conseguida com o ouro da Núbia. Sucede-lhe Amenophis IV, casado com Nefertiti.
- 5. Akhetaten corresponde hoje à cidade de El-Amarna, a meio caminho entre a cidade do Cairo e a de Luxor.
- 6. Ciro II era visto como ungido de Jeovah, embora não o conhecesse (Deuteronómio de Isaías "embora não me conheças eu te cinjo").
- 7. Vários autores defendem que o texto de Isaías é profundamente zoroastrista e anti-pagão.
- 8. Ainda hoje existem seguidores do Zoroastrismo, principalmente na Índia e no Irão, especialmente na região de Yazd. Contudo, enquanto os adeptos iranianos são pessoas mais abertas, aceitam casamentos com pessoas de outras religiões e tentam converter os não crentes; os indianos, concentrados em Gujarate, chamados Parsis, são mais fechados, pois só aceitam casamentos endógenos, porque se considerarem uma raça pura. Também desencorajam a conversão de estranhos. É interessante verificar que o ramo que procura as conversões está num país em que a grande maioria da população é xiíta, que não permite a saída dos seus crentes para outra religião, ao passo que o ramo parsi, que não admite a conversão de outros, está num país em que as conversões são livres.
- 9. Os Sassânidas, cujo nome deriva de Sassan, um deus desconhecido, constituíram uma dinastia que reinou a Pérsia entre 224 e 651 d. C., após a derrota dos Partos. Os Sassânidas eram um povo oriundo da área central da Pérsia, cujo Império abarcava esta região, a Mesopotâmia e o vale do Indo. O primeiro rei da dinastia sassânida foi Ardacher I, entre 226 e 241 d. C. O seu filho Shapur I, entre 241 e 272 d. C. veio a prosseguir a política de conquista, chegando ao ponto de capturar o imperador romano Valeriano e mais 70.000 legionários.
- 10. Aponta-se a sua prática ao séc. XXI-XX a. C.
- 11. Os Vedas formam a base do extenso conjunto de escrituras sagradas do hinduísmo, que representam a mais antiga literatura de qualquer língua indo-europeia. A palavra Veda, em sânscrito, significa conhecer. Os 4 Vedas são: Rigveda o Veda dos hinos; Yajurveda veda do sacrificio; Samaveda veda dos cânticos; e o Atarvaveda relativo aos sacerdotes.
  - 12. As práticas hindus incluem a adoração (puja), os rituais de fogo (homa/havan), as recitações (pravachan), a devoção (bhakti), o canto (japá), a meditação (dhyāna), o sacrificio (yajna), a caridade (dāna), o altruísmo (sevā), a homenagem aos ancestrais (śrāddha), os ritos de passagem voltados para a família, os festivais anuais, as peregrinações a lugares sagrados (yatra), caso do Ganges, e o yoga que, em conjunto com o tantra e a meditação, constituem formas de harmonizar a energia entre o corpo e a mente. O Yoga constitui uma disciplina espiritual, definida como toda a prática que tenha, como objectivo, a evolução do Homem em todos os aspectos da sua existência, envolvendo o bem-estar a todos os níveis – mental, físico, emocional e espiritual. Esta prática consiste na união do corpo e da mente ao que está à nossa volta. O Tantra é um dos ramos da filosofia védica que, ao contrário das



- das restantes tradições védicas, vê o corpo humano, não como um obstáculo, mas como um meio para o conhecimento.
- 13. O Atman não pode ser distinguido do Brahma, o Espírito Supremo. Uma das escolas hindus (Advaita) afirma que a meta da vida é o de concluir que o seu Atman é idêntico ao de Brahma. Os Upanixades (cada um dos tratados védicos, de teor teosófico e filosófico, escritos em sânscrito, em datas que vão do séc. IX a.C. ao XV d.C.) afirmam que quem que tome consciência do seu Atman como a parte mais interna de si próprio, identifica-se com Brahma, atingindo assim o moksha, ou estado de "liberdade".
- 14. O conceito de um Karma universal encontra-se relacionado com a reencarnação, assim como com a personalidade que lhe é característica, e a família de cada um. Deste modo o Karma une os conceitos de livre-arbítrio e de destino.
- 15. As três letras são as iniciais das três divindades Védicas Agni, Usha e Mitra.
- 16. De acordo com os Upanixades (parte das escrituras hindus onde é discutida a religião são considerados, pela maioria das Escolas como instruções religiosas). Qualquer indivíduo (jiva-atma) desenvolve "impressões" ou samskaras, a partir das suas acções, sejam elas materiais ou mentais. O linga sharira, um corpo mais subtil que o físico, porém menos subtil do que a alma, armazena as impressões que serão carregadas para a vida seguinte, estabelecendo uma trajectória única para o indivíduo.
- 17. Os Devas são liderados por Indra, deus do Céu e rei dos deuses. Muitos hindus veneram estes deuses de uma forma particular, como um "ideal escolhido", cuja escolha depende da preferência individual e das tradições regionais e familiares.
- 18. A vida e a jornada de Rama são baseadas na ligação perfeita ao Dharma. A fim de honrar o seu Pai, Rama abandona a sua pretensão ao trono de Kosala, para ficar exilado na floresta, por catorze anos, constituindo, assim, o símbolo do grande Homem, o perfeito Filho, o perfeito Marido, Irmão, Amigo e Governante. A sua saga encontra-se descrita na epopeia literário-religiosa Ramáiana, onde é relatado, com detalhe, o seu casamento e a sua luta contra o demónio Ravana, "o mais terrível demónio do mundo".
- 19. O Confucionismo pode ser identificado como uma continuação da religião oficial Shang-Zhou (±1600–256 a.C.). As dinastias chinesas adoravam uma divindade suprema, chamada Shangdi, também identificada com o dragão, símbolo do poder ilimitado (Gi), que incorpora ambos yin-yang como unidade.
- 20. Contemporâneo de Sun Tzu (544-496 a.C.) que escreveu sobre "A Arte da Guerra".



#### **BIBLIOGRAFIA**

- ADLER, Joseph A. (2014): Confucianism as a Religious Tradition: Linguistic and Methodological Problems. Kenyon College. Gambier, Ohio, USA: 12 pp.
- ARMSTRONG, Karen (2002): Buddha. Penguin Books. UK: 240 pp.
- BENVENISTE, Émile (1969): Le Vocabulaire des Institutions Indo-Européennes. Les Éditions Minuit. Paris. France: 381 pp.
- BLOFELD, John (2018): O Portal da Sabedoria. Editora Pensamento. Porto. Portugal: 240 pp.
- BOYCE, Mary & GRENET, Franz (1991): A History of Zoroastrianism, Vol III. Brill. New York, USA: 491 pp.
- CARRITHERS, Michael (2001): Buddha: A very short Introduction. Oxford University Press. Oxfdord, UK: 128 pp.
- CARROLL, Warren H. (2004): Founding Of Christendom: A History Of Christendom, Vol I, Christendom Press. Front Royal Virginia USA 605 pp.
- CHEN, Yong (2012): Confucianism as Religion: Controversies and Consequences. Brill. New York, USA: 220 pp.
- CHERNG, Wu Jyh (2006): Iniciação ao Taoísmo. Editora Mauad. Rio de Janeiro, Brasil: 77 pp.
- CLARK, Peter (1998): Zoroastrianism: An Introduction to an Ancient Faith. Liverpool University Press. Liverpool U.K.: 204 pp.
- De AZEVEDO, Cristiane A. (2010): A Procura do Conceito de Religio: Entre o Relegere e o Religare. Religare 7 (1), p: 90-96.
- FILORAMO, Giovanni & PRANDI, Carlo (2007): As Ciências das Religiões. Ed. Paulus, 4ª ed. S. Paulo, Brasil: 295 pp.
- LORENZEN, David N. (1999). Who Invented Hinduism? Comparative Studies in Society and History: 41 (4), p: 630–659.
- MICHELL, George (1977): The Hindu Temple. An Introduction to Its Meaning and Forms. Harper & Row. New York, USA: 192 pp.
- NIVISON, David S. (1996): The Ways of Confucianism: Investigations in Chinese Philosophy. Open Court Press. Chicago, USA: 339 pp.
- SHAFER, Byron E.; BAINES, John; LESKO, Leonard H. & SILVERMAN, David P. (1991): Religion in Ancient Egypt: Gods, Myths and Personal Practice. Byron E. Shafer ed. Cornell University Press. New York, USA: 232 pp.
- TAYLOR, John (2001): Death and Afterlife in Ancient Egypt. University of Chicago Press. Chicago, USA: 272 pp.
- ZHOU, Youguang (2012): To Inherit the Ancient Teachings of Confucius and Mencius and Establish Modern Confucianism. Sino-Platonic Papers, 226. University of Pennsylvania, Philadelphia, USA: 29 pp.

Joaquim Sérgio, 32°



# SOBRE A TOLERÂNCIA RELIGIOSA

(...) a fé não exige tanto a verdade quanto a piedade [...]. Não é, portanto, quem apresenta os melhores argumentos que necessariamente demonstra a maior fé, mas sim quem apresenta as melhores obras de justiça e de caridade. E quão salutar e necessária não será uma tal doutrina para a sociedade, se quisermos que os homens vivam em paz e concórdia!

A problemática da (in)tolerância em geral e da religiosa em particular, tema objeto deste trabalho, tem acompanhado a humanidade ao longo dos tempos. Contudo, e pese embora o termo permaneça invariável, o conceito normativo de tolerância e as soluções adoptadas têm variado de sociedade para sociedade, consoante os diversos contextos políticos, económicos, sociais e culturais, implicando, consequentemente, avanços e retrocessos no caminho que dá acesso ao pluralismo religioso e à liberdade de consciência, ou seja, de pensar, sentir e julgar por si próprio, agindo em conformidade.

Neste contexto e independentemente desta problemática ter sido muito discutida na Idade Média, permiti, por uma questão de gestão do recurso tempo, que a minha reflexão, em termos conceptuais e cronológicos, se inicie no século XVI, mais concretamente com a ruptura da cristandade decorrente da Reforma protestante. Foi a partir dela que os confrontos entre as diferentes confissões religiosas assumiram um patamar quase inédito, fazendo com que a maioria dos Estados se transformassem em defensores do que consideravam a verdade e desencadeassem iniciativas persecutórias contra os "hereges". "Hereges" eram, naturalmente, todos os que seguissem uma confissão religiosa diferente da adoptada pelo Príncipe. A Europa acabaria por se transformar no palco de uma terrível sequência de guerras religiosas que perduraria durante mais de dois séculos. O longo "Inverno" em que se transformou fez mesmo empalidecer a memória da barbaridade com que Simon de Monfort atacou os Cátaros no já longínquo início do século XIII, alguns anos após a criação do Santo Oficio, precisamente para os combater.

Se, até à Reforma Protestante, a Cristandade era sinónimo de Europa, num paradigma em que o poder temporal e espiritual constituíam a unidade e se confundiam, em que os pequenos grupos de "hereges" eram facilmente eliminados ou tolerados, de acordo com o sentido medieval de permissio negativa mali, após a Reforma o impulso dos estados católicos consistiu em eliminar totalmente qualquer heresia, dada a rapidez do aparecimento de novas Igrejas e a dimensão que atingiam, colocando radicalmente em causa o modelo político vigente.

O mesmo sucedeu, aliás, nos Estados em que o movimento reformador triunfou. Contrariando a tolerância preconizada



inicialmente pelos seus mentores, a cumplicidade entre o poder espiritual e o poder político acabou por se reforçar, conferindo-lhes um carácter muitas vezes mais persecutório do que o adoptado pela Contra Reforma Católica, em benefício do poder político.

Reforçava-se, assim, o princípio de "uma

tivo de unificar a diversidade cultural dos seus Estados não haviam hesitado em publicar o Decreto de Alhambra, tornando obrigatória a conversão dos mouriscos, em 31 de Março de 1491, e em promulgar a Pragmática de 14 de Fevereiro de 1502, base da expulsão da comunidade judaica.

O Sacro Império Romano-Germânico



fé, uma lei, um rei", fórmula consagrada juridicamente no tratado de Paz de Augsburgo, em 1555, com o qual se pretendia, essencialmente, que cada Estado tolerasse a confissão dominante nos outros, mas em que a "A fé de cada príncipe determinava a fé dos seus súbditos"<sup>2</sup>. "Nestas condições, a heresia configurava-se directamente como um acto de rebelião na ordem política. <sup>3</sup>"

Os vários Estados europeus passavam a adoptar a política que os Reis Católicos haviam iniciado em Castela, antes da ruptura provocada por Lutero. Com o objeccom a sua repartição num intrincado mosaico de principados autónomos era o retrato de uma Europa profundamente dividida entre facções religiosas que se digladiavam impunemente. Carlos V, o imperador alemão que, na Península Ibérica, herdara os efeitos da legislação promulgada pelos avós maternos, pensou ver resolvidas as contendas com a liberdade de culto reconhecida aos luteranos pela Paz de Augsburgo.

Mas o radicalismo e a força retórica com que Calvino impunha as suas ideias a





partir de Genebra haviam já contribuído energicamente para o incêndio em que a Europa se via envolvida. E a Cristandade viu-se implicada na mais trágica e cruel guerra civil de que há memória, a Guerra dos 30 anos, que apenas terminará por exaustão e cansaço, em 1648, com a Paz de Westfália.

Talvez um dos seus momentos mais significativos tenha sido o massacre da Noite de S. Bartolomeu, em 24 de Agosto de 1572, com as largas dezenas de assassinatos, mas nem a velha Albion escapou à contenda com a autêntica guerra civil em que se envolveu, desde que Henrique VIII cortou com a Igreja de Roma e que, pela primeira vez, custou a cabeça a um monarca ungido com os santos óleos.

Com o decorrer do tempo e "perante uma Europa completamente dividida na sua espiritualidade e transformada num campo de batalha, tanto entre Estados como entre facções religiosas, dentro de muitos Estados começaram a surgir cada vez mais vozes a questionar as perseguições e a coacção das consciências." Se

a unidade no plano religioso não era possível, o importante era salvaguardar a unidade do Estado e os interesses nacionais. "Tolerância do dissidente no plano religioso sempre que se verifique lealdade no plano cívico."<sup>5</sup>

Neste contexto e numa estratégia de cálculo político utilitário, Henrique IV, com o propósito de alcançar a paz no reino de França, promulgou, em 13 de Abril de 1598, o Édito de Nantes, que permitia reconhecer legalmente, mas não sem muitas restrições, as igrejas reformadas. Contudo, e pese embora, em termos conceptuais, assentasse basicamente numa atitude de tolerância permissiva, na qual a maioria, numa lógica de hierarquias e de estratégia de preservação do poder, "tolera", com as condições impostas por si, alguma liberdade ao comportamento religioso da minoria, não tardou a ser revogado por Luís XIV, em 1685, com a promulgação do Édito de Fontainebleau. Este Édito obrigava novamente os protestantes franceses, os huguenotes, que não

se convertessem ao catolicismo ao refúgio, pois, a partir de então, estavam absolutamente proibidos de mudar de país com permissão do Estado, se continuassem a seguir o protestantismo.

É este conceito de tolerância, pressupondo a existência de uma verdade absoluta e oficial, de uma ortodoxia baseada na condescendência e manifestada, também, no Édito de Versalhes, promulgado por Luís XVI, em 1787, que Rabaut Saint-Étienne (deputado do Terceiro Estado) pretendeu combater, quando, em 22 de Agosto de 1789, em plena Assembleia Nacional

De Cour entr par ingence de oran tor de tennee cede Janavre-A Tour prio et adicente Salut, Caho la grane Tylinia quil a placa Dear Houn dy notes Colle of Sice do flow Tufiques or remorgantles . A mous sund Sound La Suta or la fois so no work our officeables Noubles consections in deservious quite volument a med accommen garder me que often Simile of land de part or de Sadione, que la plus Continue on often que La mondre Al so noun the want moinga followers royon onto with forwarder government Paperen of the Secundarios to touchione monthonous to first to Salut a report of agt after Dognov a law fact on Soil la glowe toute outube int a wone la grace a obligagen ; quil to-Sou South from so me la Bour pour partain a bon anne August Harsto Birth a form os noun ations porte a que offort non touthanement de me debusir o pomos Mia Toward quelque chofe de plus , qui nives perce este pou ofhe' on our' found been communité a la signife que nome tomme que nome namen par su canado de exposit puntam monte vouve tam de Son à de l'obrission depote une propre bie set en alle grande ven montine as It mands a providered affaired in the pormant tome compared four a la frieger on more tours It were so faithe tour aft order doubeprander promiserues well gon no fi provide tomber que par la form al proffese remothe a suspensie polynolyne long for own quite solumen o granown traites por la layou or la Sufficie Comme fice oil sounds grante, double not boun subject one for mante por the son plan lavine, parties Si lastar que nome officione pourous bus, place as france grube of pres of more of by La caufe principalle qui ofton on la continuavar So la grubre Cuille d'aquer min affana par la gran de Dever ) buy en france france remode at la avuer & b'estellet Softman antone after getone le d'anne du la me Mour esperonniquel nom sumadina resse bien ans aire estance que rester a rempose es que par a money nome savnienderem a Enflatt frame The Bon a paix a xanguel sepen per a fondione det to best to the good Song of Substitute with to print que nous despivores de dans de grante de Kolumente mignet und mone pathe a wowe of une ago, take I go affaire Aufque fill . and Spicere parties in I Song Doe premaparte , me of the planter per main absence wome de plubany de not prominan de Sellen Calle leques de la fine d'ancient de la solege appelling workers par Interestance wholly come It of party party party in Swant frich polls particul San Double a lowage to La Folgrey Commo author La fufficavant & remonstraine que nome our orte fauter par nos settes à Candles of profession in forming them for fiture on the Contract of a few Contract of part sof with for sura good softwaring y ofthe adioustic soils to want sound returning to Lebest 1. S. Porna ver frience at the Samuele Se Peters profession Tratado de Mantes, 13 de Abril de 1598

Francesa, a propósito da redacção do que viria a ser a "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão": "Não é a tolerância o que peço; é a liberdade (...). A tolerância! Peço que esse termo seja proscrito, e será. Esse termo injusto que só nos exibe como cidadãos de clemência, que perdoamos aos culpáveis, aqueles que, muitas vezes, a sorte e a educação levaram a pensar de forma distinta da nossa."6

Na mesma Assembleia e no mesmo sentido, Mirabeau, (outro deputado do Terceiro Estado) teve idêntica atitude: "Não venho predicar a tolerância. A liberdade mais ilimitada de religião é, aos meus olhos, um direito tão sagrado que a palavra tolerância, com que se pretende expressá-la, me parece de alguma forma tirânica em si mesma, dado que a existência da autoridade que tem o poder de tolerar, atenta contra a liberdade de pensar, pelo facto de que tolera e, em consequência, poderia não tolerar.<sup>7</sup>"

O que estava em causa, como continua a estar em algumas sociedades, era a reivindicação da liberdade religiosa, a qual "pressupõe o reconhecimento do direito inalienável de qualquer pessoa a professar e expressar as crenças que considere verdadeiras. (...) o reconhecimento absoluto do indivíduo e da sua consciência, como autoridade última em matéria espiritual."8 Desta forma, defendia-se que o Estado não poderia, nem deveria, privilegiar ou discriminar os cidadãos segundo os seus credos e não deveria preocupar-se com a verdade ou falsidade das diferentes confissões religiosas, dado que não é da sua competência descobri-la e impô-la.

Pensamento que já havia sido expresso por Baruch de Espinosa no *Tratado Teológico-Político*, publicado em 1670, por Pierre Bayle com a publicação do *Comentário Filosófico*, em 1686, e por John Locke, com a *Epistola da tolerância*, publicada em 1689.

Foi, aliás, a *Epístola* de Locke, em que defendia a ideia de que os fins do Estado

são diferentes dos da Igreja, a obra que mais terá contribuído, à época, para a proliferação da ideia da secularização e para o comportamento não confessional do Estado. "A César o que é de César e a Deus o que é de Deus", eis a fórmula evangélica que garantia que os cidadãos se tornassem livres de seguir a religião que entendessem ou de não adoptarem nenhuma.

Ideia reforcada no decorrer do século XVIII, pelos grandes pensadores do Iluminismo, de entre os quais, dada a natureza deste trabalho, pretendo, por agora, destacar Gotthold Ephraim Lessing. Na sua peça Nathan, o Sábio9, ao recorrer à "parábola dos três anéis", oferece uma imagem poderosa para o que hoje poderemos denominar diálogo inter-religioso e para a consequente coexistência pacífica das religiões estabelecidas (cristianismo, judaísmo e islamismo). No terceiro acto sublinha que, apesar da ancestralidade daquelas religiões e independentemente das suas diferenças, motivadas por múltiplos contextos históricos, não são depositárias da revelação autêntica de Deus e, por isso, detentoras da verdade absoluta. O importante é que "mostrem a verdade da fé mediante as boas obras e o amor. Critério essencial da verdade de uma religião é o seu compromisso com os direitos humanos e a realização plena do Homem" 10

É já no século XIX, mais precisamente em 1859, com o trabalho de John Stuart Mill intitulado Sobre a Liberdade, ao defender que só um "contexto que permita a convivência de diversas visões de mundo, simultaneamente conflituantes, tornaria possível uma sociedade que acabasse com os preconceitos e atingisse um nível mais elevado de conhecimento da verdade." que se marca a transição para a concepção moderna de tolerância. Hoje, em termos conceptuais, e no espírito da Declaração de Princípios sobre a Tolerância, a tolerância é entendida como "o princípio social de uma coexistência pacífi-

ca entre indivíduos e grupos humanos com histórias, culturas e identidades diferentes"13, ou seja, "a tolerância torna possível a existência das diferenças", enquanto "as diferenças tornam necessário o exercício da tolerância"14. Desta forma, "o reconhecimento da identidade (cultural, confessional e nacional) implica tolerar as diferenças" <sup>15</sup>. Contudo, para que esse reconhecimento seja real não é suficiente coexistir na diversidade e pluralidade identitária. É imperioso que realizemos o esforço de conhecermos o outro, através de um processo de articulação e comunicação que conduza ao enriquecimento mútuo que, naturalmente, nunca estará concluído.

"Se a tolerância não pressupõe o conhecimento do outro ou o desejo de conhecer o outro, mas sim a simples aceitação do seu direito a ser diferente, ela redunda, afinal, na simples afirmação da identidade do mesmo, já que o outro, evidentemente, só o é como construção a partir da perspectiva desse mesmo. A definição da tolerância, enquanto "respeito pela diferença", oculta o facto de que essa diferença não é natural e estática, antes é produzida e permanentemente reconfigurada a partir da perspectiva de um lugar de identidade. Aqui reside a ambiguidade fundamental do conceito. Pensado como valor ético positivo, ele transporta, no entanto, desde sempre, conotações que são indissociáveis de uma relação de poder e, desde logo, o poder de definir o que é ou não tolerável.

É, assim, com toda a justeza que os críticos do conceito chamam a atenção para o princípio de humilhação muitas vezes subjacente ao acto de tolerar." 16

Hoje, no tempo que é o nosso, por alguns chamado pós-moderno, há "um novo macroparadigma, em que uma das características fundamentais é o multiculturalismo que, no âmbito religioso, tem o nome de macroparadigma pós-confessional, no sentido de leveza das relações de pertença a uma determinada confissão religiosa e de que as grandes religiões do mundo devem entrar em diálogo. É o diálogo ecu-

ménico, não já apenas entre as confissões cristãs, mas da ecúmena, portanto, de toda a terra habitada, entre todas as religiões e incluindo, por direito próprio e por exigência da autocompreensão correcta da religião, também os ateus."<sup>17</sup>

Para que esse diálogo inter-religioso seja proficuo, é necessário, previamente, compreender que "Todas as religiões, na medida em que não só não se oponham ao humano, mas, pelo contrário, o dignifiquem e promovam, têm verdade. (...) que todas são relativas, num duplo sentido: nasceram e situam-se num determinado contexto histórico e social e, por outro lado, estão relacionadas com o Sagrado, o Absoluto, Deus. Estão referidas ao Absoluto, Deus, mas nenhuma o possui, pois Deus enquanto Mistério último está sempre para lá do que possamos pensar ou dizer. Precisamente porque nenhuma possui Deus na sua plenitude, devem dialogar para, todas juntas, tentarem dizer menos mal o Mistério, Deus, que a todas convoca. Assim, por paradoxal que pareça, do diálogo fazem parte também os ateus e os agnósticos, porque estando de fora mais facilmente podem ajudar os crentes a ver a superstição e a inumanidade que tantas vezes envenenam as religiões. 18"

Assim, a tolerância não nos deve remeter para a condescendência. Pelo contrário, a tolerância deve ser entendida como "(...) o reconhecimento do facto de que a existência livre do outro (indivíduo ou grupo) é uma condição da nossa. Assenta sobre uma verdadeira igualdade entre os indivíduos e as culturas. Como ela é mútua, nega o privilégio de que o que tolera se atribui sobre o que tolera, dado que tolerá-lo é como reconhecer-lhe, igualmente, esse mesmo privilégio. 19"

Kant, na primeira formulação do imperativo categórico, diz-nos: "Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente, como fim e nunca como meio"<sup>20</sup>. Ao tratarmos o próximo como um fim em si mesmo, significa estarmos a reconhecer os seus direitos fundamentais,

como sejam a sua liberdade de consciência, a sua fé e a liberdade de dispor da sua capacidade de agir, ou seja, significa estarmos a respeitá-lo.

Contudo, no âmbito desta concepção de tolerância, em que as partes se respeitam num sentido mais recíproco e se reconhecem como cidadãos moral e politicamente iguais, mesmo que não partilhem as mesmas crenças e práticas culturais, é necessário que reflitamos se devemos avançar para um modelo de "igualdade formal", assente numa distinção estrita entre a esfera pública e a esfera privada, segundo o qual as diferenças éticas (ou seja, culturais ou religiosas) entre os cidadãos de um estado de direito devem ser confinadas à esfera privada, para que não conduzam a conflitos na esfera pública. Esta é a versão claramente exibida pelo "republicanismo secular" das autoridades francesas, que, por exemplo, sustentam que alguns símbolos com significado religioso não têm lugar nas escolas públicas, pretendendo transformar as crianças em cidadãos autónomos, distinta de um modelo de "igualdade qualitativa", que permite, dentro de determinados limites morais de reciprocidade, manifestações púPara que esta reflexão seja real e proficua é necessário, previamente, que conheçamos as diversas religiões, na sua pluralidade, sem que, contudo, confundamos informação histórica, reflexiva e crítica com opções espirituais. Assim, é neste contexto, e sem abandonar a laicidade do Estado, que se deve debater, também, a necessidade da presença do estudo das religiões na Escola, "(...) não para converter os crentes à descrença ou os descrentes à fé, mas para tornar a todos lúcidos, como exigia Hegel.21", permitindo que cada um pense por si mesmo, não alienando, assim, a sua liberdade de consciência em benefício de qualquer autoridade temporal ou espiritual, obedecendo somente à razão, como defendia Kant.

Como diz Anselmo Borges, "Se a escola aceitar este desafio, formará na e para a liberdade na dignidade, no e para o respeito do outro no diálogo, no e para o ecumenismo humanista, nos e para os direitos humanos, na e para a cultura (...), na e para a verdade sempre maior, que supera todo o niilismo e impede toda a forma de totalitarismo e a fixação em pseudo-absolutos intra-históricos." 22

Será assim, através do estudo, do conheci-



blicas de especificidades das diversas identidades e religiões.

mento e da razão que se conseguirá que a tolerância venha a corresponder ao pensamento de Goethe nas *Máximas e refle-*



reflexões, ao afirmar que se trata "(...) apenas de uma maneira de pensar temporária, pois ela tem de conduzir ao reconhecimento, porque tolerar significa ofender.<sup>23</sup>"

#### Notas

- 1 SPINOZA, Baruch de, *Tratado Teológico-Político*. Trad. D. P. Aurélio, São Paulo: Martins Fontes, 2003, Cap. XVI, pp.. 221;
- 2—José Ignacio Solar Cayón, «Fundamentos filosóficos y jurídicos de la tolerancia religiosa en Europa (siglos xvi-xviii): el camino hacia la libertad», *Mélanges de la Casa de Velázquez* [Online], 44-1 |2014, pp. 5. URL: <a href="http://journals.openedition.org/mcv/5468">http://journals.openedition.org/mcv/5468</a>; DOI: <a href="https://doi.org/10.4000/mcv.5468">https://doi.org/10.4000/mcv.5468</a>
- 3 José Ignacio Solar Cayón, «Fundamentos filosóficos y jurídicos de la tolerancia religiosa en Europa (siglos XVI-XVIII): el camino hacia la libertad», Mélanges de la Casa de Velázquez [Online], 44-1| 2014, pp. 5 URL: <a href="http://journals.openedition.org/mcv/5468">http://journals.openedition.org/mcv/5468</a>; DOI: <a href="https://doi.org/10.4000/mcv.5468">https://doi.org/10.4000/mcv.5468</a>
- 4 José Ignacio Solar Cayón, «Fundamentos filosóficos y jurídicos de la tolerancia religiosa en Europa (siglos XVI-XVIII): el camino hacia la libertad», *Mélanges de la Casa de Velázquez* [Online], 44-1| 2014, pp. 5

  URL: <a href="http://journals.openedition.org/mcv/5468">http://journals.openedition.org/mcv/5468</a>; DOI: <a href="https://doi.org/10.4000/mcv.5468">https://doi.org/10.4000/mcv.5468</a>
- 5 José Ignacio Solar Cayón, «Fundamentos filosóficos y jurídicos de la tolerancia religiosa en Europa (siglos XVI-XVIII): el camino hacia la libertad», Mélanges de la Casa de Velázquez [Online], 44-1 | 2014, pp. 5 URL: http://journals.openedition.org/mcv/5468; DOI:https://doi.org/10.4000/mcv.5468
- 6 Etienne Tassin, "¿Qué es lo que la república puede tolerar? Intransigencia política y tolerancia civil", in *Revista Praxis Filosófica*, Universidad del Valle, Nueva Serie, № 17, diciembre de 2003, pp. 2
  <a href="https://praxisfilosofica.univalle.edu.co/index.php/praxis/article/view/3054/4491">https://praxisfilosofica.univalle.edu.co/index.php/praxis/article/view/3054/4491</a>
- 7—Op. Cit. pp. 3.
- 8—José Ignacio Solar Cayón, "Fundamentos filosóficos y jurídicos de la tolerancia religiosa en Europa (siglos xvi-xviii): el camino hacia la libertad", in *Mélanges de la Casa de Velázquez* [Online], 44-1| 2014, pp. 14
  URL: http://journals.openedition.org/mcv/5468;DOI: https://doi.org/10.4000/mcv.5468
- 9 Peça publicada em 1779 e estreada somente em 1783, dois anos após sua morte.
- 10 Anselmo Borges, "Religião, religiões e diálogo interreligioso" in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, Tomo XL, 2008-2009, pp. 9-44.
- 11—SARMENTO, Jorge Alberto Ramos. Os caminhos da tolerância. *Griot: Revista de Filosofia*, Amargosa BA, v.21 n.3, p.390-407, outubro, 2021., pp. 397
- 12 Aprovada pela Conferência Geral da UNESCO, na sua 28.º reunião, realizada em Paris, em 16 de novembro de 1995.
- 13 Etienne Tassin, op. cit. pp. 4.
- 14 M. Walzer, On Toleration, Yale University press, 1997; Traité sur la tolérance, trad. Fr. De Ch. Hutner, Paris, Gallimard, 1999, pp.10.
- 15 Etienne Tassin, op. cit. pp. 4.

RATRES

16 - António Sousa Ribeiro, "Os limites da tolerância: as 'lições' do Holocausto", in *Revista de História das ideias*, Universidade de Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, Imprensa da Universidade de Coimbra, Vol. 25, 2004, pp. 406 <a href="https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/87792/1/Os%20limites%20da%20tolerancia.pdf">https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/87792/1/Os%20limites%20da%20tolerancia.pdf</a>

- 17 Anselmo Borges, Conhecer as religiões Um novo desafio para a escola portuguesa, in *Revista portuguesa de ciência* das religiões, Lisboa, Ed. Universitárias Lusófonas, Ano I, n.º 2, 2002, pp. 49.
- 18 <u>Anselmo Borges</u> "O tempo para o diálogo interreligioso", in *Diário de Notícias*, 28 de dezembro de 2017.
- 19 Etienne Tassin, op. cit. pp. 5.
- 20 KANT, Immanuel, Fundamentação da Metafisica dos Costumes. Lisboa: Edições 70, 1992, pp. 69.
- 21 Anselmo Borges, Conhecer as religiões Um novo desafio para a escola portuguesa, in *Revista portuguesa de ciência das religiões*, Lisboa, Ed. Universitárias Lusófonas, Ano I, n.º 2, 2002. pp. 47.
- 22 Anselmo Borges, ibid., pp. 50.
- 23 Goethe, Johann Wolfgang (1981), "Maximen und Reflexionen", *in Goethes Werke in zwölf Bänden*, vol. 7. Berlin/Weimar, Aufbau, pp. 526

O. V., 28°



# CAVALOS ALADOS E OUTROS VEÍCULOS ETEREOS

Na revisitação do caminho até agora trilhado na longa ascensão pela Escada de Jacob, o meu espírito ficou preso à primeira tenda encimada pela sua alva bandeira levemente matizada de carmim, onde acampam os Cavaleiros do Oriente e do Ocidente, assim como os Cavaleiros Rosa Cruzes.

Como se explana no Ritual do grau ora conferido, o décimo sétimo Grau mostra como muito tempo depois da destruição do segundo Templo, Clarimont, Patriarca de Jerusalém, encontrou com o concurso das Cruzadas, o túmulo do Mestre e as Coluna J e B, que figurarão na nova reedificação do Santuário. A denominação do grau representa uma nova confluência entre as duas grandes correntes do pensamento ariano e do pensamento semítico, que após terem-se chocado se uniram, e vão reunir as suas forças para a construção do terceiro Templo.

E é na parte em que no Ritual se realça que, no décimo oitavo Grau os Cavaleiros Rosa Cruzes, possuidores da Lei Nova, após terem explorado à mão com o cajado do peregrino todas as Regiões do mundo e todos os caminhos da ciência, na esperança de encontrar a Palavra Sagrada, reacenderam o fogo sagrado com o auxílio da Pramanta Védica e, tendo renovado o Sacrificio do Cordeiro, festejam a ressurreição da natureza celebrando a Festa Mística em memória de Jesus, que me inspiro para vos narrar o *fiat lux* que me atingiu dentro dessa tenda.

Inspirado por Pessoa sou levado a afirmar que "Matar o sonho é matarmo-nos. É mutilar a nossa alma. O sonho é o que temos de realmente nosso, de impenetra-

velmente e inexpugnavelmente nosso."

# Fonte – Livro do Desassossego

Tema - Sonho

"Adoramos a perfeição, porque não a podemos ter; repugná-la-íamos, se a tivéssemos. O perfeito é desumano, porque o humano é imperfeito."

# Tema - Perfeição

"Tenho pensamentos que, se pudesse revelá-los e fazê-los viver, acrescentariam nova luminosi-dade às estrelas, nova beleza ao mundo e maior amor ao coração dos homens."

#### Fonte - O Eu Profundo

Tema - Pensamento

O meu pensamento, nesta hora tão excelsa, é inspirado pelo mundo em que vivemos, pelo sonho de, através do amor, deixarmos de ser tão imperfeitos (já que não podemos ser perfeitos) e, assim, a vós, meus Muito Queridos Irmãos, reiterando que estou ao vosso lado neste labirinto infindável e subtil para vos ajudar à construção do vosso templo interior e me ajudarem à construção do meu, desejo partilhar convosco a seguinte reflexão anteriana agora por referência ao nobre e belo animal que é o cavalo, símbolo da sabedoria (sensível), força e beleza universais e foi o veículo por excelência da obra dos Cavaleiros.

"Dentro do homem existe um Deus desconhecido: não sei qual, mas existe - dizia Sócrates, soletrando com os olhos da razão, à luz serena do céu da Grécia, o problema do destino humano.

E Cristo, com os olhos da fé, lia no horizonte anuviado das visões do profeta esta outra palavra de consolação – "dentro do



homem está o reino dos céus."

Os homens primitivos não se reuniam em templos construídos pois, como disse Estêvão, o primeiro mártir cristão, "Deus, não habitava em templos feitos por mãos humanas." Ao ar livre, sob o céu imenso e misterioso, no grande Templo-do-Mundo, eles murmuravam os seus votos e os seus agradecimentos. E adoravam o Deus da Luz, a Luz que era para eles o Bem, do mesmo modo que a escuridão era o Mal.

Profundo, altíssimo, acordo de dois génios tão distantes pela pátria, pela raça, pela tradição, por todos os abismos que uma fatalidade misteriosa cavou entre os irmãos infelizes, violentamente separados, duma mesma família! Dos dois pólos extremos da história antiga, através dos mares insondáveis, através dos tempos tenebrosos, o génio luminoso e humano das raças índicas e o génio sombrio, mas profundo, dos povos semíticos se enviam, como primeiro mas firme penhor da futura unidade, esta saudação fraternal, palavra de vida que o mundo esperava na angústia do seu caos.

# O homem é um Deus que se ignora

Grande, soberana consolação de ver essa luz de concórdia raiar do ponto do horizonte aonde menos se esperava, de ver uma vez unidos, conciliados esses dois extremos inimigos, esses dois espíritos rivais cuja luta entristecia o mundo, ecoava como um tremendo dobre funeral no coração retalhado da humanidade antiga! Os combatentes, montando cavalos brancos e negros, no maior ardor da peleja, fitam-se, encaram-se com pasmo, e sentem as mãos abrirem-se para deixar cair o fratricida. Estendem bracos...somos irmãos!

Primeiro encontro, santo e puríssimo, dos prometidos da história! Manhã suave dos primeiros sorrisos, dos olhares tímidos, mas leais desses noivos formosíssimos, que o tempo aproximava assim para o casamento misterioso das raças, montados em sábios, fortes e belos cavalos correndo em perfeita liberdade de espírito e de corpo!

Não há no mundo palácio de rei digno de lhes escutar as primeiras e sublimes confidências! Só um templo, alto como a cúpula do céu, largo como o voo do desejo, puro como a esperança do primeiro e inocente ideal humano!

Esse templo, tiveram-no. Naquela palavra de dois loucos se encerra tudo.

Nenhuma montanha tão alta, aonde a olho nu se aviste Deus, como o voo desta frase, a maior revelação que jamais ouvirá o mundo - dentro do homem está Deus. <sup>1</sup>É por isso que "O Homem é um Deus que se Ignora".

#### LOGO

Ser ou não ser, eis a questão: será mais nobre, Em nosso espírito sofrer pedras e flechas Com que a Fortuna, enfurecida, nos alveja, Ou insurgir-nos contra um mar de provocações E em luta pôr-lhes fim?

Pensamento famoso de Sakespeare (para alguns, ele não foi um homem mas antes uma lenda, provindo o seu nome da simbiose de dois – Jacques Pierre, por referência a Santiago e à pedra - para esconder, dos que perseguiram os livres pensadores, um grupo de saltimbancos que escrevia e representava as peças teatrais carregadas de alta simbologia ancorada em cavalos visando afirmar valores universais...).

Perante o estado de imperfeição do nosso mundo, o caminho a seguir é o da insurgência numa nova e inevitável cavalgada, não de mais uma *jiahd*, mas tendo como arma o Verbo (no início, Deus não assumia a forma humana, era a palavra, o Verbo, isso também no fim, pois, no divi-

no princípio e fim não existem dada a omnipresença e a omnisciência do Criador), para travar um combate em que nós, maçons, montados nos nossos cavalos, procuraremos ser como o sal da terra que nele se espalha pois, se o sal perder o seu sabor, como há-de ele próprio salgarse? Para nada mais serviremos do que para deitar fora, tornando inúteis as nossas vidas!

Procuraremos a luz: não pode esconderse uma cidade sobre um monte, nem acender-se uma lâmpada para se pôr debaixo do alqueire ou cobri-la com um vaso, mas sim para se pôr no candelabro onde possa brilhar para todos os que estão em casa. Faremos com que a luz resplandeça diante dos homens, para que vejam as nossas boas obras e glorifiquem o criador em nome e a nossa Ordem, à luz de cujos princípios e valores agiremos.

Quando isto acontecer, não deixes de brilhar, continua a ser tu mesmo, vai em frente montado no teu cavalo e continua a dar o melhor de ti, continua a fazer o teu melhor, não permitas que te lastimem, que te firam, continua a brilhar e não poderão tocar-te...

Porque a tua luz continuará intacta.

A tua essência permanecerá, aconteça o que acontecer...

Sê sempre um ser autêntico, mesmo que a tua luz incomode os predadores!

E faz como Jesus revela no "Sermão da Montanha": - "Dizei somente: Sim, se é sim; Não, se é não. Tudo o que passa além disso, vem do Maligno!".

Isso porque a gratidão constrói e reconstrói o mundo, dentro e fora de nós – diz sim à gratidão!

A inveja é uma reivindicação estéril e infeliz – diz não à inveja!

E isso de uma forma fosforescente como se fosses um cavalo branco que resplandena escuridão e/ou um cavalo preto azeviche que, numa maravilhosa prosopopeia ou metagoge, têm o dom de imanar luz intensa onde se encontram, para, com sa-



bedoria, força e beleza e sem quaisquer rodeios, conspirações ou intrigas, pois, de contrário é o Maligno que está na nossa presença!

Que sejamos capazes de reconstruir das cinzas o nosso futuro, o nosso templo interior de que falava Cristo, limpando-o de todas as moléstias, arrumando e utilizando nele os valores de que se fala com imenso simbolismo na cavalgada, qual viagem no tempo, e que são essenciais para o manter erguido, crescendo em altura pelo espaço estreito, fazendo-o erguer aos céus como as mais belas catedrais construídas pelos nossos antepassados usando a sua ímpar sabedoria nas suas obras que nos obrigam a ver à média luz realidades ultrasensorais que interpelam a nossa natureza e nos transportam como uma centelha para o divino, para, com a força, erigirem as mais belas obras que a Humanidade conhece, tudo para nos tornarmos pessoas melhores, mais solidárias e fraternas, único caminho para transformar o Mundo.

E, embora não haja carro, navio, avião ou outra espécie de veículo que nos eleve à dimensão que nós só poderemos conhecer intuindo, mas sabemos que existe e que é para lá que o nosso espírito livre como o do nobre, sábio, forte e belo cavalo nos transportará, eis o meu apelo e os



e os meus votos e que possamos ser, neste honorável Consistório, o motivo impulsionador para reforçar a nossa Egrégora, e que o III.: e P.:G.:M.: desempenhe o papel de Bom Pastor nessa senda, pois o mundo só pode ser menos imperfeito se nos aperfeiçoarmos de degrau em degrau, e servirmos de exemplo onde quer que

buto da sua essencialidade, operatividade e especulatividade

Os Cavaleiros do Oriente, como é comummente explicado, eram os cruzados que foram para a Terra Santa lutar contra os muçulmanos que haviam capturado Jerusalém e proibido os cristãos de visitar



nos encontremos, na consideração de que onde está um maçom ele será reconhecido como tal pelos seus IIr.: e só assim então aí está a Maçonaria, fora e contra todas as vaidades, floreados e retóricas ornamentais.

Para isso, que Deus nos abençoe pois Ele é a Luz das nossas vidas e permite que sejamos cavalos alados que voam rumo ao infinito que é o seu seio para o qual as nossas também nos impulsionam acionando a nossa intuição!

Por fim, seja-me permitido um *Scriptum* inspirado pela prosopopeia do "Cavalo Alado", dirigida à figura lendária dos "Cavaleiros do Oriente" ou "Cavaleiros Templários" aos quais, já não há réstia de dúvida, a nossa A:.O:. deve o maior tri-

os seus lugares santos.

E a mitologia do Grau 17 remete-nos para o ano de 1118, quando os Cruzados do Ocidente se teriam unido aos Maçons do Oriente sob a condução de Garimont (outra interpretação da letra G da Estrela Flamejante), Patriarca de Jerusalém. Assim, o desígnio do Grau seria o de velar pela segurança dos peregrinos.

Daí que o ano de 1118 não tenha sido escolhido ao acaso, tendo sido neste ano que foi fundada a Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Jerusa-lém por Hugues de Payns, ou seja, a Ordem dos Templários.

No entanto, encontra-se nos escaparates um livro editado pela "Alma dos Livros",



com o título "Portugal -A Primeira Nação Templária" e o subtítulo ou legenda "Como Onze Cavaleiros Fundaram Um Novo País e Encontraram um Refúgio Secreto para o Graal", de um autor de origem portuguesa, Freddy Silva, que aparece regularmente nos Canais História, Discovery e BBC, para os quais realiza documentários cinematográficos sobre temas místicos e esotéricos e conduz visitas temáticas a sítios sagrados em Portugal, Inglaterra, Escócia, Irlanda, Peru, França, Malta e Egipto.

A tese que acalenta o sonho do V Império, como flui da apresentação da obra, radica em que, "A história convencional afirma que, em 1118, nove homens formaram uma irmandade em Jerusalém chamada cavaleiros templários, para dar protecção aos peregrinos que viajavam para a Terra Santa. Ao contrário da narrativa há muito estabelecida, Portugal: A Primeira Nação Templária" demonstra que a Ordem do templo existia uma década antes no canto oposto da Europa, no seu território mais a ocidente. Revela que a protecção dos peregrinos em Jerusalém foi confiada a uma organização distinta e que, em conluio com os monges cistercienses e a misteriosa Ordem de Sião, os templários levaram a cabo um dos planos mais ousados e secretos da história, a criação do primeiro Estado-Nação independente da Europa, Portugal, com um dos seus como rei. Situando os intrépidos cavaleiros num tempo e local desconhecidos, o autor revela as raízes portuguesas de importantes membros fundadores, a sua relação com a Ordem de Sião, a devoção inabalável dos templários a Maria Madalena e a João Batista, e como eles protegeram uma linhagem sagrada em Portugal. Além disso, fornece provas sobre a existência de lugares sagrados secretos dos templários, câmaras iniciáticas e passagens secretas espalhadas pelo nosso país, muitas vezes coincidindo com templos pagãos e neolíticos, e explica como o seu local mais importante forma um triângulo perfeito com a Abadia do Monte Sião em Jerusalém e o Osireion no Egipto. Desvenda ainda o verdadeiro mistério do Graal e a sua localização exacta, escondido até hoje à vista de todos. Com centenas de referências novas e fontes raras, este livro revela que foi Portugal, e não Jerusalém, a primeira fortaleza dos templários, Refere os membros fundadores da ordem e como o primeiro rei de Portugal, um templário secreto, estava ligado a Bernardo de Claraval, líder dos cistercienses. Explica ainda a motivação dos templários para criarem um novo país longe do alcance de Roma, onde pudessem cumprir a sua mais importante missão um segredo que os templários protegeram até à morte e que custou a vida a milhares deles e que foi um refúgio secreto para o Graal".

Seja como for, ao reconquistar a cidade santa, os cruzados adoptaram diversas tradições dos antigos judeus, inclusive os costumes por eles utilizados de se comunicarem através de palavras-senhas e sinais, já que eram estranhos numa terra estrangeira e os nativos geralmente lhes eram hostis. A Irmandade sobre a qual se fala no ritual é a Ordem dos Cavaleiros Templários que, por suposto, seria a antecessora da Maçonaria e que viria a ser chacinada, mas não exterminada, pelo rei francês e pelo papa.

Como é sabido, isso propiciou a vinda de muitos para as terras de Portugal onde o Rei D. Dinis os absolveu e integrou como Ordem de Cristo, lançando as sementes da grandiosa epopeia dos descobrimentos, da ciência fundada na razão e na liberdade religiosa que gerou as repressões do Santo Ofício travando o movimento iluminista que é a pedra de toque da nossa Augusta Ordem já na vertente especulativa ou filosófica, tributária daquela tradição templária que fora receptáculo das



velhas tradições judaicas e dos valores cristãos.

Na verdade, o grau inculca a necessidade de partir em luta contra os males causados pela intolerância, os juízos intrépidos, o sectarismo, destruidores da humanidade, assim como contra a ignorância que produz os erros e o obscurantismo. De modo mais simples, o grau trata da luta contra tudo que é obstáculo para o surgimento de uma consciência clara e luminosa.

Como veículos etéreos que adornam os nossos cavalos nessa imensa cavalgada, pontifica, em primeiro lugar, a assunção da nossa qualidade de **Peregrinos**.

Os Príncipes de Jerusalém, como peregrinos, simbolizam o estado do homem sobre a Terra, o qual cumpre o seu ciclo de provações rumo a um estado superior.

O peregrino é alguém que se sente estrangeiro no meio em que vive, sente que, à semelhança de Jesus, não é deste mundo, pois o mundo profano está sitiado pelas trevas da ignorância, da superstição e do fanatismo. Assim, pois, o maçom virtuoso é sempre um "estrangeiro" no meio da escuridão que o bloqueia. Os príncipes que poderiam estar vestidos com o luxo e a distinção da sua condição de nobres, são revestidos com as pobres vestes do peregrino sendo o termo da viagem, um objectivo superior, que é a sua recompensa.

Outro veículo são os ensinamentos e os rituais dos Essénios e o Lago Méris.

O Essenismo é registado pela primeira vez por Fílon e Flávio Josefo, aludindo a uma ordem que se havia afastado do judaísmo tradicional por motivos desconhecidos, na medida em que os seus costumes se diferenciavam em determinados pontos.

Alimentavam-se basicamente de frutas e legumes (eram vegetarianos) e banhavam

-se em águas como forma de ritual para a purificação espiritual..

-se em águas como forma de ritual para a purificação espiritual..

Sob o domínio da Dinastia Asmoneia (140 – 37 a.E.C.), os essénios foram perseguidos e foram obrigados a retirar-se para áreas desérticas, vivendo em comunidade e em estrito cumprimento da Torá de Moisés, bem como do estudo e das práticas virtuosas descritas nos livros dos Profetas.

Méris é o nome dado pelos antigos escritores gregos a um grande lago da actual região de El Fayum, no Egipto que hodiernamente é um lago salgado de tamanho ínfimo, chamado de Birket Qarun.

O lago simboliza o "olho da terra" por onde os habitantes do mundo subterrâneo podem ver os homens, os animais, as plantas, etc.

Numa analogia, simboliza o desvendamento de camadas mais profundas da consciência e o voltar-se para dentro de si.

O lago de Méris era visto pelos teólogos do Antigo Egipto como uma manifestação real e terrestre da Vaca do Céu, um céu líquido onde o sol se escondera misteriosamente, um afloramento do Oceano Primordial, mãe de todos os deuses, dando vida aos humanos, a garantia da existência e da fecundidade.

Montados no nosso cavalo alado, tocaremos o Arco-Íris, símbolo do caminho e mediação entre a terra e o céu, a ponte de que se servem os deuses e os heróis entre o Outro Mundo e o nosso.

Na Grécia, o arco-íris é Íris, a mensageira veloz dos deuses.

Figura também, de modo geral, as relações entre o céu e a terra, entre os homens e os deuses, é uma linguagem divina. Na China, a união das cinco cores atribuídas ao arco-íris é a do yin e do



yang, o signo da harmonia do universo e da sua fecundidade.

O arco-íris é o símbolo da união de contrários e também a reunião das metades separadas, a resolução. O arco-íris, ao aparecer por cima da arca de Noé, reúne as águas inferiores e as águas superiores, metades do "ovo" do mundo, como sinal de restauração da ordem cósmica e da gestação de um ciclo novo. O arco-íris é símbolo anunciador de felizes acontecimentos ligados à renovação cíclica.

Através de virtudes superiores é possível ligar o homem ao céu e aos seus Irmãos.

Mas também nos cruzaremos com a Morte pois tocaremos a a "lua manchada de sangue".

A Lua simboliza a dependência do sol, por não ter luz própria, a periodicidade e a renovação. É também símbolo de inconstância. Simboliza ainda os ritmos biológicos, o tempo vivo. É também o primeiro morto. Durante três noites, em cada mês lunar, ela está como morta, ela desaparece...Depois, reaparece e cresce em brilho. Da mesma forma, considera-se que os mortos adquirem uma nova modalidade de existência. A Lua é para o homem o símbolo desta passagem da vida à morte e da morte à vida.

O sangue está relacionado com o simbolismo da vida. Em diversas escrituras antigas é visto como veículo e princípio da vida, representa todos os valores solidários com o fogo, o calor e a vida que tenham relação com o sol. A esses valores associa-se tudo o que é belo, nobre, generoso, elevado. Também participa da simbologia geral do vermelho.

Enquanto para o supersticioso a Lua representa anúncios de catástrofes e de desgraças, para o verdadeiro Iniciado ela é símbolo de renovação, assim como o sangue derramado pela Verdade não é motivo de terror, mas sim de nobreza, de beleza, de generosidade e de elevação. Cruzar-nos-emos com heptágono que encerra o simbolismo do número 7, que é a união do ternário e do quaternário. "Hepta" quer dizer "sete", e "gonia" quer dizer "ângulo". O número 7 é símbolo de integridade, totalidade, de plenitude e perfeição.

A marcha pelo "heptágono" está ligada à abertura dos sete selos do livro do Apocalipse, que só o Cordeiro pode abrir (*Apocalipse Cap. 5 a 8*).

Cada abertura de um dos selos é seguida por um evento ou uma série de eventos. *Apocalipse 6:1:"E, havendo o Cordeiro aberto um dos selos, olhei, e ouvi um dos quatro animais, que dizia como em voz de trovão: Vem, e vê".* 

Quando cada um dos quatro primeiros selos é aberto, um cavalo e seu cavaleiro aparecem. Estes são geralmente referidos como Cavaleiros do Apocalipse.

Na abertura do primeiro selo surge um cavalo branco, que representa o Anticristo, com sua falsa inocência e paz, que governa o mundo (*Apocalipse 6:2*).

Na segunda abertura do livro, surge outro cavalo, desta vez vermelho, ao qual foi dada a ordem de que tirasse a paz da terra e que se matassem uns aos outros (*Apocalipse 6:4*).

Ao abrir do terceiro selo, João vê um cavalo preto que, segurando uma balança, faz ofertas exorbitantes, o que significaria a escassez dos produtos e seus preços exorbitantes. Este cavalo representa a fome, a penúria, as trocas injustas (*Apocalipse 6:4*).

Na abertura do quarto selo, surge o último dos quatro cavaleiros, que é a representação da fome, da peste e da destruição, sobre o qual havia a palavra Morte e era seguido pelo o Inferno. (*Apocalipse 6:7-8*).

A abertura do quinto selo é seguida por uma visão daqueles que foram "mortos por causa da palavra de Deus" (*Apocalipse* 6:9).



Quando o sexto selo é aberto, há um grande terramoto, e os sinais aparecem no céu. (*Apocalipse 6:12,14*) Além disso, 144.000 servos de Deus são "selados" nas suas testas, (*Apocalipse, 7*).

Quando o sétimo e último selo é aberto, sete anjos com as suas trombetas começam a soar. Os acontecimentos do Sétimo Selo são subdivididos pelos eventos seguintes. (*Apocalipse 11*).

Estudiosos bíblicos associam os sete selos aos sete Espíritos de Deus e a outros termos bíblicos referidos ao número sete. Os selos podem conter símbolos comumente interpretados como a morte, a fome, as guerras mundiais, o martírio, terramotos e o Anticristo. O livro também afirma que haverá "sete trombetas" anunciando os aspectos do "Fim dos Tempos" com a humanidade a ser julgada, os mares vol-



*Primeiro Selo* – Conquista mundial, Cavalo branco;

Segundo Selo – Conflito e guerra, Cavalo vermelho;

*Terceiro Selo* – Fome e escassez, Cavalo preto;

Quarto Selo - Morte, Cavalo Amarelo;

Quinto Selo – Visão do martírio, ou mártires;

Sexto Selo – Perturbações "cósmicas" ou sinais do céu e a marcação dos 144 mil;

Sétimo Selo – Soar das sete trombetas dos sete anjos e o Juízo Final.

tando-se para o sangue, feridas no corpo das pessoas, epidemias, infertilidade e a introdução das "sete taças". Essas bacias são um terço do mar, a humanidade, a água, a vida animal, os navios, as culturas, e a terra, todos sendo tragados por um abismo infinito.

Na nossa viagem, usaremos sempre a Balança e as espadas cruzadas: A balança é símbolo do equilíbrio, da medida, da prudência e da justiça. Associada à espada, é também a justiça, mas duplicada pela Verdade. A espada é, assim como a balança, um símbolo axial e polar, a



arma do centro. As espadas cruzadas são a defesa da justiça e da verdade, personificadas pelo princípio transcendental central ou axial.

E seremos hábeis e corajosos no uso do arco, das flechas, do crânio, da coroa e do incenso que fazem parte do simbolismo do Grau.

Segundo as instruções de um ritual do final do século XIX, eles têm a seguinte significação:

"O arco, as flechas e a coroa significam que a palavra do Venerável e as decisões da Loja devem ser executadas com a rapidez do vôo das flechas e com a submissão que se deve ter diante das testas coroadas... a caveira simboliza um Irmão exilado das nossas Lojas...o incenso é aqui figurado para nos lembrar que a Maçonaria está espalhada por toda a terra e que sua honra é como o perfume do incenso."

A flecha identifica-se com o relâmpago que é o rasgo de luz que trespassa as trevas da ignorância; logo, é um símbolo do conhecimento. O arco significa a tensão de onde germinam os nossos desejos, a vontade que direcciona o conhecimento para vencer as trevas.

A coroa, além de símbolo do poder do coroado, é símbolo de ligação entre o que está em baixo (o coroado) e o que está em cima (o Princípio Superior, representado pelo Céu).

Dentre diversas possíveis interpretações positivas, a atribuída ao crânio é negativa. Simboliza a ausência de vida espiritual quando o maçom se afasta dos princípios cultuados nas Lojas.

Por fim, veneraremos as cores branca, preta, dourada e vermelha:

O branco, além de figuração de pureza, também representa a entrada no invisível, na plenitude de novas possibilidades, na transição, nos aspectos celestiais.

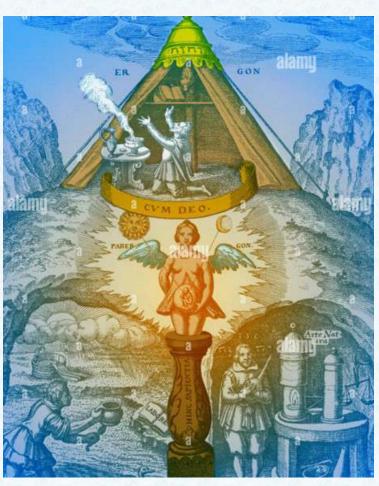
O negro representa a coexistência de contrários que se fundem, o ponto de partida da Grande Obra, a Nigredo, de superação dos aspectos sombrios.

O ouro é visto como o metal perfeito, símbolo solar, reflexo da luz celeste. Figura a nobreza de acção e de pensamento, conclusão da Grande Obra Alquímica.

Também o vermelho está ligado ao simbolismo alquímico, a fase final da Grande Obra, a Rubedo, Obra em Vermelho. Simboliza a vida, a acção, o sangue derramado em defesa da Verdade.

Apetrechados com toda esta plêiade de veículos celestiais, estaremos, nós, Peregrinos, em condições de fazer rumar o nosso ginete alado para o grau mais marcante da Maçonaria templária, assim descobrindo o deus que existe em nós e que é o Caminho, a Verdade e a Vida!

No fundo e por fim, tornar-nosemos, nós próprios, em Cristos na terra





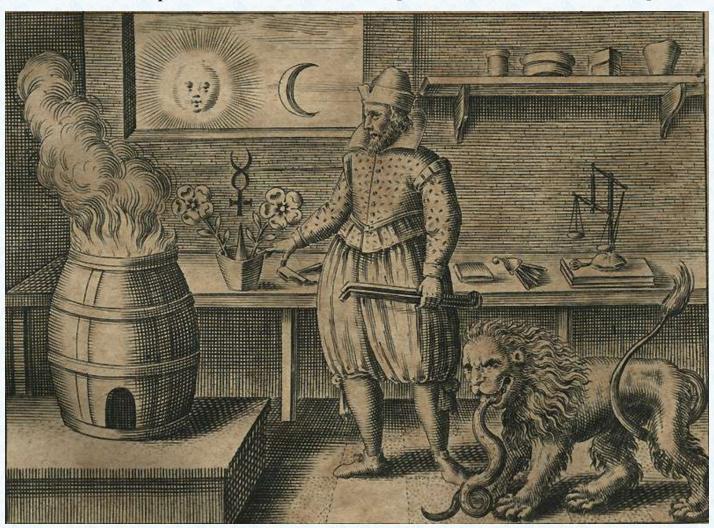
Jesus, ninguém chega a Deus.

E há uma verdade objectiva que podemos conhecer e que nos liberta, sendo Jesus essa verdade, pois ele é perfeito, justo e nunca muda. Ele é a luz que afasta a escuridão da mentira e da ignorância da salvação. Jesus não apenas fala a verdade. Ele é a verdade.

Caminhos diferentes oferecem verdades diferentes, mas nenhuma é perfeita e só se assumirmos uma natureza crística encontraremos a verdade perfeita que nos liberta da escuridão do pecado. O diabo é o

Assim, conheceremos a verdade e a verdade nos libertará (*João 8:32*). E seremos fonte da vida! Pois não é Deus a fonte de toda a vida? Não é ele que dá vida a cada criatura no mundo? Quando nos afastamos de Deus, perdemos a nossa ligação com a fonte da vida e ficamos sujeitos à morte (física e espiritual).

Na verdade, ao dizer que ele é a vida, Jesus afirmava que ele é Deus, e só seguindo-o e/ou reproduzindo o seu exemplo, nos transmutamos em Cristos (pessoais), poderemos voltar a ter vida espiritual,



pai da mentira, mas Jesus é a verdade. O diabo procura prender-nos em mentiras, mas Jesus liberta-nos, mostrando-nos a verdade do pecado, a justiça de Deus, o perdão e o arrependimento, a salvação através da fé no seu sacrifício na cruz.

Ele dizia: diz sim, se é sim; diz não, se é não - tudo o que vai além disso é obra do maligno!

nascendo de novo e unindo-nos novamente a Deu. Por isso, o nosso caminho rumo à vida eterna é a Ressureição em Vida, em cada momento que passa, em cada ciclo que se inicia ou encerra, interminavelmente, pois o macrocosmos que nos envolve no seu interstício está em eterna expansão!

José Correia, 32°





O maior e mais nobre prazer que temos neste mundo é descobrir novas verdades, o prazer seguinte é livrar-nos de velhos preconceitos... Um homem que procura a verdade e a ama deve ser considerado precioso para qualquer sociedade humana.

Frederico II Hohenstaufen, Imperador do Sacro Império Romano-Germânico

# Introdução

O painel do Grau 32.º - Sublimes Príncipes do Real Segredo - ao contrário de outros, como sucede com os painéis dos graus simbólicos¹, mas também à semelhança de outros, como sucede com os painéis dos graus 31.º e 33.º, tem objectivamente uma organização heráldica, sendo mais concretamente um escudo-dearmas, com uma composição heráldica, embora com uma clara infracção à lei dos esmaltes.

A Heráldica estuda a ordenação e simbologia dos brasões-de-armas. Enquanto linguagem codificada, desenvolveu-se já na Baixa Idade Média, sendo contemporânea da construção das catedrais medievais<sup>2</sup>. Tem regras relativamente estritas, nem sempre compreendidas e nem sempre seguidas ou respeitadas. Um aspecto importante destas regras na Heráldica prende-se com a utilização e mesmo conjugação dos esmaltes, sendo estes limitados a dois metais - o ouro e a prata, que podem em transcrições cromáticas ser representados respectivamente amarelo e branco, e a cinco cores - vermelho (queules), azul (azur), negro (sable), verde (sinople) e púrpura (pourpre). Sendo que não se pode conjugar, salvo por erro, ou excepção muito particular, caso da bandeira do Vaticano,

metal com metal, nem cor com cor, como refere a "Lei da luz"<sup>3</sup>.

No presente estudo, salvo quando imperativo para melhor compreensão da fixação da descrição dos móveis do escudo, não é feita qualquer pesquisa aprofundada, em termos de leitura simbólica, do escudo-de-armas do painel do grau 32.º. Não obstante, na proposta de definição da descrição completa do referido escudo, até para a mesma não ficar incompleta, é feita uma leitura simbólica muito básica, a necessitar de ser desenvolvida e completada em futuras pesquisas.

#### **O Ritual**

O ritual não é particularmente acurado quando descreve a simbologia utilizada pelos Príncipes do Real Segredo, nomeadamente a decoração dos paramentos, o mesmo se passando com o estandarte do Consistório e com o painel do Grau, verificando-se até algumas contradições e incongruências. Efectivamente, no que à simbologia deste grau diz respeito, comprova-se alguma discrepância a vários níveis, a começar pela não correspondência entre o que é descrito e o que está representado nas ilustrações, nomeadamente quando são descritos os paramentos. Verificam-se ainda várias disparida-





Imagem  $n^{\varrho}$ 1 - Painel do Grau 32. $^{\varrho}$  - Sublimes Príncipes do Real Segredo



des na forma como os móveis do escudo de armas são depois transpostos para os paramentos.

O ponto de partida será o próprio painel do grau, embora algumas pistas possam ser buscadas em outros sítios, como os paramentos e estandartes. O painel do grau é descrito no ritual da seguinte forma: «[...] tem o formato de um escudo, sendo o fundo branco e tendo no centro uma Cruz Teutónica ou Potenciada de cor carmesim (vermelho). Sobre a mesma uma Águia Bicéfala na cor preta, tendo nas garras uma espada»<sup>4</sup>, sendo publicada uma imagem do mesmo<sup>5</sup>. (imagem 1)

Verifica-se que a descrição é incompleta, pode dar azo a erros e apresenta algumas incorrecções.

# Os móveis A cruz

A cruz é descrita como «[...] uma Cruz Teutónica ou Potenciada de cor carmesim (vermelho).»

Trata-se de uma cruz potenteia de vermelho perfilada de ouro, o que infringe com a supramencionada "lei da luz", já que a sua inclusão no escudo leva a que se cosa o ouro com a prata. Mas, é um móvel que merece alguma reflexão.

Não há unanimidade sobre qual a forma de representar a cruz da *Ordo Fratrum Domus Hospitalis Sanctae Mariae Teutonicorum in Jerusalem*, a Ordem Teutónica<sup>6</sup>, até porque facilmente se percebe que esta foi tendo diversas representações ao longo do tempo, tendo a sua fixação em termos de insígnias e paramentos, que não em escudo, sido relativamente tardia.

Efectivamente o escudo da Ordem, desde a Idade Média, não sofre variações e é de prata, com uma cruz firmada de negro, conforme se pode verificar num selo datado do século XIV<sup>7</sup>. (imagem 2)



Imagem nº 2 - Selo dos Cavaleiros Teutónicos, Séc. XIV

Da mesma forma é, também, representado pintado num escudo de meados do século XV hoje integrado nas colecções do Art Institute of Chicago<sup>8</sup>.(imagem 3)



Imagem nº 3 - Escudo de cavaleiro teutónico. Col. Art Institute Of Chicago



Ao recuar a uma das mais antigas representações de um manto de um cavaleiro teutónico com a respectiva cruz, no *Codex Manesse*, datado do início do século XIV, pode-se verificar que é representada uma cruz pátea em negro, com os braços transversais finos e curvos<sup>9</sup>. (imagem 4)



Imagem nº 4 - Detalhe de "Der Tannhäuser". Mestre do Codex Manesse - Codex Manesse

Uma representação, posterior, datada de 1493, na *Hartmann Schedel - Liber chronicarum*<sup>10</sup>, evidencia a utilização na capa de uma simples cruz pátea de negro (imagem 5).



Imagem nº 5 - Cavaleiro da Ordem Teutónica. Hartmann Schedel - *Liber chronicarum* 

A obra Historie cronologiche dell'origine degl'ordini militari e di tutte le religioni cavalleresche infino ad hora instituite nel mondo apresenta várias ilustrações, nomeadamente de um religioso e um cavaleiro teutónico com os mantos da ordem (imagem 6). a ilustrar um texto que comprova que os equívocos relativos à cruz teutónica não são meramente contemporâneos:

D. Giuseppe de' Michieli dice, che la Croce fosse loro concessa con le quattro estremità terminate in due punte : onde la chiama Ottogona ; ma di tale figura non la raguagliano le Cronache dell'Ordine: anzi pare, che quest'auttore prenda manifesto equiuoco; poiche dice, che gl'assegnò la Croce Ottogona, come portauano gl'Hospitalieri di San Giouanni : e per le Storie di questi si hà chiaramente, che nei loro principij la Croce era semplice liscia, e terminata in vguale misura nelle estremità, come fu notato nel loro Capitolo; che perciò, se conforme era a quella degl'Hospitalieri in quel tempo, era semplice , e liscia , non Ottogona concessa ai Caualieri Teutonici da Celestino III. Sommo Pontefice. Dagl'essemplari sopra addotti, estrati dalla descrizione, e dalle figure Cronache introdotte nella Teutonici si vede, che la Croce é più tosto bislunga ad imitazione di quella di Nostro Signore : e nelle estremità pare, che s'allarghi vn poco. Al giorno d'hoggi quella que usano i Caualieiri appesa nel petto, è nera com vn profiletto d'argento all' intorno della figura expressa nel principio del presente Capitolo<sup>11</sup>.

Já na obra *Galleria universale di tutti i po*poli del mondo, ossia storia dei costumi, religioni, riti, governi d'ogni parte del globo, verifica-se que no manto surge representada a cruz teutónica moderna, enquanto que na túnica há uma cruz de negro, vazada de prata, não sendo perceptível se é pátea ou não 12. (imagem 7).



Imagem nº 6 - Religioso e Cavaleiro Teutónico. Bernardo Giustiniani - Historie cronologiche dell'origine degl'ordini militari



Imagem nº 7 - Cavaleiro Teutónico. Galleria universale di tutti i popoli del mondo cronologiche...dell'origine degl'ordini militari

Verifica-se, ainda, que em outras fontes mais antigas também não há uma unifor-

midade na representação da cruz da Ordem, havendo várias variações, nomeadamente na forma como a cruz é apresentada em moedas. (imagem 8 a 10)

Não obstante, tal como indica Bernardo Giustiniani, a cruz teutónica que é usada modernamente é uma cruz pátea, perfilada ou não de prata<sup>13</sup>, assim sendo representada nas insígnias da Ordem, como as publicadas em 1842, na referida obra na obra *Galleria universale di tutti i popoli del mondo*<sup>14</sup>. (imagem 11)



Imagem nº 11 - Insígnia da Ordem Teutónica usada modernamente. Galleria universale di tutti i popoli del mondo cronologiche ...dell'origine degl'ordini militari

O cardeal Hyginus Eugene Cardinale publica na obra *Orders of Knighthood Awards and the Holy See* as insígnias de Familiar da Ordem Teutónica, verificando-se que neste caso, ao contrário do anteriormente citado, onde a cruz era grega, com todos os braços da cruz de igual dimensão, esta cruz teutónica já é latina, ou seja, com o braço vertical maior que o







Imagem nº 8 - Xelim da Ordem Teutónica (Grão-Mestre Winrych von Kniprode 1351-1382) Imagem nº 9 - Xelim da Ordem Teutónica (Grão-Mestre Michael Küchmeister von Sternberg - 1414 - 1422) Imagem nº 10 - Xelim da Ordem Teutónica (Grão-Mestre Marcin Truchsess von Wetzhausen 1477-1489)



horizontal (imagem 12), sendo possível verificar que ao longo de toda a história vai existindo esta variação da representação da cruz.



Imagem nº 12 - Cruz da Insígnia de Familiar da Ordem Teutónica cronologiche ...dell'origine degl'ordini militari

Ainda sobre a Cruz Teutónica e a justificação da sua utilização na simbologia do grau 32.º, será interessante confrontar, ou melhor, complementar, o que se disse anteriormente, com o que Jacques P. Robert escreve na obra *La Franc-Maçonnerie de Tradition*, num capítulo significativamente designado como "De quelques additions pour mener à une meilleure comprehension", onde também refere a mais complexa cruz do Grãomestre:

Cependant, certains savent apprécier les services rendus par les Chevaliers Teutoniques. Ceci nous est conté par l'histoire de la Croix Teutonique:

Si le Chevalier porte sur l'épaule gauche la simple croix noire, le Grand Maître de l'Ordre arbore sur son blason la Croix potencée, identique à celle de la ville de JÉRUSALEM; cette faveur avait été accordée à Herman De SALZA en 1219 par le Roi Jean de BRIENNE, après le siège de DAMIETTE. Cette croix est supportée par la Croix de sable pattée et ornée d'argent de l'Ordre. Puis, nous l'avons déjà dit, l'Empereur FRÉDÉRIC II de HOHENSTAUFFEN, en conférant au Grand Maître le titre de Prince d'Em

pire, lui concéda en même temps l'autorisation de porter l'aigle impérial à deux têtes en abîme sur sa croix et sur son étendard. Enfin, nous venons de le voir, Saint-LOUIS, en 1254, pour récompenser les services que lui a rendus l'Ordre Teutonique - alors que les Templiers s'y étaient refusés - les autorisa à porter les fleurs de lys de France en terminaison des branches de la Croix. Seule, la Papauté n'y ajouta rien 16 ...

Tomando como verdadeiro o que acima se transcreveu, ou seja, que o rei de Jerusalém, Jean de Brienne teria atribuído ao grão-mestre da Ordem Teutónica, então Herman de Salza, a cruz potenciada das armas do seu reino<sup>17</sup>, pode ser encontrada uma justificação para a utilização desta cruz, primeiro pelos grão-mestres teutónicos e, depois, via a lenda do Imperador Frédéric II de Hohenstaufen, genro do mencionado Jean de Brienne, pelos Príncipes do Real Segredo com a sua inclusão no ritual do grau 32.º do Rito Escocês Antigo e Aceite e, também, no painel do grau, onde a cruz pode ser entendida como uma alusão da cruz potenciada de ouro sobre campo de prata do escudo do Rei / Reino de Jerusalém (imagem

AND AND SHEDE 12:

13).

Imagem nº 13 - Armas do Rei de Jerusalém. *Livro* do Armeiro-Mor 18

A ligação do imperador Frederico II à Ordem Teutónica é também muito próxima,

tendo sido este soberano que, por Bula emitida em Rimini<sup>19</sup>, em sinal de gratidão pelos serviços da Ordem, lhe atribuiu territórios na Prússia <sup>20</sup>.

Na entrada "Blason ou Art Héraldique" da *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métier* de Diderot e D'Alembert, a representação das insígnias do Grão-Mestre da Ordem Teutónica surge efectivamente tendo como base uma cruz potenciada de negro, à semelhança da cruz do Rei de Jerusalém, mas alterando-se o seu esmalte para o negro, que viria a permanecer na cruz teutónica<sup>21</sup>. (imagem 14)

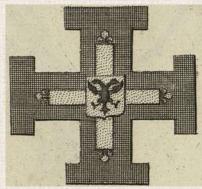


Imagem nº 14 - Insígnias do Grão-mestre da Ordem Teutónica. Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers

Regressando ao simbolismo do 32.º grau, pode afirmar-se que, em termos cromáticos, a representação da cruz como cruz teutónica não tem justificação, já que esta é sempre de negro, eventualmente de negro perfilada de prata, como é usada modernamente e se registou anteriormente.

Paralelamente verifica-se que a cruz, além do painel do grau, é também utilizada nos paramentos e jóia prescritos no *Ritual do Grau 32*, sendo designada como "cruz teutónica", mas correspondendo a diferenciadas formas de representação e a variados esmaltes.

Assim, a decoração do Avental é descrita da seguinte forma: «Sobre a abeta bordada a ouro, [...] uma cruz teutónica dourada [...]» <sup>22</sup>.

A imagem apresentada no ritual não é de

grande qualidade, mas verifica-se que não se trata da referida cruz. A cruz representada é efectivamente uma cruz potenteia, com uma travessa unida às extremidades dos quatro braços, que terminam em forma de T<sup>23</sup>, mas não a teutónica moderna.

Numa pesquisa sobre aventais comercializados no presente, verifica-se alguma disparidade, sendo que a que pode constituir um denominador comum é uma cruz potenciada de ouro, como se pode verificar no avental é comercializado pela *Revista Consciência*, embora com um desenho francamente ingénuo<sup>24</sup> (imagem 15).



Imagem nº 15 - Avental do grau 32.º comercializado pela *Revista Consciência* 

Já para a Fita (colar do grau) é indicado que «na frente está bordada a cruz teutónica com uma águia bicéfala em prata no meio. É forrada de cor púrpura e ostenta de cada lado uma cruz teutónica em ouro, conforme modelo [...]»<sup>25</sup> (imagem 16).



Imagem nº 16 - Colar do grau 32.º



Na descrição não se refere a cor da cruz teutónica do "meio". Verifica-se que o que está representado não se trata de uma cruz teutónica, mas antes uma cruz pateada de vermelho, de cauda de andorinha, duplamente aguçada, normalmente referida como "Cruz de Malta"<sup>26</sup>, mas perfilada de ouro e sobre resplendor de prata, que também não é referido. As cruzes que carregam o colar, à dextra e à sinistra, descritas no ritual como cruzes teutónicas em ouro, são também cruzes de Malta, embora na ilustração apresentada não sejam de ouro, mas de vermelho perfiladas a ouro..

Relativamente à Jóia que pende do colar, esta é assinalada no ritual do grau como «[...] uma Cruz Teutónica dourada.», remetendo para uma ilustração bem mais completa, já que o que o desenho que é apresentado é passível da seguinte leitura: uma cruz potenciada de negro, perfilada de ouro<sup>28</sup> (imagem 17).



Imagem nº 17 - Modelo para jóia pendente de colar de tecido do Grau 32.º

Os paramentos referidos como alternativos, mas que são os que estão a ser efetivamente utilizados pelos Sublimes Príncipes do Real Segredo em Portugal, não estão descritos no ritual, sendo apenas apresentadas as suas fotografias<sup>29</sup>. Nestes, a cruz apenas surge representada na Joia que pende do colar, tratando-se de uma cruz potenciada de vermelho perfilada de ouro (imagem 18).

Registe-se que esta importante cruz não surge representada em qualquer dos estandartes dos dois Consistórios de Príncipes do Real Segredo do Supremo Conselho para Portugal dos Soberanos Grandes Inspectores Gerais do 33º e Último Grau do Rito Escocês Antigo e Aceite.



Imagem nº 18 - Jóia pendente de colar metálico do Grau 32.º

Voltando à descrição da cruz do painel do grau no ritual, verifica-se que nesta, a depara a cor vermelha signação "Carmesim", o que na Infopédia: Dicionários Porto Editora significa: «a tonalidade vermelha, brilhante e intensa do carmim»30, por sua vez este, na supramencionada obra significa «1. substância corante (que contém carmina), de tonalidade vermelha característica, que se extrai da cochinilha (insecto) / 2. designação de algumas substâncias tintoriais extraídas de plantas, e ainda de outras artificiais / 3. cor vermelha, brilhante»31. Nem todos os dicionários são unanimes na definição do "Carmesim" e se buscarmos o muito importante dicionário do padre Raphael Bluteau verifica-se que o significado atribuído a esta palavra é: «[...] adjectivo de còr purpúrea mi subida [...]32» enquanto que no sítio educalingo o "carmesim" é descrito como:

> [...] um tom de vermelho forte, brilhante e profundo, combinado com algum azul, do qual resulta um certo grau de



púrpura. É a cor do corante produzido por um inseto - Kermes vermilio, mas o nome também é usado para descrever cores ligeiramente azul -avermelhadas em geral que estejam entre o vermelho e o rosado.»<sup>33</sup>

Não obstante, não se trata de um termo heráldico. Assim, prefere-se a designação utilizada na Armaria e menos dada a interpretações erróneas de "vermelho".

#### A águia

Relativamente ao painel do grau, o ritual, como se registou anteriormente, refere laconicamente «[...] uma Águia Bicéfala na cor preta, tendo nas garras uma espada.»<sup>34</sup>, embora o que está efectivamente representado é bem mais complexo. Trata-se de uma águia bicéfala de negro, iluminada de prata, bicada de ouro, lampassada de vermelho, membrada de ouro, armada de vermelho, segurando nas garras uma espada de prata, empunhada, guarnecida e maçanetada de ouro, posta em faixa, com a ponta voltada à dextra.

Sobre a utilização da águia bicéfala como símbolo maçónico, David F. Phillips em *The Double Eagle* é bem imperativo:

The explanations of this emblem in Masonic literature are chaotic, contradictory, self-referential and riddled with obvious historical errors. It would be pointless to try to parse or reconcile these sources.

Este mesmo investigador, na sequência desta afirmação sobre aas contradições existentes na literatura maçónica, elenca mesmo um resumido levantamento de algumas destas inconformidades:

For example: the double eagle was transmitted from the Sumerian civilization at Lagash through Akkad to the Crusaders, Charlemagne used the double eagle to denote the union of Germany and Rome, it was the personal emblem of Frederick the Great of Prussia, etc.<sup>35</sup>

Não obstante, atendendo à lenda do grau, nomeadamente a ligação a Frederico II de Hohenstaufen, pode efectivamente estabelecer-se a relação directa com a águia imperial, respeitante, neste caso, a este importante soberano (imagem 19).



Imagem nº 19 - Armas do Imperador da Alemanha. Livro do Armeiro-Mor 36

Nos paramentos e jóia prescritos no *Ritual do Grau 32* verifica-se que a "águia", à semelhança do que acontece com a "cruz teutónica", também corresponde a variadas descrições e interpretações plásticas.

Relativamente à decoração do avental é dito que este contém «Sobre a abeta bordada a ouro, [...] a águia bicéfala, com o bico e as garras em ouro, sustentando uma espada»<sup>37</sup>, verificando-se que as cores da águia, salvo o bico e garras, ou da espada que esta segura nas supracitadas garras, não são mencionadas.

A imagem apresentada no ritual não permite grandes conclusões relativamente à forma como este móvel do escudo está representado, percebendo-se ainda que a águia tem sobre as cabeças um triângulo dourado com resplendor, carregado com o número 32.

Numa pesquisa sobre aventais comercializados no presente verifica-se alguma disparidade na decoração da abeta, sendo que um dos que mais se aproxima da descrição é o já referido avental, comercializado pela *Revista Consciência*, que apresenta uma águia de prata, bicada e armada de ouro, segurando nas garras uma espada de prata, uma espada antiga, com lâmina de prata, guarnecida, empunhada e maçanetada de ouro, posta em faixa, com a ponta voltada à sinistra<sup>38</sup>. (imagem 15).

Um outro avental, comercializado pela firma JCN Ateliê da Maçonaria, apresenta a águia de negro, bicada e armada de prata, segurando nas garras uma espada de prata, posta em faixa, com a ponta voltada à sinistra<sup>39</sup> (imagem 20).



Imagem nº 20 - Detalhe de abeta de avental do grau 32.º comercializado pela firma JCN Ateliê da Maçonaria

A fita (colar do grau) tem, de acordo com o ritual, «[...] uma águia bicéfala em prata [...]»<sup>40</sup>, embora, de acordo com a ilustração, se trate de uma águia bicéfala em prata, bicada e armada de ouro segurando nas garras uma espada uma espada antiga, com lâmina de prata, guarnecida, empunhada e maçanetada de ouro, posta em faixa, apontada à sinistra (imagem 16).

Relativamente à Joia que pende do colar, esta é registada de forma muito incompleta referindo apenas a cruz: «[...] A JÓIA é uma Cruz Teutónica dourada.»<sup>41</sup> remetendo para uma ilustração (imagem 17). Esta é bem mais completa, sendo passível da seguinte leitura: cruz potenciada de negro perfilada de ouro, carregada de uma águia bicéfala de prata segurando nas garras uma espada de ouro em faixa, apontada à sinistra.

Quanto aos paramentos designados como "alternativos", que são apresentados em fotografia, mas que, como se registou anteriormente, não estão descritos no ritual, verifica-se que o chapéu tem no lado frontal uma águia bicéfala dourada, com olhos de negro, lampassada de vermelho, segurando nas garras uma espada em faixa apontada à sinistra de ouro, tendo sobre as cabeças um triângulo de vermelho, perfilado e com resplendor de ouro, carregado com o número 32 de ouro (imagem 21).



Imagem nº 21 - Decoração do chapéu do Grau 32.º

O colar metálico é composto de cadeias de ouro carregadas de uma águia bicéfala de negro, bicada, iluminada e armada de ouro, segurando nas garras uma espada de ouro, posta em faixa e voltada à sinistra (imagem 22).



Imagem nº 21 - Cadeia do colar metálico do Grau 32.º



Por seu lado, a ilustração da jóia que pende do colar metálico apresenta uma águia bicéfala de negro, iluminada e bicada de ouro, membrada de ouro, armada de negro, segurando nas garras uma espada de prata, empunhada e guarnecida de ouro, maçanetada de ouro, com uma cruz pátea de vermelho vazada de prata (Cruz da Ordem de Cristo) posta em faixa e com a ponta voltada à sinistra (imagem 18).

Por fim, o ritual determina que o estandarte do grau 32.º tenha no seu campo «[...] uma águia bicéfala de asas abertas na cor preta, tendo no centro do peito um triângulo com o número 32 na cor púrpura (bordeaux, grená ou vinho), as garras estão apoiadas na espada prateada com o punho virado para o lado direito, levando deste lado a letra N e no lado esquerdo a letra T e por cima das cabeças a letra S.»<sup>42</sup>

Comparando o que é determinado no ritual e o estandarte do primeiro Consistório criado em Portugal pelo Supremo Conselho para Portugal dos Soberanos Grandes Inspectores Gerais do 33º e Último Grau do Rito Escocês Antigo e Aceite, o Consistório de Príncipes do Real Segredo George Washington (imagem 23), verifica-se que há significativas diferenças.



Imagem nº 23 - Detalhe do estandarte do <u>Consistório</u> de <u>Príncipes do Real Segredo George Washington</u>

Assim, além da descrição ser claramente lacunar relativamente à ilustração apresentada, não se respeita a cor prescrita para a águia, nem é representado o triângulo que lhe devia carregar o peito<sup>43</sup>. Paralelamente são representados elementos que não constam do ritual, como a decoração da espada com a cruz pátea de vermelho vazada de prata, o que, neste caso, se considera uma solução particularmente feliz, já que remete para as espadas empunhadas pelos cavaleiros da Ordem Militar de Cristo, que em Portugal substituiu a Ordem do Templo e sob a qual foram feitos os Descobrimentos Portugueses.

Já a coroa imperial de ouro, forrada de púrpura<sup>44</sup>, que coroa a águia, considerase que é um atributo de soberania e normalmente associada à simbologia dos Soberanos Grandes Inspectores Gerais do 33.º e Último Grau do Rito Escocês Antigo e Aceite (imagem 24) e não dos Sublimes Príncipes do Real Segredo, com o qual esta águia se confunde, a todos os níveis, até cromaticamente, salvo a alteração do número e o facto do triângulo, neste último caso, não ter resplendor.



Imagem nº 24 - Símbolo do Supremo Conselho para Portugal dos Soberanos Grandes Inspectores Gerais do 33º e Último Grau do Rito Escocês Antigo e Aceite

Assim, o estandarte do Consistório de Príncipes do Real Segredo George Washington apresenta uma águia bicéfala de sua cor, com cabeças de prata, iluminada, bicada, membrada e armada de ouro, segurando nas garras uma espada de prata, empunhada e guarnecida de ouro, maçanetada de ouro com uma cruz pátea de vermelho vazada de ouro, posta em faixa e com a ponta voltada à sinistra. Da espada pende um listel de púrpura com a divisa em letras maiúsculas de prata, estilo elzevir: «DEUS MEUMQUE JUS». Entre a lâmina da espada e a divisa mencionada, uma nova divisa em letras maiúsculas de negro, estilo elzevir «ORDO AB CHAO». Coroada com coroa imperial de ouro, forrada de púrpura, rematada por um triângulo de ouro, resplandecente de negro, vazado de prata, carregado com o número 32 de negro.

O ritual apresenta em ilustração, como modelo, o estandarte do Consistório de Príncipes do Real Segredo António José de Almeida, verificando-se que salvo uma pequena diferença cromática é muito se-



Imagem nº 25 - Detalhe do estandarte do Consistório de Príncipes do Real Segredo António José de Almeida

melhante ao estandarte anteriormente citado. A variação encontra-se no esmalte do forro da coroa e do listel que passa a ser de azul e a águia que vê a sua cor escurecida (imagem 25).

Sobre o significado simbólico da águia, parta-se da lenda do grau 32.º, que Jacques P. Robert não tem qualquer dúvida que descreve a sexta cruzada, a que decorreu entre 1228 e 1229, liderada por Frederico II de Hohenstaufen<sup>45</sup>, onde este soberano foi apoiado pelos cavaleiros teutónicos.

Assim, a águia pode remeter para a simbologia utilizada por este imperador, embora nesta época a utilização da águia bicéfala ainda não tivesse sido adoptada como símbolo do Sacro Império Romano-Germânico, antes a águia monocéfala, mas tratando-se de um erro relativamente comum, sobretudo num meio onde a heráldica não era propriamente cultivada em termos de investigação histórica ou arqueológica.

David F. Phillips em *The Double Eagle* levanta exatamente a dúvida se Frederico II terá utilizado como simbologia do Sacro Império Romano Germânico a águia bicéfala:

If Frederick II [...] did actually use the double eagle as a personal device, it seems more likely that he adapted it from Byzantine or Islamic usage than that he made this figure up from his imagination. Of all the rulers of western Europe during this period, Frederick, with his seat in Sicily, his visit to Syria and Jerusalem in 1228-29, his commercial and intellectual engagement with the whole of the former Roman world, and his inclusive cultural vision, was the most likely to be familiar with Byzantine and Islamic usage. Frederick did not himself use the double eagle on any seal or coin. Instead he used the single-headed eagle (known as the Reichsadler), and indeed his augustalis, one of the most famous and beautiful gold coins of the Middle Ages, intended as a showpiece, had an eagle with only one head [...].46

A este respeito Michel Pastoureau considera:

L'origine et la signification de l'aigle à deux têtes sont des sujets qui ont fait couler beaucoup d'encre. Il semble bien que ce soit avant tout un thème essentiellement graphique et que le blason l'ait emprunté, tardivement à l'iconographie orientale. Malgré quelques témoignages exceptionnels à l'époque de Frederic II, ce n'est que sous l'empereur Sigismond, c'est-à-dire au début du XVe siècle, que l'aigle bicéphale devint définitivement la figure héraldique de l'empereur [...].

Os "testemunhos excepcionais" serão certamente as ilustrações do manuscrito de Matthæi Parisiensis - *Chronica Majora* onde uma águia bicéfala de negro, em campo de ouro está ilustrada, sob a designação de *Scutum Imperatoris*<sup>47</sup> (imagem 26), voltando esta águia a ser representada no obituário de Frederico II<sup>48</sup> (imagem 27).



Imagem nº 26 - Escudo do Imperador Frederico II. *Chronica Majora* 

Não obstante, é certo que a águia bicéfala passou a ser considerada símbolo do Sacro-Império Romano-Germânico e como tal utilizada pelos seus imperadores<sup>49</sup>.

Em termos de simbologia, seja ainda referido que a águia bicéfala, como importante símbolo de poder, remonta à Antiguidade Pré-Clássica, sendo já usada pelos hititas (imagem 28). no segundo milénio a.C. <sup>50</sup> e depois utilizada sucessivamente



Imagem nº 26 - Obituário do Imperador Frederico II. *Chronica Majora* 

pelo Império Bizantino, Sacro-Império Romano-Germânico e por várias casas imperiais, nomeadamente pelos Habs-



Imagem nº 28 - Relevo hitita de águia bicéfala, Alaca Höyük, Turquia

burgos, pelos Romanov, sendo ainda hoje parte da bandeira fulcral de vários países europeus, como a Albânia, Montenegro, Rússia e Sérvia.

Ainda em termos simbólicos, a águia bicéfala pode também ser considerada como representando várias dualidades, como o poder físico, ao mesmo tempo que o poder espiritual, ou o poder sobre o Oriente e sobre o Ocidente.

Albert Pike, no sétimo volume da sua monumental obra *Moral y dogma del Rito Escocés Antiguo y Aceptado*, no capítulo dedicado ao grau 32.º, dá uma muito interessante pista para uma diferenciada leitura da águia enquanto símbolo maior de um Império, não mais um império histórico, territorial, religioso ou físico, mas



um outro, a que o maçon e a Maçonaria almejam, quando refere que será o real segredo autêntico que «[...] hace posible, y finalmente hará realidad, el Sacro Imperio de la auténtica Fraternidad Masónica.»<sup>51</sup>

Antes já havia explanado este segredo ao referir que: «La Luz es el equilibrio de la Sombra y la Lucidez. El Movimiento es el equilibrio de la Inercia y la Actividad. La Autoridad es el Equilibrio de la Libertad y el Poder. La Sabiduría es equilibrio en los Pensamientos, que son destellos y rayos del Intelecto.<sup>52</sup>»

Assim, é possível concluir, que apenas encontrando um equilíbrio, tantas vezes entre contrários, através de uma *praxis* contínua, como Albert Pike referiu, será possível encontrar o verdadeiro segredo do grau, sem dúvida simbolizado, também, pela águia com duas cabeças, olhando cada uma para seu lado, mas sempre atuando na busca do, às vezes, difícil equilíbrio:

El Real Secreto, del cual eres Príncipe, si eres un verdadeiro Adepto, si el conocimiento te parece recomendable, y la Filosofía es para ti una ciencia de divina belleza, es lo que el Sohar denomina El Misterio del Equilibro. El Secreto del Equilibrio Universal. 53

Uma última palavra para a forma, em termos de posição, da representação da espada que a águia segura nas garras nas diversas insígnias e paramentos do grau. Verifica-se que, salvo no painel do grau, onde aponta à dextra, está normalmente voltada com a ponta para a sinistra.

#### A bordadura

Como se mencionou anteriormente, a bordadura do escudo-de-armas do painel do não é referida no ritual, aquando da descrição do mesmo. Trata-se de uma bordadura diminuta de vermelho, perfilada de ouro.

A bordadura diminuta é uma peça heráldica de grande importância e cuja inclusão num escudo tem sempre muita relevância e significado simbólico, sem o qual aliás, não faz qualquer sentido ser utilizada. Normalmente utilizada como diferença<sup>53</sup>, caso da bordadura das armas de Portugal, mas também podendo ser utilizada como acrescentamento honroso, ou como elemento de pertença a um organismo maior. Assim, não se entende a sua não referência, nem em termos de descrição do painel, nem em termos simbólicos.

#### Descrição do painel do Grau 32.º Sublimes Príncipes do Real Segredo

Em escudo francês, de prata, uma cruz potenciada de vermelho, perfilada de ouro, carregada de uma águia bicéfala de negro, iluminada de prata, bicada de ouro, lampassada de vermelho, membrada de ouro, armada de vermelho, segurando nas garras uma espada de prata, empunhada e guarnecida de ouro, posta em faixa, com a ponta voltada à dextra. Bordadura diminuída de vermelho, perfilada de ouro.

#### Simbologia e alusão das peças Cruz

A cruz remete para a origem da lenda do grau 32.º, para a cruzada empreendida por Frederico II de Hohenstaufen e também para a ligação deste imperador ao Grão-Mestre da Ordem Teutónica, Herman de Salza, por cujos serviços conferiu à Ordem de Cavalaria de que este era Grão-Mestre muito importantes territórios e cujos princípios da Cavalaria, figurados na cruz os Sublime Príncipes do Real Segredo reunidos em Consistório adoptam como símbolo.

Remete também para toda a tolerância cristã, para a capacidade de sacrifício do maçon, pela salvação dos seus



irmãos, mas também de todos os homens e para o amor ao próximo.

#### Águia

A águia bicéfala é um importante símbolo dos Altos Graus do Rito Escocês Antigo e Aceito. Sua figura faz parte da simbologia dos graus 30.º, Cavaleiro Kadosch, 32.º, Sublime Príncipe do Real Segredo e 33º, Inspetor Geral do Rito. Tem o seu significado histórico ligado ao poder imperial. Os exemplos mais evidentes são: a águia que foi adotada como símbolo pelos exércitos desde o antigo Império Romano, como emblema do imperador Carlos Magno, na alta Idade Média, até ao Império Napoleónico. Quanto à águia bicéfala, que está registada desde os tempos hititas, começou a ser utilizada frequentemente, como símbolo, em estandartes, brasõesde-armas ou bandeiras no Império Bizantino, passando depois, via cristianismo ortodoxo e não só, para o leste da Europa, nomeadamente para o Império Russo. No Ocidente seria usada como símbolo do Sacro Império Romano Germânico, permanecendo a sua utilização no Império Austro-Húngaro até ao seu último imperador Francisco II, continuando depois a ser utilizada até à abolição da monarquia austríaca no reinado de Carlos I.

As duas cabeças, olhando simultaneamente para o lado direito e para o lado esquerdo, têm como significado o alcance do poder imperial, que se estende do Oriente ao Ocidente, mas também a obtenção do equilíbrio entre contrários, a única via possível ao verdadeiro Adepto.

#### Espada

A espada é um reconhecido símbolo da força de governar, ou seja, da força consolidada pelo poder da espada (poder militar).

#### Bordadura diminuída

A bordadura significa a pertença dos que atingiram o grau 32.º a um Consistório

do Supremo Conselho, estrutura, sem dúvida, a este subordinada, mas com a autonomia devida aos Príncipes do Real Segredo, remetendo também para um percurso havido na Cavalaria, por vezes com a marca do sangue de combates não só materiais, mas também espirituais.

#### **Esmaltes**

Ouro - Sol, Nobreza, Constância;

**Prata** – Riqueza, Eloquência, Humildade, Entrega, Lealdade;

**Vermelho** – Fogo, Força, Energia Criadora, Determinação;

**Negro** – Firmeza, Sabedoria, Honestidade:

#### Conclusão

O painel do grau 32.º é um elemento fulcral para o Consistório, já que o simboliza, embora não seja, objetivamente, em termos ritualísticos tão relevante como o painel do acampamento, já que é este que ilustra a lenda do grau. Não obstante importa que seja bem descrito e, sobretudo, bem explicado na sua simbologia.

Paralelamente verifica-se que há alguma liberdade relativamente à forma como são empregues nos paramentos os móveis constantes do escudo-de-armas do grau.

Não se propõe uma unificação, nomeadamente da cruz, até porque não é esta a tradição que vem da Idade Média, nem dos outros Supremos Conselhos, onde se verifica também esta mesma variação e por vezes incoerência nos símbolos e respetivas descrições. Entende-se, no entanto, que este estudo merece ser desenvolvido, nomeadamente numa definição mais acurada da simbologia do grau.

Considera-se, assim, que fica lançada uma primeira pedra, sem dúvida bruta, para uma pesquisa, no presente, ainda muito incompleta.



#### **Notas**

- 1- Não basta estar inserido numa composição em forma de escudo para se considerar uma organização heráldica.
- 2- Considera-se como evidência das primeiras utilizações da heráldica uma representação de Godofredo V, conde de Anjou, o Plantageneta, em esmalte, que decora o seu túmulo na catedral de Le Mans, hoje no Musée de Tessé, datado de 1151-1158. Aude Briau - "La plaque funéraire de Geoffroy V, un instrument de propagande au service de la dynastie Plantagenêt" (trabalho para o seminário "La dynastie Anjou-Plantagenêt" do Mestrado Internacional em História da Arte e Museologia), Heidelberg : Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg, 2011-2012. Acesso outubro 2, 2023. https:// www.academia.edu/38176065/ La plaque funeraire de Geoffroy V au musee Tes se\_un\_instrument\_de\_propagande\_au\_service\_de\_la \_dynastie\_Plantagenet.
- 3- Franz-Paul de Almeida Langhans Heráldica Ciência de Temas Vivos. Lisboa: Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, 1966, vol. 1, p. 61.
- 4- Ritual do Grau 32: Sublime Príncipe do Real Segredo. Lisboa: Supremo Conselho para Portugal dos Soberanos Grandes Inspectores Gerais do 33.º e Último Grau do Rito Escocês Antigo e Aceite, 2017, p. 28.
- 5- Ibidem, p. 28.
- 6- Sobre a história da Ordem pode ler-se de Bernardo Giustiniani - Historie cronologiche dell'origine degl'ordini militari e di tutte le religioni cavalleresche infino ad hora instituite nel mondo. Venezia: Combi, & LàNoù, 1692, pp. 471-533. Acesso outubro 13, 2023 https://books.google.pt/ booksd=\_io\_AAAAcAAJ&printsec=frontcover&hl=pt PT&source=gbs\_ge\_summary\_r&cad=0#v=onepage &q&f=true. Sobre as transformações mais recentes desta Ordem, que ainda existe, mas já não como Ordem de Cavalaria, mas antes como uma Ordem Religiosa, sob a jurisdição da Sagrada congregação para os Religiosos do Vaticano, leia-se de Hyginus Eugene Cardinale - Orders of Knighthood Awards and the Holy See. Gerrards Cross: Van Duren Publishers Limited, 1985 (3.ª ed.), pp. 107-110.
- 7- P. Frank Bayard—Deutschordens-Zentralarchiv.
- 8- "Hand Pavise with the Coat of Arms of the Teutonic Order" in *Art Institute of Chicago*. Acesso, outubro 13, 2023. https://www.artic.edu/artworks/112054/hand-pavise-with-the-coat-of-arms-of-the-teutonic-order.
- 9- "Der Tannhäuser" in Mestre do Codex Manesse Codex Manesse, 1305- 1315, fol. 264r. Biblioteca da Universidade de Heidelberg, Cod. Pal. germ. 848. Acesso outubro 2, 2023. http://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/cpg848/0523.
- 10- Hartmann Schedel *Liber chronicarum* (*Nürnberger Chronik*). Nürnberg : Anton Koberger,1493, f. 210.
- 11- Bernardo Giustiniani Op. Cit., pp. 474-475.
- 12- S.A. Galleria universale di tutti i popoli del mondo, ossia storia dei costumi, religioni, riti, governi d'ogni

- *parte del globo*. Venezia : Giuseppe Antonelli, 1842, vol. 4, prancha 33.
- 13- Bernardo Giustiniani Op. Cit., p. 475.
- 14- S. A. Galleria universale di tutti i popoli del mondo, ..., vol. 4, prancha 35.
- 15- Hyginus Eugene Cardinale Op. Cit., p. 109.
  - 16- Jacques P. Robert La Franc-Maçonnerie de Tradition. Eyrein: Roger Garry, ed. 1977, vol. 5, p. 403. Na Encyclopédie de Diderot & D'Alembert a origem da cruz é descrita de forma relativamente diferente: «La croix de sable fut donnée à l'ordre par l'empereur Henry VI. après le siége de la ville de Ptolémaïde; la croix d'or, par Jean, roi de Jérusalem, & l'aigle impérial, par l'empereur Frédéric II. & Saint Louis, roi de France, ajouta des fleurs-de -lis aux quatre bouts de la croix d'or [...]». Diderot e D'Alembert (org.) - "Blason ou Art Héraldique" in Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers : Recueil de Planches, sur Les Sciences, les Arts Libéraux et les Arts Méchaniques, avec leur explication. Paris :1763, Briasson, David, Le Breton, Durand, 1763, tomo II, p. 22.
  - 17- As armas do Reino de Jerusalém são: de prata, uma cruz potenteia de ouro, cantonada de quatro cruzes do mesmo.
- 18- João do Cró *Livro do Armeiro-Mor*, 1509, f. 7r. Lisboa : Arquivo Nacional Torre do Tombo, Ref. PT/TT/CR/D-A/001/19.
- 19- Não há a certeza da data da emissão da Bula, podendo a mesma ter sido antedatada. Veja-se a este respeito. Tomasz Jasiński "The Golden Bull Allegedly Issued in 1226 by Frederick II for the Teutonic Order" in E. Balogh (ed.) *Golden Bulls and Chartas: European Medieval Documents of Liberties*. Budapest Miskolc: Ferenc Mádl Institute of Comparative Law Central European Academic Publishing, 2023, pp. 223–244. Acesso outubro 17, 2023. http://real.mtak.hu/162963/1/12% 20Jasinski.pdf.
- 20- Marian Dygo "The German Empire and the Grand Master of the Teutonic Order in the Light of the Golden Bull of Rimini" in *Acta Poloniae Historica*. Wrocław: 1990, vol. 61.
- 21- Diderot e D'Alembert (org.) *Op. Cit.*, Planche XXIII, n.º 18.
- 22- Ritual do Grau 32, p. 23.
- 23- "Cruz potentea" in Luís Stubbs Saldanha Monteiro Bandeira - *Vocabulário Heráldico*. Lisboa : Edições Mama Sume, 1985, p. 93.
- 24- "Conjunto Completo Grau 32" in *Revista Consciência*. Acesso outubro 2, 2023. https://revistaconsciencia.com.br/produto/471/conjunto-completo-grau-32.
- 25- Ritual do Grau 32, p. 24.
- 26- "Cruz de Malta" e "Cruz pateada de cauda de andorinha" in Luís Stubbs Saldanha Monteiro Bandeira *Op. Cit.*, pp. 91-92.



- 27- Registe-se também que o forro da fita (colar do grau), descrito como sendo de púrpura, não é na ilustração que serve de modelo da cor referida, mas antes de vermelho.
- 28- Ritual do Grau 32, p. 24.
- 29- Ritual do Grau 32, p. 25.
- 30- "Carmesim" in *Infopedia*. Acesso outubro 2, 2023. https://www.infopedia.pt/dicionarios/linguaportuguesa/carmesim.
- 31- "Carmim" in *Infopedia*. Acesso outubro 2, 2023. https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/carmim.
- 32- Rafael Bluteau Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau / reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, vol. 1, p. 235.
- 33- "carmesim" in *Dicionário Educalingo*. Acesso outubro 2, 2023. https://educalingo.com/pt/dic-pt/carmesim.
- 34- Ritual do Grau 32, p. 28
- 35- David F. Phillips *The Double Eagle*. Danvers: Flag Heritage Foundation, 2014, p. 84. Acesso outubro, 17, 2023. https://www.flagheritagefoundation.org/web/wp-content/uploads/2018/08/DoubleEagle-Final-PDF-150dpi.pdf
- 36- João do Cró Op. Cit., f. 7v.
- 37- Ritual do Grau 32, p. 24.
- 38- "Conjunto Completo Grau 32" in *Revista Consciência*. Acesso outubro 2, 2023. https://revistaconsciencia.com.br/produto/471/conjunto-completo-grau-32.
- 39- "Avental Grau 32" in *JCN Ateliê da Maçonaria*. Acesso outubro 2, 2023. https://www.jcnatelie.com.br/6599315-Avental-Grau-32.
- 40- Ritual do Grau 32, p. 24.
- 41- Ritual do Grau 32, p. 24.
- 42- Ritual do Grau 32, p. 26.
- 43- Também são lacunares no estandarte as supramencionadas letras.
- 44- A cor do forro da referida coroa, bem como do listel, que figuram no estandarte Consistório de Príncipes do Real Segredo George Washington, pode ser descrita como púrpura, embora na representação esteja muito mais perto do bordô que não é um esmalte heráldico.
- 45- Jacques P. Robert Op. Cit., vol. 5, p. 354.
- 46- David F. Phillips Op. Cit., pp. 33-34.
- 47- Matthæi Parisiensis *Chronica Majora*. Cambridge: Universidade de Cambridge, Corpus Christi College. Ms 16. fol. 72 v. e 242.
- 48- Veja-se a este respeito de Hubert de Vries "Frederick II Conradin" in *De Rode Leeuw : Heraldica Civica et Militara*. Acesso outubro 17, 2023.

#### https://www.hubert-herald.nl/ItalSicily1.htm.

- 49- Veja-se ainda a este respeito o texto de Hubert de Vries "Two-headed eagle" in *De Rode Leeuw : Heraldica Civica et Militara.* Acesso outubro 17, 2023. https://www.hubert-herald.nl/TwoHeadedEagle.htm? pk\_vid=4a18122a4e0b11c716975472295aa670.
- 50- Veja-se a este respeito de Jesse D. Chariton "The Mesopotamian Origins of the Hittite Double-Headed Eagle" in *UW-L Journal of Undergraduate Research*. Wisconsin: 2011, vol. 14. Acesso outubro 16, 2023. https://www.uwlax.edu/globalassets/offices-services/urc/jur-online/pdf/2011/chariton.arc.pdf.
- 51- Albert Pike Moral y dogma del Rito Escocés Antiguo y Aceptado : Grados Veintinueve a Treinta y dos. Trad. Alberto R. Moreno Moreno. Oviedo : Entre Acacias, S. L., 2013, vol. 7, p. 127.
- 52- Ibidem, p. 94
- 53- Ibidem, p. 121.
- 54- Charles Arthur Fox-Davies *A Complete Guide to Heraldry*. London: Bracken Books, 1993 (reed.), pp. 138-141.



#### Fontes e bibliografia

- "Avental Grau 32" in JCN Ateliê da Maçonaria. Acesso outubro 2, 2023. https://www.jcnatelie.com.br/6599315-Avental-Grau-32.
- "carmesim" in *Dicionário Educalingo*. Acesso outubro 2, 2023. https://educalingo.com/pt/dic-pt/carmesim.
- "Carmesim" in *Infopedia*. Acesso outubro 2, 2023. https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/carmesim.
- "Carmim" in *Infopedia*. Acesso outubro 2, 2023. https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/carmim.
- "Conjunto Completo Grau 32" in *Revista Consciência*. Acesso outubro 2, 2023. https:// revistaconsciencia.com.br/produto/471/ conjunto-completo-grau-32.
- "Hand Pavise with the Coat of Arms of the Teutonic Order" in *Art Institute of Chicago*. Acesso, outubro 13, 2023. https://www.artic.edu/artworks/112054/hand-pavise-with-the-coat-of-arms-of-the-teutonic-order.
- Ritual do Grau 32: Sublime Príncipe do Real Segredo. Lisboa: Supremo Conselho para Portugal dos Soberanos Grandes Inspectores Gerais do 33.º e Último Grau do Rito Escocês Antigo e Aceite, 2017.
- **S.A.** Galleria universale di tutti i popoli del mondo, ossia storia dei costumi, religioni, riti, governi d'ogni parte del globo. Venezia: Giuseppe Antonelli, 1842, vol. 4.
- **BANDEIRA**, Luís Stubbs Saldanha Monteiro *Vocabulário Heráldico*. Lisboa : Edições Mama Sume, 1985.
- BLUTEAU, Rafael Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau / reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, vol. 1.
- BRIAU, Aude "La plaque funéraire de Geoffroy V, un instrument de propagande au service de la dynastie Plantagenêt" (trabalho para o seminário "La dynastie Anjou-Plantagenêt" do Mestrado Internacional em História da Arte e Museologia), Heidelberg : Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg, 2011-2012. Acesso outubro 2, 2023. https://www.academia.edu/38176065/La\_plaque\_funeraire\_de\_Geoffroy\_V\_au\_mu see\_Tesse\_un\_instrument\_de\_propagande\_au\_service\_de\_la\_dynastie\_Plantagenet.
- **CARDINALE**, Hyginus Eugene *Orders of Knighthood Awards and the Holy See*. Gerrards Cross: Van Duren Publishers Limited, 1985 (3.ª ed.).
- CHARITON, Jesse D. "The Mesopotamian Ori-

- gins of the Hittite Double-Headed Eagle" in *UW-L Journal of Undergraduate Research.* Wisconsin: 2011, vol. 14. Acesso outubro 16, 2023. https://www.uwlax.edu/globalassets/offices-services/urc/juronline/pdf/2011/chariton.arc.pdf.
- **CRÓ**, João do *Livro do Armeiro-Mor*, 1509. Lisboa : Arquivo Nacional Torre do Tombo, Ref. PT/TT/CR/D-A/001/19.
- DIDEROT e D'ALEMBERT (org.) "Blason ou Art Héraldique" in Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers : Recueil de Planches, sur Les Sciences, les Arts Libéraux et les Arts Méchaniques, avec leur explication. Paris :1763, Briasson, David, Le Breton, Durand, 1763, tomo II
- **DYGO**, Marian "The German Empire and the Grand Master of the Teutonic Order in the Light of the Golden Bull of Rimini" in *Acta Poloniae Historica*. Wrocław: 1990, vol. 61.
- **FOX-DAVIES**, Charles Arthur A Complete Guide to Heraldry. London: Bracken Books, 1993 (reed.).
- GIUSTINIANI, Bernardo Historie cronologiche dell'origine degl'ordini militari e di tutte le religioni cavalleresche infino ad hora instituite nel mondo. Venezia : Combi, & LàNoù, 1692, pp. 471-533. Acesso outubro 13, 2023 https://books.google.pt/books?id=\_io\_AAAAcAAJ&printsec=frontcover&hl =pt-
  - PT&source=gbs\_ge\_summary\_r&cad=0#v= onepage&q&f=true.
- JASIŃSKI, Tomasz- "The Golden Bull Allegedly Issued in 1226 by Frederick II for the Teutonic Order" in E. Balogh (ed.) *Golden Bulls and Chartas: European Medieval Documents of Liberties*. Budapest Miskolc: Ferenc Mádl Institute of Comparative Law Central European Academic Publishing, 2023, pp. 223–244. Acesso outubro 17, 2023. http://real.mtak.hu/162963/1/12% 20Jasinski.pdf.
- LANGHANS, Franz-Paul de Almeida Heráldica Ciência de Temas Vivos. Lisboa : Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, 1966, vol. 1.
- MESTRE DO CODEX MANESSE Codex Manesse, 1305- 1315, fol. 264r. Biblioteca da Universidade de Heidelberg, Cod. Pal. germ. 848. Acesso outubro 2, 2023. http://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/cpg848/0523.
- **NEUBECKER**, Ottfried *Le grand livre de l'héral-dique*. S.l. : Bordas, 1982 [reed.]
- PARISIENSIS, Matthæi Chronica Majora. Cam-

bridge : Universidade de Cambridge, Corpus Christi College. Ms 16.

**PASTOUREAU**, Michel – *Traité d'Héraldique*. Paris : Picard, 1997 (3.ª ed.).

PIKE, Albert - Moral y dogma del Rito Escocés Antiguo y Aceptado : Grados Veintinueve a Treinta y dos. Trad. Alberto R. Moreno Moreno. Oviedo : Entre Acacias, SS.L., 2013, vol. 7.

PHILLIPS, David F. - The Double Eagle. Danvers: Flag Heritage Foundation, 2014. Acesso outubro, 17. https://www.flagheritagefoundation.org/web/wp-content/uploads/2018/08/DoubleEagle-Final-PDF-150dpi.pdf.

**ROBERT**, Jacques P. - *La Franc-Maçonnerie de Tradition*. Eyrein : Roger Garry, ed. 1977, vol. 5.

**SCHEDEL**, Hartmann - *Liber chronicarum* (*Nürnberger Chronik*). Nürnberg : Anton Koberger,1493, f. 210.

VRIES, Hubert de – "Frederick II – Conradin" in De Rode Leeuw: Heraldica Civica et Militara. Acesso outubro 17, 2023. https:// www.hubert-herald.nl/ItalSicily1.htm.

VRIES, Hubert de – "Two-headed eagle" in *De Rode Leeuw : Heraldica Civica et Militara*. Acesso outubro 17, 2023. https://www.hubert-herald.nl/TwoHeadedEagle.htm? pk\_vid=4a18122a4e0b11c716975472295aa670



Paulo Morais, 32°

## Um olhar sobre o presente

### e futuro da terapia com medicamentos

Entre os colegas e académicos que tenho o privilégio de conhecer, existe um professor emérito da Universidade de Lisboa com quem muito me apraz trocar ideias e opiniões. De entre as várias conversas informais dos últimos anos gostaria de partilhar aqui alguns apontamentos, mais ou menos organi-

zados, sobre o medicamento e o seu papel na sociedade, com ênfase na inovação terapêutica, suas oportunidades e dilemas.

A partir de meados do século XX, um dos factos mais notáveis no progresso da humanidade foi o avanço do conhecimento no campo da biologia humana. Progresso aqui deve ser entendido também como passagem a patamares superiores do bem-estar físico do Homem. Biologia deve ser aqui entendida, sobretudo, como ciência biomédica, em particular a farmacologia, e todas as ciências biológicas e não biológicas que lhe servem de suporte.

O bem-estar da humanidade resulta da aplicação dos conhecimentos científicos ao desenvolvimento de tecnologias e produtos que se podem traduzir em bens e procedimentos postos ao serviço de todos. Suponho que ninguém tem grandes dúvidas de que o medicamento constitui, entre vários outros, um fator de progresso humano baseado na ciência e na tecnologia desenvolvidas sobretudo no último meio século.

Os índices de longevidade, estado sanitário, a diminuição do absentismo no emprego, da mortalidade infantil, da morbilidade e mortalidade nos adultos, da prevalência de doenças infecciosas, e também do aumento de quase 30 anos na espe-

rança de vida no último século, para apenas citar alguns factos, reflectem bem o papel das tecnologias da saúde das últimas décadas, sobretudo nas sociedades ditas desenvolvidas.

Será o medicamento o principal instrumento motor de promoção da saúde? Provavelmen-





te não. Mas é seguramente um daqueles que mais visibilidade tem. Muitas vezes, mais pelas más razões do que pelas boas.

Os medicamentos desempenham um papel vital na sociedade, proporcionando alívio, cura e prevenção de inúmeros problemas de saúde. É um domínio em constante evolução, impulsionado por uma procura incessante de inovação. Da investigação pioneira aos avanços tecnológicos, o desenvolvimento e a disponibilidade de medicamentos eficazes revolucionaram os cuidados de saúde. De facto, o medicamento assumiu nas nossas vidas uma importância tal que a perceção do conceito mais vulgar de saúde se associa imediatamente ao medicamento, ou seja, à sua contribuição para que se verifique a mera ausência de doença.

Esta visibilidade do medicamento está intimamente ligada à visibilidade do seu circuito, desde a produção pela indústria farmacêutica, à sua distribuição e uso através dos hospitais e farmácias.

Aqui levantam-se algumas questões críticas.

O desenvolvimento de um novo medicamento desde a síntese da molécula que o compõe até ao mercado tem um custo médio de cerca de dois mil milhões de euros e uma duração de 12 a 13 anos. É óbvio que a questão da inovação se confronta com o binómio custoutilidade. Para um mercado global anual de cerca de novecentos mil milhões de euros na pré-pandemia POR COVID-19, e apenas para medicamentos prescritos, a indústria investiu cerca de 15 a 20% da sua facturação anual na investigação de novos medicamentos. Também gasta mais do que isso em publicidade, comercialização e serviços jurídicos para defesa de patentes. Até quando ou até que ponto será possível manter este nível de investimento traduzido em maiores custos e tempos mais longos de desenvolvimento para novos medicamentos, com os meios actualmente à nossa disposição e com o objectivo de melhorar as terapêuticas existentes, alargá-las ao mundo não desenvolvido e encontrar tratamentos para as doenças presentemente não-curáveis? Por outras palavras, será que a era de ouro da farmacologia estará a atingir o seu ponto de saturação, ou seja, o

ponto para além do qual não há evolução? Ou é o paradigma actual na descoberta de novos fármacos que necessita de urgente corte epistemológico? Estamos numa encruzilhada ou num beco sem saída?

De acordo com o meu professor, parece ser esta a questão fundamental que preocupa autoridades e profissionais de saúde, estrategas e economistas da indústria farmacêutica, doentes e potenciais doentes que somos todos nós. Recorrendo a um chavão dos nossos tempos: um sistema de saúde para ser eficaz e sustentável deve ser economicamente saudável.

Mas que saúde queremos ter? A da ausência de doença com o auxílio dos medicamentos ou a dos economistas?

Reflectindo um pouco melhor sobre o conceito de doença, deve-se assinalar que a maior parte das doenças não são curáveis. Com excepção daquelas que se curam espontaneamente, apenas a erradicação de algumas doenças infecciosas de carácter esporádico ou epidemiológico por meio de antibióticos, a correcção cirúrgica de traumas resultantes de acidentes ou a remoção de tumores não metastizados se podem considerar curas. A maior parte das doenças são apenas tratáveis ou controláveis. Mesmo assim, os gastos com medicamentos representaram em 2016 3,80% dos gastos mundiais do consumo. Em 1970 representavam apenas 1,13%.

As questões da saúde e da doença e do seu tratamento situam-se no cerne das interrogações vitais para os seres humanos. À medida que progredimos no conhecimento dos mecanismos moleculares mais fundamentais e críticos da doença e melhoramos a forma de a combater, o sofisticado progresso social de uma parte relativamente restrita da humanidade põe em causa o conceito de doença alargando-o de modo a permitir intervenções terapêuticas de conforto (lifestyle therapies) de que são exemplos a cirurgia plástica, os anabolizantes no desporto ou o uso de fármacos em homens que não sofrem de disfunção eréctil. Ou seja: o que queremos combater com a arma dos medicamentos são as doenças que conduzem à diminuição física e ou mental ou proporcionar bem-estar ou confor-



to? Podemos ter as duas ou vamos ter de optar, agora ou no futuro?

De entre os principais paradigmas de inovação no presente encontram-se soluções terapêuticas baseadas em diferentes formas moleculares ou celulares. Por exemplo, os compostos de baixo peso molecular sintéticos ou naturais são ainda a principal forma de agentes químicos usados na terapêutica de grande número de doenças e, previsivelmente, ainda o continuarão a ser por mais alguns anos. A variedade da química é tão vasta que é possível encontrar uma molécula certa para cada alvo terapêutico ou recetor. Existem bases de dados com mais de 5 milhões de compostos para os quais foram identificadas meio milhão de relações estrutura-atividade com elevada afinidade para pelo menos 500 proteínas codificadas pelo genoma humano. Mas encontrar o ligando ideal para um recetor é apenas parte da história, é necessário que não seja tóxico, que atinja o seu alvo e produza o efeito desejado no doente. A diversidade biológica, que mais não é do que uma diversidade química a um nível superior de organização da matéria, faz com que frequentemente apenas o acaso com uma probabilidade baixíssima determine o êxito da descoberta de uma substância capaz de tratar eficaz e seguramente uma determinada doença.

Um outro exemplo são as proteínas terapêuticas. A era dos medicamentos desenvolvidos pela biotecnologia iniciou-se em 1982 com a primeira insulina humana recombinante produzida pela bactéria Escherichia coligeneticamente modificada. Hoje produzemse regularmente hormonas do crescimento, eritropoietina, factores de coagulação, calcitonina, vasopressina e factores de crescimento, para além de uma grande diversidade de anticorpos monoclonais-fragmentos específicos provenientes de sequências neles contidas. O êxito inicial desta via de produção de substâncias endógenas levou a fortíssimos investimentos na indústria e ao aparecimento de pequenas empresas de biotecnologia com capital de risco e conceitos que entraram no nosso jargão diário: start-ups, joint ventures, venture capital, business angels.

O uso de roteínas endógenas oferece algu-

mas vantagens: são substâncias que fazem parte do nosso material biológico, com menor risco de toxicidade inesperada e são mais fáceis de desenvolver na fase inicial como medicamentos.

No entanto, as proteínas têm custos de produção elevados, dificilmente se podem vir a administrar por via oral, não existem modelos animais de eficácia ajustáveis à identificação de muitos dos problemas relevantes de imunoreactividade e o seu uso prolongado pode desenvolver imunogenicidade, tornando-as inúteis ou com potencial de risco acrescido. Apesar de tudo, verifica-se um certo êxito no uso de anticorpos monoclonais, sobretudo em oncologia. Nos EUA existem algumas dezenas de anticorpos monoclonais actualmente aprovados pela FDA.

Um outro exemplo de desenvolvimento dos medicamentos assenta na terapia génica. Esta consiste em repor a actividade de genes não funcionais por meio do transporte de genes funcionais para o núcleo celular em doenças monogénicas. O transporte é efectuado por nanopartículas lipídicas ou poliméricas de natureza furtiva (ou seja, partículas que evadem os mecanismos imunitários de invasão do organismo por corpos exógenos) ou por certos tipos de vírus inactivados. Esta terapia ainda não cumpriu as elevadas expectativas nela colocadas. Os anos 90 do século passado estão recheados de ensaios clínicos abortados quer por ausência de efeitos quer por reacções adversas desastrosas, tais como neoplasias induzidas, função imunitária comprometida, ausência de especificidade das sequências de ácidos nucleicos utilizados.

Associado a esta última, temos a terapia celular, as quais são baseadas na substituição de células doentes por outras sãs. São uma esperança no tratamento de doenças degenerativas, como por exemplo neurónios injectados no cérebro para tratar doenças neurodegenerativas tais como doença de Parkinson, esclerose amiotrófica lateral ou doença de Huntington; células secretoras de insulina para tratar diabetes mellitus; ou células do miocárdio para restaurar a função de células afectadas pelo enfarto do miocárdio. Existem obstáculos éticos ao desenvolvimento destas

terapias sobretudo na recolha e uso de células estaminais, mas é uma área de investigação muito ativa sobretudo no plano tecnológico.

Um outro exemplo de inovação é a área dos nanomedicamentos e sistemas de transporte de fármacos. Desde o célebre postulado de Ehrlich formulado perante a Academia das Ciências em Berlim, no início do século XX, (teoria da chave e fechadura como imagem para a ligação fármaco-receptor) tornou-se aceite que é necessário dirigir o agente farmacológico para o seu local de acção ou alvo no organismo, o que determina que se procurem sistemas de transporte capazes de vectorizar fármacos directa e selectivamente para os seus locais de acção visando mantê-los aí enquanto for necessário para que o efeito se verifique.

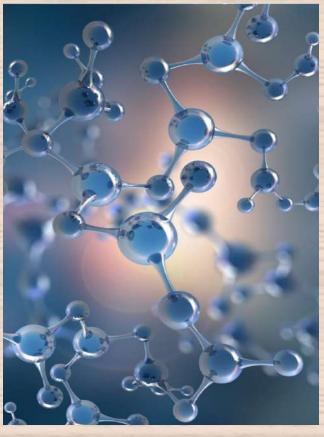
Desde sistemas primitivos para prolongar a permanência de fármacos na circulação por meio da diminuição da velocidade de absorção, até sistemas de micropartículas e, agora, de nanopartículas constituídas por polímeros diversos como os lipossomas, existe aqui uma área de forte investimento científico com mais de duas dezenas de produtos no mercado para fins terapêuticos ou de diagnóstico. Contudo, ainda é necessário um enorme esforço de investigação. Aparentemente é hoje uma área de fortes expectativas, a julgar pelos elevados investimentos que têm sido feitos na área da nanomedicina e dos nanomedicamentos.

Embora haja outras áreas científicas muito relevantes para o papel dos medicamentos na sociedade, tais como a farmacoepidemiologia e a farmacoeconomia, gostaria de concluir esta visão sobre o presente e futuro dos medicamentos reforçando a ideia de que: os medicamentos melhoram significativamente a qualidade de vida das pessoas em todo o mundo; a inovação farmacêutica tem sido fundamental para enfrentar os desafios da saúde mundial, como por exemplo, as vacinas que erradicaram ou controlaram muitas doenças potencialmente fatais, salvando milhões de vidas; a indústria farmacêutica impulsiona o crescimento económico e a criação de emprego, contribuindo significativamente para as economias nacionais e globais;

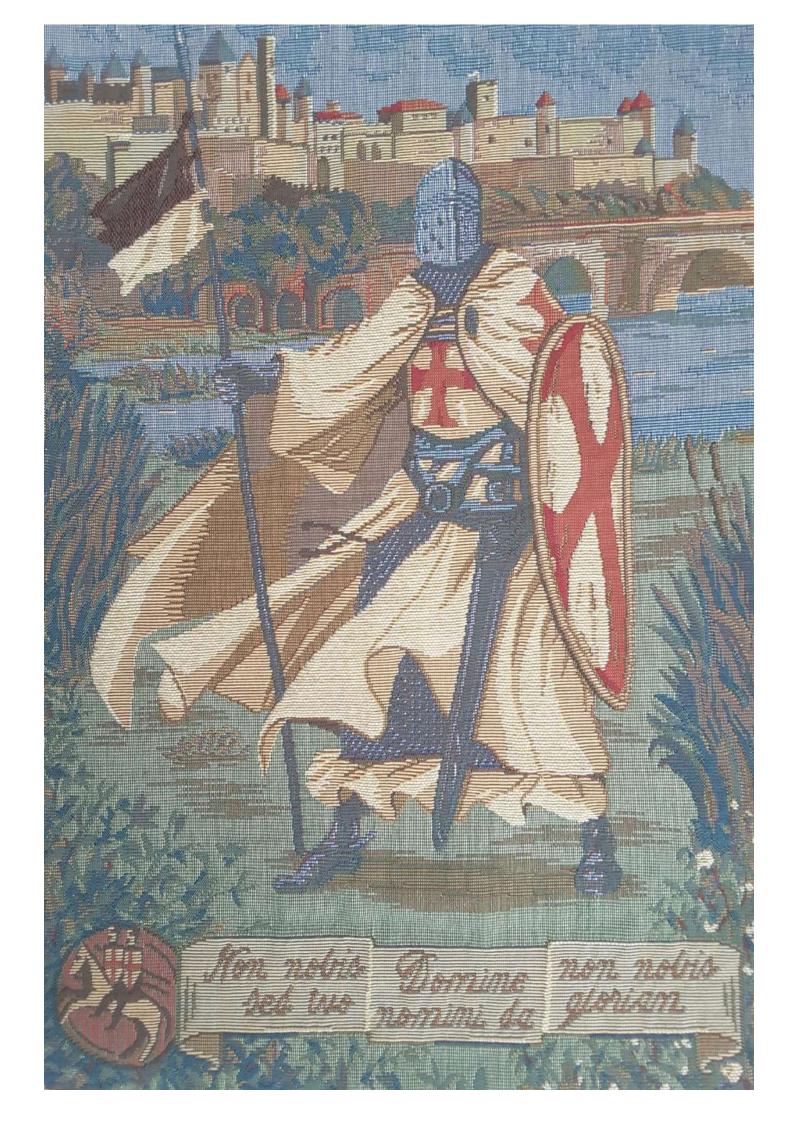
o acesso a medicamentos eficazes e a preços acessíveis não só melhora os resultados em termos de saúde, como também reduz os custos dos cuidados de saúde; os avanços tecnológicos aceleraram a inovação promovendo o aparecimento de soluções de saúde digital; a inteligência artificial e a análise de grandes volumes de dados estão a transformar a descoberta de medicamentos, os ensaios clínicos e a farmacovigilância, melhorando a eficiência e a eficácia dos processos de desenvolvimento de medicamentos.

A procura incessante de inovação farmacêutica revolucionou o tratamento e a gestão das doenças, melhorando a qualidade de vida de milhões de pessoas em todo o mundo. No entanto, o acesso equitativo aos medicamentos continua a ser um desafio, necessitando de esforços de colaboração para garantir que os benefícios da inovação são partilhados por todos. Ao aproveitar o poder da tecnologia e ao promover práticas éticas, podemos abrir caminho para um futuro em que os medicamentos transformadores sejam acessíveis a todos, conduzindo a sociedades mais saudáveis e a um futuro mais risonho para toda a Humanidade.

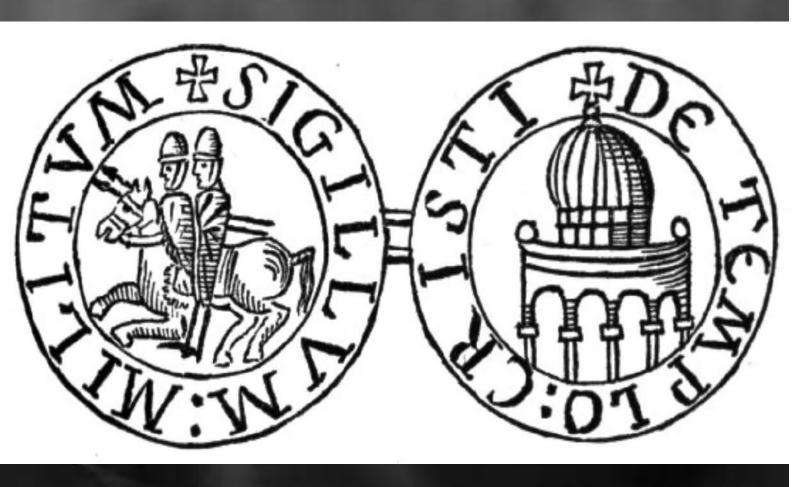
Afonso Cavaco, 33°







## TEMPLÁRIOS DO MITO À REALIDADE



O interesse demonstrado pelos temas relacionados com a Ordem do Templo é tão abrangente que praticamente ninguém, incluindo os maçons, lhe fica indiferente. E todos nós sabemos como a tragédia associada à sua extinção, marca o grau 33º do Rito Escocês Antigo e Aceite.

Nem mesmo os académicos mais racionalistas e adeptos de uma historiografia positivista escapam a esse interesse, já que mais não seja, porque estão interessados em desmistificar o esoterismo que consideram andar associado às lendas e mitos sobre os templários.

De facto, desde que a Ordem foi extinta por Clemente V, em 22 de Março de 1312, (Bula *Vox clamantis*) e sobretudo depois da morte de Jacques de Molay, seu último Mestre, em 18 de Março de 1314, a Ordem do Templo entrou no rol dos temas associados ao enigma e ao mistério.

Ora, para compreendermos o porquê deste facto, é necessário perceber em que contexto ocorreram estes eventos e qual era o ambiente mental, económico e social que os influenciou.

Embora a cidade de Jerusalém tivesse sido conquistada pelos árabes no início do século VII (638), se exceptuarmos pequenos períodos, os cristãos e os judeus, que os muçulmanos consideravam como as religiões do Livro, mantiveram a liberdade de culto, sendo respeitados os seus direitos e tradições.

Do mesmo modo, também os peregrinos que se dirigiam à Terra Santa não eram mais incomodados do que qualquer outro viajante que se aventurasse pelas estradas que conduziam a Jerusalém. E devemos ter em conta que, após a passagem do ano mil, que todas as correntes milenaristas anunciavam como o fim dos tempos do Livro da Revelação, Jerusalém, à semelhança de Compostela, na Galiza, passara a atrair, com uma força galvanizadora, todos os que tinham algo a agradecer.

As velhas estradas que ainda se mantinham do período romano e que continuavam a li-

gar os centros urbanos do antigo império estavam pejadas de peregrinos e romeiros, de prostitutas e salteadores, de mercadores e mesteirais livres, entre os quais muitos maçons em busca de um estaleiro. Mas também de muitos cavaleiros, poucas vezes cumpridores dos preceitos que, romanticamente, associamos aos ideais de cavalaria da corte do mítico rei Artur.

Tudo ameaçou alterar-se quando os turcos seljúcidas conquistaram a Palestina e Jerusalém em 1078, desalojando os fatimidas do Cairo.

Os cristãos passaram a ser perseguidos e as notícias que chegavam ao Ocidente alarmaram de tal forma as cortes europeias que o pedido de apoio do imperador bizantino Alexis foi respondido com entusiasmo no Concílio de Clermont, para o efeito convocado pelo papa Urbano II, em Novembro de 1095.

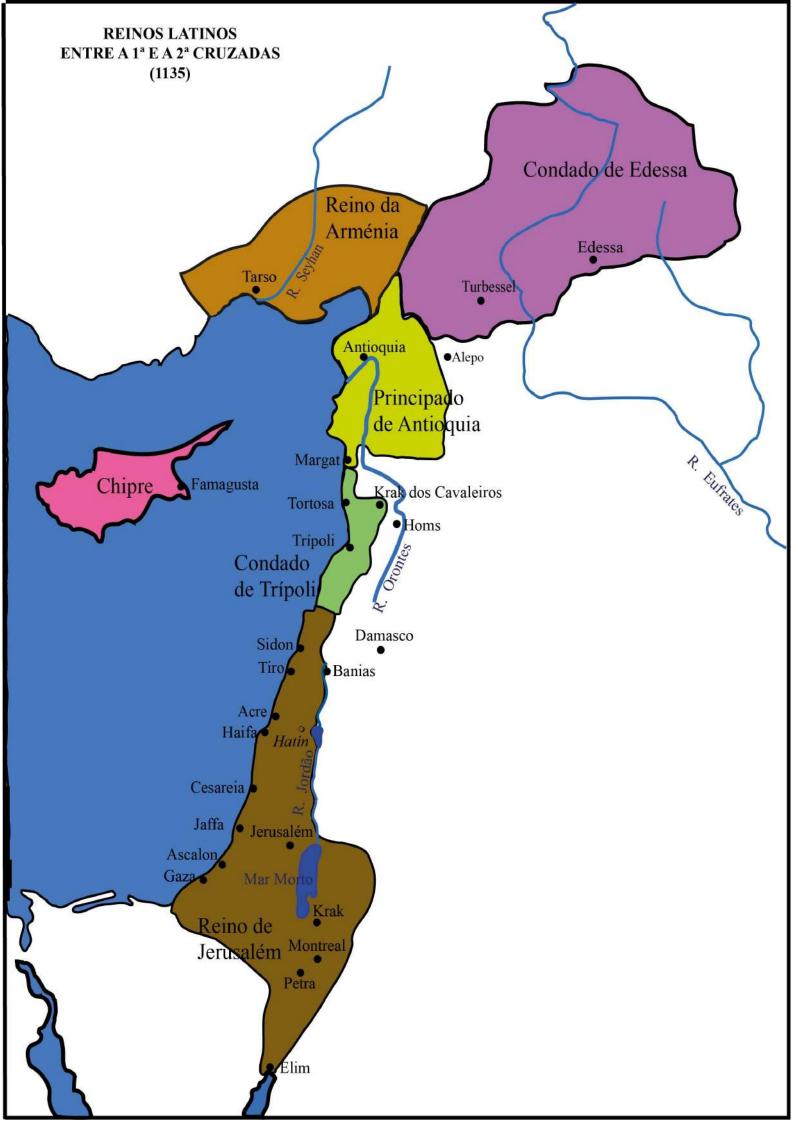
Após 8 dias de cerco, Jerusalém caiu em 15 de Julho de 1099, às mãos dos cavaleiros francos. Para trás haviam ficado as tragédias da cruzada de Pedro, o Eremita, e as conquistas das principais cidades do corredor siro-palestiniano. Os peregrinos podiam agora chegar, em segurança, aos portos de Acre ou de Jaffa para visitar os lugares sagrados relacionados com a vida terrena de Jesus.

Mas, entretanto, após a consolidação dos diversos estados cristãos, (Condado de Odessa, Principado de Antioquia, Condado de Tripoli e Reino latino de Jerusalém), grande parte dos cavaleiros entendeu ter chegado a hora de regressar a casa que ficara desguarnecida de protecção e sujeita à cobiça de algum parente mais audacioso.

E, subitamente, os territórios cristãos da Terra Santa ficaram novamente sujeitos às incursões dos ataques muçulmanos, fazendo com que as estradas se tornassem inseguras para os peregrinos que, agora, confiantes na garantia do poder cristão, acorriam em número crescente aos lugares onde Cristo havia vivido e morrido.

Os caminhos pedregosos que, da costa, conduziam a Jerusalém não apresentavam qualquer garantia de segurança, sujeitos ao van-





dalismo de grupos de salteadores, ou às incursões dos cavaleiros fatimidas provenientes da cidade de Ascalon que, na costa de Gaza, continuava orgulhosamente sob domínio muçulmano.

Nem mesmo o domínio de Jerusalém era seguro, enquanto o porto de Ascalon desse guarida aos barcos do califado provenientes do Egipto.

A sua conquista, obtida em 12 de Agosto desse mesmo ano de 1099, havia de garantir a segurança de Jerusalém, mas não tornou mais seguros os caminhos que, da costa, levavam à cidade santa.

É em resultado destas circunstâncias que, em 1118 ou 1119, segundo optarmos pela data preferida por Michel Picar ou pelo glossário Du Cange, Hugo de Payens, cavaleiro natural da Champagne ou da Borgonha, em conjunto com um grupo de oito cavaleiros, entre os quais alguns autores incluem um proveniente deste ocidental território português, tomou a iniciativa de garantir a protecção desses peregrinos. Pretendiam eles, simultaneamente, assegurar um serviço de características militares e manter uma vida religiosa que os sujeitasse aos votos monásticos de obediência, castidade e pobreza, sob os preceitos de uma Regra, à semelhança do que, havia vários séculos, faziam os monges beneditinos, os cónegos regulares de Santo Agostinho e, mais recentemente, os cartuxos (1084 – S. Bruno) e os cistercienses (1098 – Robert de Molesmes).

O Concílio reunido em Nablus, em 18 de Janeiro de 1120, e presidido pelo rei Balduíno II e pelo Patriarca Latino de Jerusalém, Gormond de Picquigny, por entre os vários cânones condenando os muitos delitos sexuais e conjugais, aprovou a criação da ordem dos *Pauperes Commilitones Christi Templique Solomonici*.

E assim, nasceu um dos primeiros mitos sobre a Ordem do Templo, caso não contemos com as incógnitas relativas à identidade do seu fundador, Hugo de Payens que, pela sua complexidade, não abordarei aqui.

Segundo a tradição, tendo por base o texto de Jacques de Vitry, os primeiros cavaleiros ficaram inicialmente instalados nos subterrâneos do Templo de Salomão.

Ora, esse texto refere apenas que o rei Balduíno II lhe ofereceu o seu palácio. Não certamente aquele em que o rei habitava, mas o que lhe servira inicialmente de morada, a mesquita de Al-Aqsa.

Ora, a mesquita de Al-Aqsa não correspondia ao espaço onde se erguera o Templo de Salomão, já ocupado pela mesquita da Cúpula do Rochedo, erguida por ordem do califa omíada Abedal Maleque ibn Maruane, no final do século VII.

Fica posta de lado a lenda de que aí teriam encontrado fabulosos tesouros, quer se tratasse de bens materiais ou de estranhos e poderosos segredos ocultados em momento de perigo extremo. De facto, sobre esses nove anos, número especialmente simbólico para os numerologistas e cabalistas, pouco ou nada sabemos. A teoria de Louis Charpentier sobre a arca da aliança encontrada nas criptas do templo pode servir para uma novela tipo Indiana Jones, mas não tem qualquer base histórica. É apenas o resultado de uma imaginação demasiado fértil.



E nem a associação ao *Perceval* de Wolfram von Eschenback, surgido em 1220 pode assumir qualquer legitimidade, pois é redigido na sequência da obra de Chrétien de Troyes sobre o ciclo arturiano, entre 1170 e 1190. (*Lancelot, le chevalier de la charrette ePerceval ou le Conte du Graal*)

Ora, se nada sabemos é porque, simplesmente, deles não ficou qualquer registo. O que é natural, dada a reduzida ou nula importância da actividade desenvolvida por



tão pequeno número de freires, cuja actividade os não devia distinguir de todos os outros que se dedicavam ao apoio de peregrinos, entre os quais se distinguiam os de S. João de Jerusalém que haveriam de ficar conhecidos como Hospitalários e Ordem de Malta.

O simples reconhecimento real e o acordo do patriarca de Jerusalém não bastavam para dar carta de natureza religiosa a estes guerreiros. Era ainda necessário o apoio do herdeiro de S. Pedro, ao qual se colocava uma questão primordial:

Até que ponto era legítimo conciliar o ofício das armas com o hábito de religioso? Verter sangue, matar e ser morto, ainda que pela própria fé, envergando um hábito de religioso apresentava-se, até então como uma monstruosidade doutrinal.

Esta hipótese, até então considerada inadmissível, implicava a ideia de uma profunda reforma nas mentalidades e estava intimamente ligada à teoria da trifuncionalidade social, teoria formulada, no início do século XI, pelos bispos Adalberón de Laón e Geraldo de Cambray.

No topo da hierarquia, situavam-se os que rezavam, os *oratores*, cuja função consistia em intermediar entre os homens e a divindade, oferecendo-lhe, qual Melquizedec, as suas primícias, e em apaziguar a ira dos poderes invisíveis por gestos, fórmulas e cantos<sup>1</sup>.

Eram seguidos pelos *bellatores*, os especialistas da guerra, garantes da manutenção da paz, expulsando as forças do mal pela espada. Os dois grupos constituíam a estrutura do poder que garantia a coesão social e a segurança dos que trabalhavam e produziam, os *laboratores*. Assim se completava uma divisão social que se pretendia hierárquica, mas solidária.

Ora o que Hugo de Payens propunha era a fusão dos dois primeiros grupos num só, sendo certo que a perspectiva da reforma gregoriana havia atribuído aos cavaleiros, profissionais da violência, um lugar no plano divino, de modo a poder garantir-lhes a possibilidade da salvação, apesar do exercício da sua função de violência e de guerra.

Assim, estes cavaleiros cruzados, refugiados durante nove anos, como se de criaturas regressadas à caverna de Platão, depois de terem alcançado a luz exterior se tratasse, surgiam com uma dupla característica piedosa.

Não apenas se sujeitavam às obrigações da Reforma Gregoriana, aceitando as limitações previstas na Trégua de Deus, como, ainda, canalizavam a violência para uma obra piedosa, unificadora e libertadora da cristandade.

É esta conjunção de cruzada e de reforma que caracteriza a via de aperfeiçoamento proposta aos leigos envolvidos nas campanhas militares do Oriente. O cavaleiro, desta forma transformado num *miles Christi*, num cavaleiro de Cristo, é um religioso, mas não um monge, permanece leigo sem ser ordenado e por isso pode combater.

É verdadeiramente, um cavaleiro destemido e amparado por todos os lados, pois a sua alma é protegida pela armadura da fé, tal como o seu corpo está protegido pela armadura de aço. Está, portanto, duplamente armado e não deve temer demónios nem homens<sup>2</sup>.

Aqui reside a essência do segundo mito associado aos templários, relacionado com a imagem mais representada nos selos de autenticação documental da Ordem, dois cavaleiros sobre uma única montada.

Vulgarmente associada à ideia de representação da suprema pobreza, embora também, por vezes, seja referida como uma alegoria à homossexualidade dos freires, afinal, alude apenas a esta duplicidade inerente ao cavaleiro templário.

Às duas lutas que deve enfrentar. A luta contra o seu eu interior, contra as suas paixões, que o deve tornar sábio e prudente, e a outra luta, plena de coragem e bravura, mas na qual não se aceita a temeridade. Porque mais do que à posse material, ele deve renunciar ao poder e ao orgulho provocados pela riqueza.

É esse duplo cavaleiro, porque empenhado



em duas lutas distintas mas complementares, que se representa na gravuras que tanta tinta têm feito correr.



S. Bernardo é herdeiro das reflexões dos Padres da Igreja que, após o Milénio, acentuavam o valor da pobreza, segundo o Sermão da Montanha, associando-a à humildade: o Cristão deve ansiar por justiça e abandonar todo o tipo de violência. Mais do que à posse material, ele deve renunciar ao poder e ao orgulho que a riqueza provoca.

A Avaritia, a Cupiditas e a Superbia encabeçam a lista dos vícios estabelecida no século XI, sendo representados por um cavaleiro em armas munido do seu elmo.

Sempre despenteados, raramente lavados, a barba hirsuta, cheirando a pó, sujos pelo arnês e pelo calor, é como Bernardo de Claraval os define. Por isso os prefere a todos os outros, mas só depois de libertos dos seus vícios, após terem deixado cair aos pés os dois defeitos que maculam a cavalaria terrena: o orgulho e o gosto pelas vaidades.

Em 13 de Janeiro de 1129, o concílio reunido em Troyes, sob o comando do cardeal Albano em representação do papa Honório II, com a assistência de S. Bernardo, de vários abades cistercienses e de Hugo de Payens, reconheceu a nova Ordem, oficialmente designada por Pobres Cavaleiros de Cristo do Templo de Jerusalém, confirmando-do-lhes a sua Regra.

Para este sucesso contribuiu fortemente a acção do obreiro da grandeza de Cister, transformado em advogado destes Cavalei-

ros de Cristo, com o seu texto

Laude novae militiae ou Elogio da nova cavalaria.

Desfeito é também o mito de que a Ordem do Templo resultaria de um projecto de S. Bernardo com o objectivo de procurar os segredos escondidos nos subterrâneos do Templo de Jerusalém para, com os seus conhecimentos, implantar o reino de Deus na terra.

O que a História documental nos diz, pelo contrário, é que S. Bernardo se manteve, durante muito tempo, relutante em relação às pretensões de

Hugo de Payens, só se tornando o seu paladino após definir o conceito de uma nova cavalaria.

Curiosamente, já em data anterior ao Concílio de Troyes, os freires do Templo se encontravam instalados no território que haveria de constituir o reino de Portugal.

Por doação da condessa D. Teresa de Leão, haviam recebido uma série de propriedades em Braga e em Fonte Arcada, situadas em pleno caminho que, do sul da península, conduzia a Santiago de Compostela.

Não tendo, ainda características militares, os freires desempenhavam já funções de apoio aos peregrinos neste território, onde outra cruzada ia empurrando os muçulmanos para o Sul.

Afirma a tradição, e os textos coevos confirmam-no, que Hugo de Payens, acompanhado de cinco cavaleiros, partira de Jerusalém com destino a Roma no Outono de 1127, com o objectivo de receber do papa a aprovação da Ordem nos moldes pretendidos.

Mas, ao invés de se concentrar em obter do papa a autorização pretendida, preferiu calcorrear as estradas da sua França natal e as do sul da Inglaterra normanda, em busca de apoio económico, num proselitismo que rapidamente



pidamente daria frutos, com o ingresso de vários cavaleiros na Ordem ainda não reconhecida.

O seu prestígio, algo extemporâneo, não

signação daquele castelo, a Ordem do Templo nunca se libertaria totalmente do labéu associado àquela derrota.

Mesmo na Champagne de Hugo de Payens



podia, ainda, basear-se em feitos militares. Mas esse facto não impediu que, menos de dois meses após o início do Concílio de Troyes, a condessa D. Teresa lhes tenha entregue o castelo de Soure, principal defesa dos campos de Coimbra, em Portugal, e que o seu filho, Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, confirmasse essa doação através de um documento em que se declara Irmão da Ordem.

Trata-se da primeira instalação militar da Ordem do Templo na Europa, facto justificável pela necessidade de contribuir para a luta contra o islão na Península Ibérica.

Mas não deixa de ser sintomático que a primeira instalação do Templo em Aragão apenas ocorra em 1143, com os castelos de Monzón, de Barberá, Remolins e Granyena, à semelhança do que sucedeu no reino de Leão e Castela com a doação do castelo de Villaseca, em Sória, em 1146.

Castela haveria de tornar-se um caso especial, pois, na sequência da incapacidade de defenderem o castelo d Calatrava, o que originaria uma nova ordem militar com a dedevemos esperar por 1132 para encontrar referências à primeira comenda francesa, a Comenda de Neuville, não se detectando qualquer menção documental à Casa do Templo, em Paris, antes de 1146. Nesse ano uma carta de Simão, bispo de Noyon concedendo ao Templo a igreja de Tracy-le-Val termina: Actum Parisius in Templo presente Magistro et conventum militum anno ab incarnatione Domini Mº Cº XLVIº3.

Idêntica situação sucedia em Inglaterra para a qual apenas dispomos de informação documental a partir de 1162, com os templários estabelecidos em High Holborn, Londres, por doação de Henrique I, vindo a consagrar a igreja redonda dedicada à Virgem Maria em 10 de Fevereiro de 1185, com a presença de Heraclito, patriarca de Jerusalém.

Confirma-se, assim, a fundamental importância da Ordem do Templo para a fundação do reino de Portugal, garante da defesa da linha do Rio Tejo, através da construção dos castelos de Ega, Pombal, Redinha, Tomar, Ozêzere, Cardiga e Almourol. De al-

guma forma, podemos afirmar que sem a Ordem do Templo, dificilmente o reino de Portugal teria sido uma realidade no século XII.

Mas as intrigas de poder entre os vários estados cristãos da Palestina e o ímpeto das tropas de Saladino, faziam com que a situação na Palestina, ao longo do século XIII, se fosse deteriorando rapidamente e a presença cristã se tornasse uma pálida imagem do que fora.

Se a tomada de Jerusalém por Saladino, em 2 de Outubro de 1187, constituíra uma humilhação inaudita, com a queda de S. João de Acre, em Maio de 1291, a Palestina ficou definitivamente sob domínio muçulmano.

O papel das ordens militares esvaía-se por falta de conteúdo, à medida que se dissipa-va o sonho de recuperar Jerusalém e o modelo de cavalaria de Ramon Lull se desvanecia. O Templo que devia a sua existência à proclamada defesa da cristandade via-se, a partir do momento em que abandonou o Castelo do Peregrino, a sul de Haifa, incapaz de cumprir a missão que justificara a sua existência.

Regressados à Europa, os Templários representavam, em qualquer reino, um poder que a coroa devia tomar em linha de conta na sua política centralizadora, especialmente, porque, tratando-se uma entidade supranacional, nem sempre os seus interesses coincidiam com os do reino onde estavam instalados.

É neste contexto que as pouco subtis ameaças que Filipe IV de França vinha formulando já desde 1306, culminaram, em 13 de Outubro de 1307, na ordem de prisão de todos os templários que se encontrassem no reino, obedecendo à bula *Pastoralis præminentiæ* de Clemente V. (22 de Novembro).

Sobre o processo que conduziu à execução de Jacques de Molay e de Godofredo de Charnay, em 18 de Março de 1314, nada acrescentarei, por demasiado conhecido.

Nem mesmo sobre a lenda da maldição que terá provocado a morte dos três filhos de Filipe IV, provocando a extinção da linha-



gem dos Capetos e dando origem à Guerra dos Cem Anos, merece uma atenção especial.

Diferente é o caso dos célebres tesouros dos templários que, segundo a tradição lendária terão sido transportados para a Escócia dando origem a uma forte ligação com os movimentos rebeldes escoceses, sob o comando de Robert the Bruce, contribuindo fortemente para a sua vitória contra o exército de Eduardo II de Inglaterra na batalha de Bannockburn, em 24 de Junho de 1314.

Para além de não existir qualquer referência documental coeva relativa à intervenção do Templo na batalha, difícil é compreender que cavaleiros templários, desejosos de recuperar as boas graças do papado, apoiassem activamente um comandante militar excomungado contra um monarca considerado seu amigo privilegiado.

Afinal, tendo Clemente V absolvido os templários ainda em 1308, segundo o Pergaminho Chinon, seria absurdo apoiarem agora um inimigo do papado.

É, pois, no campo do imaginário lendário que deve repousar a história dos tesouros templários na Escócia. A surpresa que Filipe IV imprimiu à iniciativa de prisão dos freires, certamente terá sido idêntica à que lhe permitiu fazer mão baixa aos seus tesou-



ros.

Facto que, naturalmente, nunca poderia reconhecer, sob risco de desmascarar os seus verdadeiros objectivos, disfarçados sob acusações de heresia e de imoralidade.

Diferente era, naturalmente o caso peninsular, onde as vitórias militares e a presença muçulmana continuavam a justificar a existência das ordens militares, fundamentais para a expansão e defesa dos territórios das coroas de Aragão, de Leão e Castela e de Portugal.

Aqui, possuíam os templários um campo de

ofensiva e, em 27 de Novembro de 1309, confiscou os castelos de Pombal, Ega, Redinha e Soure, ao mesmo tempo que nenhum cavaleiro em Portugal era preso e o Concílio de Salamanca reunido em 21 de Outubro de 1310, na sequência da decisão de idêntico concílio reunido em Medina del Campo, em 27 de Abril, concluía que "não se encontraram culpados em coisa alguma os ditos freires nem a sua ordem, tanto nestes reinos de Leão e Castela como no de Portugal."

Tornava-se perfeitamente claro o desejo dos



refúgio fácil e a protecção de monarcas necessitados do seu auxílio militar. Mas também aqui, a sua riqueza despertava os apetites de muitos senhores, como sucedeu logo em 1307, quando o bispo da Guarda se apropriou de Idanha e de Salvaterra, dois importantes castelos com ricas propriedades no centro de Portugal.

D. Dinis, o rei de Portugal, passou, então à

monarcas ibéricos em se apropriarem dos bens da Ordem do Templo, com o pretexto de proteger os seus membros.

Foi percebendo a irredutibilidade papal em aceitar que os bens do Templo passassem para as respectivas coroas que, tanto Jaime II de Aragão como D. Dinis de Portugal optaram por tentar a criação de uma nova ordem militar, mas de cariz nacional, que



substituísse a do Templo.

Como argumento fundamental que permitisse que o papado aceitasse as pretensões de Portugal e Aragão, havia o reconhecimento da necessidade de uma ordem militar que prosseguisse a actividade guerreira dos templários e a luta contra os corsários mouriscos que assaltavam as costas maiorquinas, valencianas e algarvias.

Em 10 de Junho de 1317, o papa João XXII criava a Ordem de S. Jorge de Montesa pela bula *Ad fructus uberes*, entregando-lhe os bens que o Templo possuía no reino de Valência.

D. Dinis deveria esperar ainda algum tempo para ver a solução das suas pretensões. As negociações culminaram com a publicação da bula *Ad ea ex quibus*, de João XXII, em 14 de Março de 1319. Face à irredutibilidade papal de aceitar a incorporação na coroa de todos os bens do Templo, a criação da Ordem de Cristo apresentava-se como uma boa solução para D. Dinis. O tempo viria a dar-lhe razão.

O facto de a sede da nova ordem se estabelecer em Castro Marim não era certamente estranho ao facto de ter também como missão a defesa contra a pirataria mourisca.

Mas o futuro reservar-lhe-ia um papel determinante nas navegações portuguesas ao longo do Atlântico, durante o século XV, tornando-a a principal obreira da expansão marítima portuguesa, dando novos mundos ao mundo.

As propriedades que a Ordem de Cristo herdara do Templo eram a garantia de que não faltariam recursos à empresa da expansão marítima.

Finalmente, uma palavra breve para a tradição que faz remontar a Maçonaria Especulativa actual à Ordem do Templo.

Nada há que justifique tal ligação e só um espírito imbuído pelo pensamento que alguns anos depois iria desembocar no movimento romântico, com a sua apetência por tudo o que dissesse respeito à Idade Média, podia alegar tal herança.

Apetecida por todos os não aristocratas como forma de ilustrarem um nome vulgar,

rapidamente a tradição templária foi adoptada e assumida por vários ritos, com destaque para o escocismo que cultivamos.

Cumpre-nos apenas dizer, parafraseando Giordano Bruno, que se non è vero, è molto ben trovato.



#### **Notas**

- 1- Georges Duby, *S. Bernardo e a arte cisterciense*, Trad. António Balcão Vicente, Lisboa: Ed. ASA, 1997, p. 23.
- 2- S. Bernardo, «De Laude novae militiae», in Obras completas de San Bernardo, Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1993, Vol. I, pp.496-543.
- 3- MANNIER, Eugène, Les commanderies du Grand-Prieuré de France d'après les documents inédits conservés aux archives nationales à Paris, Paris: Lib. Aug. Aubry et Lib. Dumoulin, 1872, p. 5. Uma carta de Isambart, Prior da Igreja de Santo Elói, em 1175, refere a domui Templi Parisius et fratribus ibidem commorantibus.

António B. Vicente, 33°





Embora gastemos cada vez menos tempo atendendo às nossas necessidades básicas graças aos avanços tecnológicos, a mente humana ganhou uma quantidade considerável do que os especialistas chamam de "tempo disponível para o cérebro". Mais de vinte anos depois do início do século XXI, poderíamos perguntar: como estamos a utilizar o precioso recurso da nossa atenção no meio da gigantesca inundação de informação e conteúdos de todo o tipo que inunda continuamente os nossos ecrãs?

Estaremos a dedicar a nossa energia à abordagem colectiva dos muitos desafios do nosso tempo ou estamos a desperdiçá-la em actividades triviais?

Nesta síntese clara e provocadora, o sociólogo Gérald Bronner argumenta convincentemente que a forma como usamos as nossas mentes e gastamos o nosso capital de atenção tornou-se uma questão urgente da qual depende o nosso futuro como espécie.

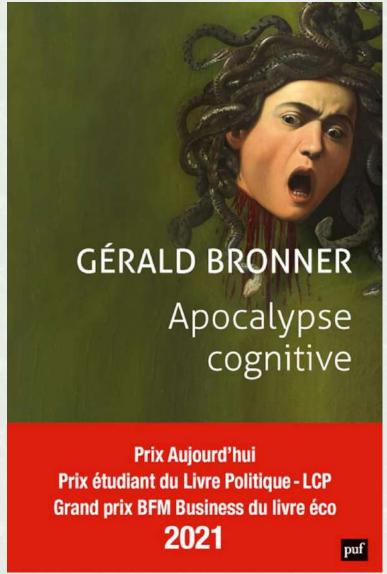
Na primeira parte do livro, Bronner celebra a vitória tecnológica que nos libertou de uma série de tarefas e restrições tradicionalmente monótonas. Na segunda parte, examina como estamos realmente a usar esse tempo cerebral recém-disponível.

A sua avaliação é preocupante: na maioria das vezes, a informação que nos cativa é aquela que confirma os nossos medos, que confunde causalidade e correlação, que reforça a nossa necessidade de nos exibirmos e de nos compararmos com os outros, que normaliza a violência e nos encoraja a preferir as satisfações imediatas. do virtual aos duros confrontos com o real.

Bronner não condena simplesmente este "roubo" das nossas reservas mentais através do que designa como "mercado desregulamentado da informação". Ele vê isso como a "revelação de uma verdade oculta", o apocalipse cognitivo referido no título do livro: A revolução digital, longe de nos ter "desnaturado", submetendonos a dispositivos alienantes, revela os aspectos mais profundos da nossa humanidade, a natureza, do nosso funcionamento cerebral e a nossa propensão humana para o medo, o conflito e os impulsos sexuais.

Esses "invariantes cognitivos" não são males em si; mas, quando manipulados pelo capitalismo digital, correm o risco de nos mergulhar num colapso civilizacional.

Finalmente, embora Bronner partilhe com o leitor o seu sentido de urgência, examina os meios para desenvolver uma utilização positiva



da nossa tecnologia e dos nossos neurónios para o futuro. Devemos reaprender a "adiar a satisfação dos desejos imediatos" e "domar o império das intuições equivocadas".

Gérard Bronner, Apocalypse Cognitive

Presse Universitaire de France, 2021

396 páginas

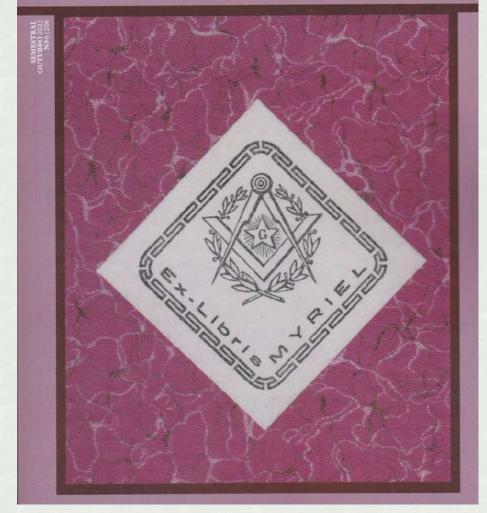
ISBN: 10, 2130733042

ISBN: 13, 978-2130733041

Gérald Bronner é professor de Sociologia na Universidade Paris-Diderot, em França.Um dos principais representantes da corrente da Sociologia Cognitiva, é, desde 2017, membro da Académie Nationale de Médecine, da Académie des Technologies e do Institut universitaire de France.



# REVISTA DE MAÇONARIA



"A ideia deste número da Revista de Maçonaria inpira-se no conceito dos *Portugaliæ Monumenta Historica*, colectânea de textos da História de Portugal editados pela Academia das Ciências de Lisboa, entre 1856 e 1917, compiladas inicialmente por Alexandre Herculano (1810-1877) até 1873 e completadas após a sua morte. José Mattoso (1933-2023) na década de 80 do século passado retoma o modelo editando três nobiliários medievais portugueses.

É essa ideia que orienta este número 6 da Revista de Maçonaria que reúne os artigos académicos editados em Portugal na década de oitenta do século passado (...).

#### Autores

A. H. de oliveira Marques
Amaro Ferreira Neves
Fernando José de Almeida Catroga
Fernando Marques da Costa
Francisco Contente Domingues
Francisco Ribeiro da Silva
Il dio Rocha
João Alves Dias
José António Ferrer Benimeli
José Esteves Pereira
Maria da Graça Silva Dias

(...) Os artigos que aqui se inventariam são de natureza exclusivamente académica, ficando de fora artigos de divulgação, ou aqueles publicados em órgãos oficiis do Grande Oriente Lusitano, a única organização à data existente, ou editados pelas suas diversas lojas em publicações periódicas que algumas dinamizaram.<sup>1</sup>"

#### Nota:

1—Do Editorial da Revista de Maçonaria

#### **REVISTA DE MAÇONARIA**

N.º 6—Outubro 2023, 481 páginas

Propriedade: Fine Mirabilis Consulting, Ld.

NIPC 514741627

**Director**: Fernando Marques da Costa

Editor: Manuel Pinto dos Santos

ISSN: 2184-8238



# Eventos

No âmbito das relações fraternas que o Supremo Conselho para Portugal mantém com outras estruturas regulares, o M∴ P∴ Soberano Grande Comendador, Ill∴ Ir∴ Manuel Alves de Almeida, 33°, esteve presente nos trabalhos de vários Supremos Conselhos, num reforço dos laços da fraterna amizade entre os maçons do Rito Escocês Antigo e Aceite e durante os quais saiu ainda mais fortalecido o prestígio internacional do nosso Supremo Conselho.

Trinta anos depois de terem sido reconsagrados pelo Soberano Grande Comendador da Jurisdição Sul dos Estados Unidos, o Ill∴ Ir∴ C. Fred Kleinknecht, 33°, o Supremo Conselho para Portugal, o Supremo Conselho para a Polónia e o Supremo Conselho da Roménia celebraram o 30° aniversário da sua reconsagração, durante a Sessão Anual do Supremo Conselho do R∴E∴A∴A∴, da Maçonaria para a Polónia, realizada em Varsóvia no dia 7 de Outubro de 2023.





Varsóvia, 7 de Outubro de 2023

Uma semana depois, o mesmo sucesso foi celebrado em Bucareste, durante os trabalhos da Sessão Anual do Supremo Conselho da Roménia, na presença de delegações de vários Supremos Conselhos.





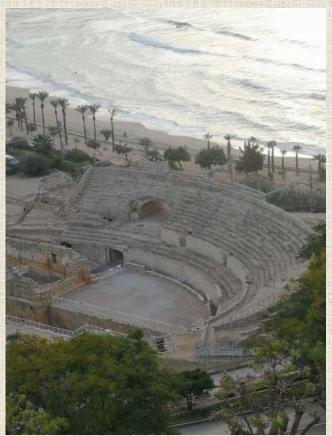
Bucareste, 14 de Outubro de 2023



O 17º Convento e Festa do Supremo Conselho do Grau 33 e Último do R. E. A. A. para Espanha, celebrado em Tarragona nos dias 3 e 4 de Novembro, foi o pretexto para reforçar os profundos laços de fraterna amizade e cooperação com os Irmão do Supremo Conselho para Espanha.

A delegação do Supremo Conselho para Portugal, presidida pelo M∴ P∴ Soberano





Grande Comendador, Ill∴ Ir∴ Manuel de Almeida, 33°, acompanhado pelo Past Soberano Grande Comendador, Ill∴ Ir∴ Agostinho Garcia, pelo Grande Ministro de Estado, Ill∴ Ir∴ Carlos Inácio e pelo Grande Secre-

tário Geral, Ill: Ir: António Vicente, foi recebida por todos os IIr num ambiente de grande hospitalidade que proporcionou um profundo convívio fraterno.

Também com o objectivo de estreitar os laços fraternos existentes entre o Supremo Conselho para Portugal e o Supremo Conselho Nacional de França, o M∴ P∴ Soberano Grande Comendador, Ill∴ Ir∴ Manuel de Almeida, 33°, esteve presente na sua Fête de l'Ordre Écossais, realizada em Paris nos dias



8 e 9 de Dezembro.







